

Relatório de Gestão e Contas

2022

índice

01 > mensagem da Presidente	1
02 > o CHLO	2
02.01 > quem somos	2
02.02 > missão, princípios e valores e objetivos	3
02.03 > como estamos organizados	4
02.04 > o que fazemos	5
02.05 > o CHLO num dia	7
03 > cumprimento das orientações legais	8
03.01 > objetivos de gestão e plano de atividades e orçamento	9
03.02 > gestão do risco financeiro	14
03.03 > limite de crescimento do endividamento	14
03.04 > prazo médio de pagamentos	14
03.05 > resultados obtidos e recomendações do acionista	15
03.06 > remunerações	15
03.07 > estatuto do gestor público (artigos 32.º e 33.º)	18
03.08 > despesas não documentadas ou confidenciais	19
03.09 > relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	19
03.10 > relatório anual sobre prevenção da corrupção	19
03.11 > contratação pública	21
03.12 > adesão ao sistema nacional de compras públicas	21
03.13 > medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais	22
03.14 > princípio da unidade de tesouraria do Estado	23
03.15 > auditorias conduzidas pelo tribunal de contas	23
03.16 > plano para a igualdade	23
03.17 > demonstração não financeira	24
03.18 > informação divulgada no portal da DGTF	25
04 > atividade clínica	26
04.01 > internamento e partos	28
04.02 > atividade cirúrgica	33
04.03 > consulta externa	36
04.04 > hospital de dia	41
04.05 > atividade domiciliária	42
04.06 > urgência	43
04.07 > caracterização da produção agrupada em GDH	47
04.08 > meios complementares de diagnóstico e terapêutica	50
04.09 > programas de saúde	52
04.10 > equipa intra-hospitalar de suporte aos cuidados paliativos	55

05 > atividades de apoio	59
05.01 > serviço de sistemas e tecnologias de informação	59
05.02 > serviço de logística e distribuição	59
05.03 > serviço de gestão hoteleira	61
05.04 > serviço social	63
05.05 > comissão de ética para a saúde	65
05.06 > comissão de qualidade e segurança do doente	66
05.07 > UL-PPCIRA	67
06 > investigação	70
07 > recursos humanos	74
07.01 > grupos profissionais	76
07.02 > relação jurídica de emprego	76
07.03 > estrutura etária	77
07.04 > taxa de rotatividade e absentismo	78
07.05 > projeto de melhoria do sistema de avaliação do desempenho (SIADAP)	80
07.06 > atividade do núcleo de formação	80
08 > considerações finais	83
09 > proposta de aplicação de resultados	84
10 > análise económico-financeira	85
10.01 > análise económica	85
10.02 > análise financeira	90
10.03 > investimento	91
11 > demonstrações financeiras	93
12 > anexo às demonstrações financeiras	99
13 > demonstrações orçamentais	139
14 > anexo às demonstrações orçamentais	145
15 > certificação legal de contas	148
16 > relatório e parecer do Conselho Fiscal	149

Índice de tabelas

Tabela 02-1 Carteira de Serviços do CHLO	5
Tabela 03-1: Cumprimento das orientações legais- 2022.....	8
Tabela 03-2 acordo modificativo 2022 – taxa de execução da componente produção	11
Tabela 03-3 acordo modificativo 2022 – execução dos incentivos institucionais.....	12
Tabela 03-4 acordo modificativo 2022 – execução dos indicadores da urgência	13
Tabela 03-5 Investimos em 2022.....	13
Tabela 03-6: Orçamento CHLO - 2022.....	14
Tabela 03-7: Gestão do risco financeiro	14
Tabela 03-8: Prazo médio de pagamento	14
Tabela 03-9: Dívidas vencidas	14
Tabela 03-10: Remuneração Anual - Conselho de Administração - 2022	16
Tabela 03-11: Benefícios sociais - Conselho de Administração - 2022.....	16
Tabela 03-12: Encargos com viaturas - Conselho de Administração - 2022	17
Tabela 03-13: Gastos anuais associados a deslocações em serviço - Conselho de Administração - 2022	17
Tabela 03-14: Remuneração anual - Conselho Fiscal - 2022	17
Tabela 03-15: Identificação SROC/ROC - 2022.....	18
Tabela 03-16: Valores anuais ROC/FU - 2022.....	18
Tabela 03-17: Gastos com Comunicações - Conselho de Administração - 2022.....	18
Tabela 03-18: Gastos associas a viaturas - Conselho de Administração - 2022	19
Tabela 03-19: Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais.....	22
Tabela 03-20: IGCP	23
Tabela 03-21: Banca Comercial.....	23
Tabela 03-22: Demonstração não financeira.....	24
Tabela 03-23: Informação divulgada no portal da DGTF	25
Tabela 04-1 Atividade realizada em 2022 (CHLO, Região LVT, HH Grupo E, SNS).....	26
Tabela 04-2 Número de órgãos transplantados em 2022 no CHLO e a nível nacional	27
Tabela 04-3 Resumo da evolução da atividade de internamento 2020-2022.....	30
Tabela 04-4 Doentes e dias de protelamento.....	31
Tabela 04-5 Caracterização dos doentes protelados de 2022 (n = 520).....	31
Tabela 04-6 Internamento agudos por área e por serviço responsável - evolução 2020-2022.....	32
Tabela 04-7 Partos: evolução do número de partos 2020-2022	33
Tabela 04-8 Atividade Cirúrgica: evolução 2020-2022.....	34
Tabela 04-9 Atividade cirúrgica por especialidade: 2020-2022.....	35
Tabela 04-10 Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC): evolução indicadores 2020-2022	36
Tabela 04-11 Consulta externa médica: 2020 - 2022	37
Tabela 04-12 Consulta externa médica por especialidade: 2020-2022.....	38
Tabela 04-13 Lista de espera para 1.ª consulta médica.....	40
Tabela 04-14 Consultas não médicas realizada: 2020 - 2022	40
Tabela 04-15 Hospital de Dia: evolução 2020-2022.....	41
Tabela 04-16 Hospitalização Domiciliária 2020-2022.....	42
Tabela 04-17 N.º de visitas domiciliárias: 2020-2022	43
Tabela 04-18 Urgência: evolução 2020-2022.....	44
Tabela 04-19 Urgência Geral: distribuição de atendimentos por diagnósticos (dados 2022)	45
Tabela 04-20: Urgência pediátrica: distribuição de atendimentos por diagnósticos (dados 2022)	46
Tabela 04-21: Urgência OBGYN: distribuição de atendimentos por diagnósticos (dados 2022)	46

Tabela 04-22 Internamento – indicadores GDH	47
Tabela 04-23 Internamento -10 GDH mais frequentes	48
Tabela 04-24 Internamento -10 GDH mais frequentes (exc. família 14 e 15)	49
Tabela 04-25 Ambulatório - indicadores GDH	49
Tabela 04-26 Ambulatório - 10 GDH cirúrgicos mais frequentes	50
Tabela 04-27 Ambulatório - 10 GDH médicos mais frequentes.....	50
Tabela 04-28 MCDT realizados internamente ou requisitados ao exterior por unidade de produção.....	51
Tabela 04-29 MCDT realizados no CHLO por tabela	51
Tabela 04-30 MCDT requisitados ao exterior (2020-2022).....	52
Tabela 04-31 VIH - evolução 2020-2022	52
Tabela 04-32 VHC - evolução 2020-2022.....	53
Tabela 04-33 Esclerose Múltipla - evolução 2020-2022.....	53
Tabela 04-34 DLSC - evolução 2020-2022.....	53
Tabela 04-35 Psicoses: evolução 2020-2022	53
Tabela 04-36 Doentes em tratamento – Cancro do Cólon e Reto: evolução 2020-2022	54
Tabela 04-37 Rastreios do Cancro do Cólon e Reto: evolução 2020-2022	54
Tabela 04-38 DPOC: evolução 2020-2022	54
Tabela 04-39 Enfarte Agudo do Miocárdio: evolução 2020-2022	54
Tabela 04-40 Insuficiência Cardíaca: evolução 2020-2022.....	54
Tabela 04-41 PSCI: evolução 2020-2022	54
Tabela 04-42 PTCO: evolução 2020-2022	55
Tabela 04-43: Constituição da equipa intra-hospitalar de suporte aos cuidados paliativos	56
Tabela 04-44: Atividade assistencial da EIHS CP.....	56
Tabela 04-45: Consultas internas realizadas pela EIHS CP	57
Tabela 05-1: Peso dos resíduos hospitalares - roupa hospitalar - tratados pelo serviço de gestão hoteleira, por hospital... 61	61
Tabela 05-2: Ações de formação realizadas pelo serviço de gestão hoteleira	61
Tabela 05-3: Peso dos resíduos do grupo III e IV tratados pelo serviço de gestão hoteleira, por hospital	62
Tabela 05-4: Peso dos resíduos do grupo III e IV tratados pelo serviço de gestão hoteleira - evolução 2021-2022	62
Tabela 05-5: Produção do serviço social - SAAS	65
Tabela 05-6: Produção do serviço social - Clínico V	65
Tabela 06-1: Tipologia dos estudos submetidos pelo SIIC.....	70
Tabela 06-2: Serviço onde se inserem os estudos submetidos	71
Tabela 06-3: Serviço onde se inserem os estudos ativos em 2022	72
Tabela 10-1 Situação económica 2021 e 2022.....	85
Tabela 10-2: Faturação estimada 2022	86
Tabela 10-3 Rendimentos 2021 e 2022.....	86
Tabela 10-4 Gastos 2021 e 2022.....	86
Tabela 10-5 Gastos rubrica 61 CMVMC: 2021 e 2022.....	86
Tabela 10-6 Gastos Consumo Clínico: 2021 e 2022.....	87
Tabela 10-7 Fornecimentos e Serviços Externos 2021 e 2022.....	88
Tabela 10-8 Serviços Especializados 2021 e 2022	88
Tabela 10-9 Serviços Especializados 2021 e 2022.....	89
Tabela 10-10 Serviços Diversos 2021 e 2022.....	89
Tabela 10-11 Gastos com Pessoal 2021 e 2022.....	89
Tabela 10-12: Indicadores Económico-Financeiros	90
Tabela 10-13: Indicadores económico-financeiros	91
Tabela 10-14 Investimento 202 e 2021.....	92
Tabela 11-1: Balanço	93
Tabela 11-2: Demonstração dos resultados por natureza	95
Tabela 11-3: Demonstração dos fluxos de caixa	96

Tabela 11-4: Demonstração das alterações no património líquido.....	98
Tabela 12-1: Desagregação de caixa e depósitos	101
Tabela 12-2: Erros materiais de períodos anteriores.....	113
Tabela 12-3: Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas	114
Tabela 12-4: Quantia escriturada e variações do período – Ativos intangíveis.....	115
Tabela 12-5: Ativos intangíveis - desagregação das adições.....	116
Tabela 12-6: Ativos intangíveis - desagregação das diminuições	116
Tabela 12-7: Quantia escriturada no início e no final do período.....	118
Tabela 12-8: Quantia escriturada e variações do período - ativos fixos tangíveis	119
Tabela 12-9: Ativos fixos tangíveis - desagregação das adições	119
Tabela 12-10: Ativos fixos tangíveis - desagregação das diminuições	120
Tabela 12-11: Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa.....	121
Tabela 12-12: Inventários.....	122
Tabela 12-13: Inventários - Movimentos do período.....	123
Tabela 12-14: Inventários - quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidos como gasto do período.....	123
Tabela 12-15: Rendimentos com contraprestação	125
Tabela 12-16: Detalhe do Contrato Programa - ACSS	126
Tabela 12-17: Detalhe da subrubrica Rendimentos Suplementares	126
Tabela 12-18: Rendimentos sem contraprestação	126
Tabela 12-19: Detalhe da subrubrica Transferências e Subsídios.....	127
Tabela 12-20: Provisões	127
Tabela 12-21: Ativos Financeiros - clientes e outras contas a receber.....	129
Tabela 12-22: Acréscimo de Rendimentos.....	129
Tabela 12-23: Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	129
Tabela 12-24: Passivos financeiros	130
Tabela 12-25: Acréscimos de gastos	130
Tabela 12-26: Decomposição do saldo do património.....	131
Tabela 12-27: Demonstração das alterações no Património Líquido.....	132
Tabela 12-28: Decomposição das rubricas de meios líquidos financeiros a 31 de dezembro de 2021	133
Tabela 12-29: Decomposição das aplicações financeiras incluídas nas contas de outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2022	134
Tabela 12-30: Decomposição da rubrica de passivos financeiros	134
Tabela 12-31: Benefícios definidos.....	135
Tabela 12-32: Transações entre partes relacionadas	135
Tabela 12-33: Pessoas chave da gestão	136
Tabela 12-34: Projetos de investimento	137
Tabela 12-35: Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Ativo.....	137
Tabela 12-36: Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Passivo.....	137
Tabela 12-37: Diferimentos	137
Tabela 12-38: Gastos	138
Tabela 13-1: DORC - Recebimentos	140
Tabela 13-2: DORC - Pagamentos.....	141
Tabela 13-3: DODES - Despesa.....	142
Tabela 13-4: Demonstração de execução orçamental da receita	143
Tabela 14-1: Alterações orçamentais da receita	145
Tabela 14-2: Alterações orçamentais da despesa.....	146
Tabela 14-3: Alterações ao plano plurianual de investimentos.....	147

Índice de figuras

Figura 02-1: Organograma CHLO	4
Figura 04-1: Evolução de doentes intervencionados, por tipo de cirurgia - 2020-2022	33
Figura 04-2 Evolução do n.º de pedidos para 1.ª consulta médica	40
Figura 04-3 Distribuição dos motivos para recusa de ingresso em hospitalização domiciliária em 2022	42
Figura 04-4 Distribuição do destino de doentes com alta em 2022.....	43
Figura 04-5 Evolução mensal do número de atendimentos urgentes no CHLO: 2020-2022.....	44
Figura 04-6 Distribuição dos atendimentos nas urgências do CHLO por prioridade: dados de 2022	45
Figura 04-7 Internamento - distribuição dos episódios por nível de severidade	48
Figura 04-8 Internamento - demora média por nível de severidade	48
Figura 04-9 MCDT: peso percentual por origem do pedido.....	51
Figura 05-1: Resultados do inquérito de satisfação interno.....	60
Figura 05-2: Resultados do inquérito de satisfação externo	60
Figura 05-3: Dados da ferramenta de monitorização do nível de serviço.....	60
Figura 05-4: Peso total dos resíduos hospitalares tratados pelo serviço de gestão hoteleira	61
Figura 05-5: Peso total dos resíduos do grupo III e IV tratados pelo serviço de gestão hoteleira.....	62
Figura 05-6: Peso total dos resíduos do grupo III e IV tratados pelo serviço de gestão hoteleira.....	63
Figura 06-1: Evolução do número de estudos submetidos entre 2016 e 2022.....	71
Figura 06-2: Fase dos estudos submetidos	71
Figura 06-3: Fase onde se inserem os estudos ativos em 2022 - por investigador	72
Figura 06-4: Evolução do número de participantes envolvidos nos estudos.....	73
Figura 06-5: Número de investigações - Iniciativa	73
Figura 06-6: Número de investigações - Acordo financeiro	73

abreviaturas, acrónimos e siglas

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.
AGFC	Área de Gestão Financeira e Contabilidade
AGH	Área de Gestão Hoteleira
AGIE	Área de Gestão de Instalações e Equipamentos
APACG	Área de Planeamento, Análise e Controlo de Gestão
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.
BIMH	BI Morbilidade Hospitalar
BO	Bloco Operatório
CA	Conselho de Administração
CCP	Código dos Contratos Públicos
CHLC	Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.
CHULC	Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.
CLIC	Comissão Local de Informatização Clínica
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CRE	Centro(s) de Referência
CSP	Cuidados de Saúde Primários
CTH	Consulta a Tempo e Horas
DGO	Direção Geral do Orçamento
DGTF	Direção Geral de Tesouro e Finanças
EGA	Equipa de Gestão de Altas
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GDH	Grupo de Diagnóstico Homogéneo
HCC	Hospital Curry Cabral
HSAC	Hospital de Santo António dos Capuchos
HSJ	Hospital de São José
ICM	Índice de Case-Mix
LIC	Lista Inscritos para Cirurgia
MAC	Maternidade Alfredo da Costa
MCDT	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
PDS	Plataforma de Dados em Saúde
PPCIRA	Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e das Resistências aos Antimicrobianos
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
RJSPE	Regime Jurídico do Setor Público Empresarial
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
ROC	Revisor Oficial de Contas
SA	Sociedade Anónima
SCI	Sistema de Controlo Interno
SICA	Sistema de Informação para a Contratualização e Acompanhamento
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SUCH	Serviço de Utilização Comum dos Hospitais
TMRG	Tempo(s) Máximo(s) de Resposta Garantido(s)
UHD	Unidade de Hospitalização Domiciliária
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial

01 > mensagem da Presidente

O FUTURO DOS HOSPITAIS

Quando queremos falar em Futuro nos Hospitais, invariavelmente o tema centra-se na tecnologia, no doente como centro do sistema, e nas alternativas que aumentam a eficiência aos recursos existentes e eficácia no objeto do próprio hospital, ou seja diagnóstico precoce, modalidades terapêuticas cada vez mais complexas e personalizadas.

Falamos então em telemedicina (alavancada durante a pandemia), em maior integração de dados, fundamental a interoperabilidade para que programas diferentes comuniquem entre si e não se desperdice, nem tempo nem dinheiro; mas também robots que acrescentam precisão e eventual “expertise” à distância na cirurgia ou são capazes de fazer, mais uma vez com grande eficiência, tarefas absolutamente aborrecidas e repetitivas, de modo seguro e fiável, mas que ainda assim, devem ser permanentemente monitorizadas; também falamos de Inteligência Artificial para análise de dados médicos complexos, múltiplos, e que podem pôr à disposição algoritmos e aprendizagem de máquina que permitam identificar melhores decisões e desenvolver tratamentos personalizados e de valor acrescentado para os doentes.

É disto que falamos quando se fala em Futuro.

Restam, do nosso ponto de vista, problemas que é necessário compatibilizar, nomeadamente a Saúde Mental, que não se compadece apenas com rearranjos tecnológicos, sendo que esta tecnologia pode ela própria ser indutora de desequilíbrios do ponto de vista mental, e portanto na vida das pessoas e o envelhecimento da sociedade, que tem sido um dos paradigmas do desenvolvimento, e que centrando a saúde nas pessoas, provavelmente

estará muito dependente dos cuidados de proximidade e da rápida acessibilidade a terapêuticas cada vez menos invasivas mas não menos complexas. Para estas pessoas, mais velhas, provavelmente no que temos que pensar será sempre, e depois do hospital? Daí a importância da integração de planos e percursos terapêuticos entre hospitais e cuidados de saúde primários e comunidade que nem sempre têm sido fluídos e fáceis, mas que serão seguramente o Futuro.

No CHLO temos acrescentado valor nos investimentos que temos feito, quer investimentos feitos para a pandemia, que quisemos que não fossem todos de ocasião, mas que servissem para o futuro, quer na gestão energética, quer ainda em tecnologia de informação, na acessibilidade aos serviços do CHLO, na transformação digital, na simplificação de processos, no hospital sem papel, nos cuidados personalizados, em tecnologia de ponta para cirurgias, nos centros de referência, etc. Nos últimos 3 anos, investimos 42 milhões de euros, que esperamos terem sido sempre com vista a este futuro de que queremos fazer parte, e sem desperdícios, com mais-valias para doentes, familiares e profissionais que aqui trabalham.

Lisboa, 30 de março de 2023

Rita Perez

Presidente do Conselho de Administração

02 > o CHLO

02.01 > quem somos

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., (CHLO), é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde (SNS), dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e de natureza empresarial, criado pelo Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, resultante da integração por fusão do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.



O CHLO é uma entidade de referência regional e nacional na área da prestação de cuidados de saúde, assumindo-se como centro de referência em inúmeras patologias de especial complexidade, cuja atividade se estende a todo o território nacional e às Regiões Autónomas.

O CHLO constitui-se como um dos grandes centros hospitalares do país, sendo hospital de primeira linha para as freguesias de Ajuda, Alcântara, Belém e Campo de Ourique do Concelho de Lisboa e para o Concelho de Oeiras, num total de 238.500 habitantes (censos 2021).

Abrange, ainda, outras prestações de cuidados de saúde diferenciados, tais como:

- Saúde Mental (Psiquiatria da Infância e Adolescência), para o concelho de Cascais;
- Cardiologia e Nefrologia, enquanto última linha de referência, não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional;
- Infeciologia, âmbito nacional;
- Neurocirurgia, enquanto referência direta para o hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra);
- Urgência Geral, enquanto referência direta para as freguesias de Alfragide, Encosta do Sol e Falagueira-Venda Nova do Concelho da Amadora, num total de 64.718 habitantes.

No âmbito do reforço do poder do cidadão no SNS, o princípio do Livre Acesso e Circulação (LAC) dos utentes permite a referência para a primeira consulta hospitalar de Especialidade, em qualquer das unidades hospitalares do SNS, através do médico de Medicina Geral e Familiar sempre que a rede de referência abranja a especialidade em causa.

02.02 > missão, princípios e valores e objetivos

Missão

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO) tem como missão a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das unidades hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e às decisões superiormente aprovadas.

O CHLO desenvolve ainda actividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde, sem prejuízo da celebração de contratos para efeitos de organização interna, repartição de investimento e compensação dos encargos que forem estipulados.

Princípios e Valores

No desenvolvimento da sua actividade, o CHLO rege-se pelos seguintes princípios:

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Actualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnicoprofissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

Objetivos Estratégicos

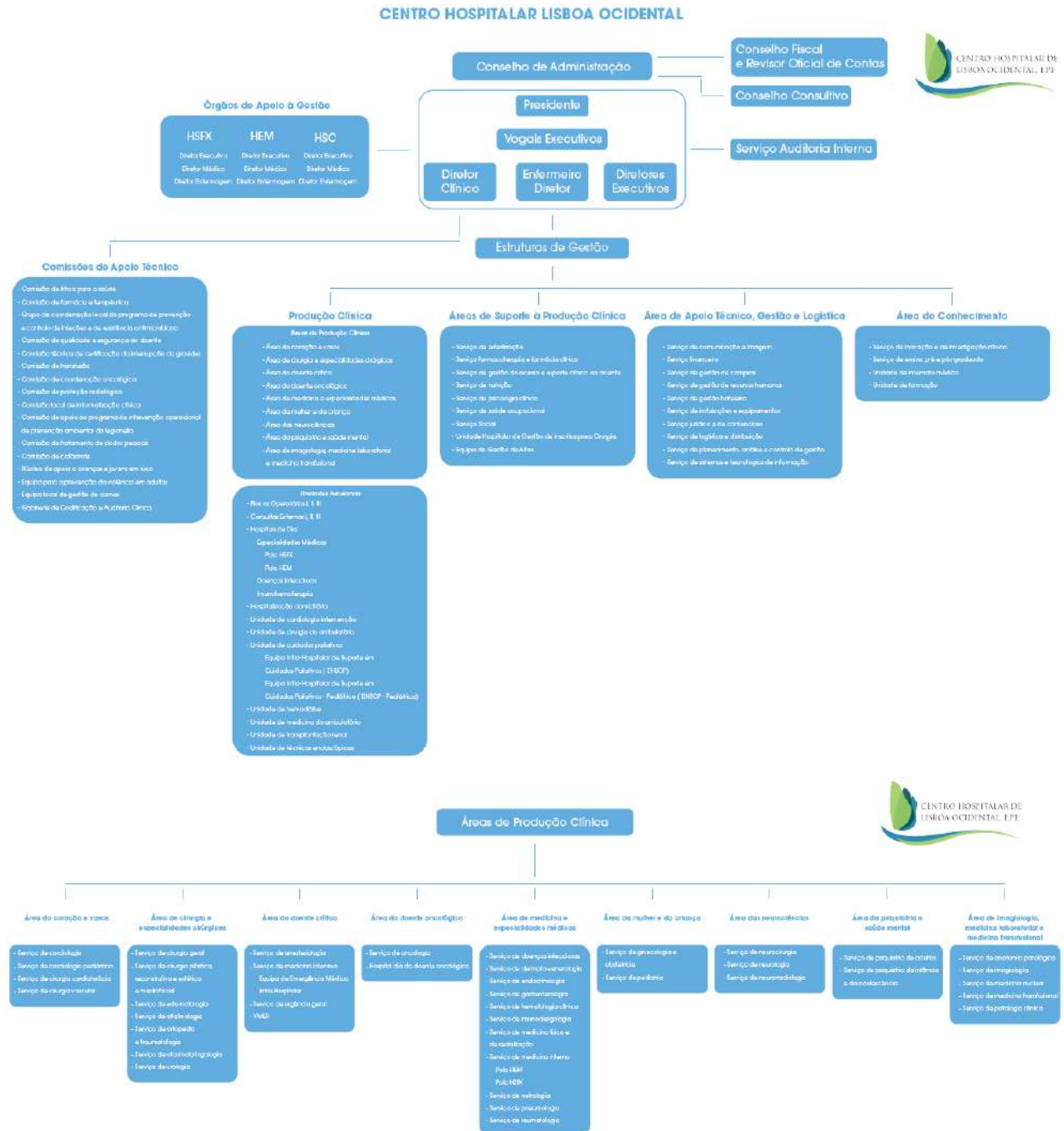
Na sua actuação, o CHLO pauta-se pela prossecução dos seguintes objectivos de natureza estratégica:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projectos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação e da formação profissional.

02.03 > como estamos organizados

O modelo de gestão adotado é um modelo que adota uma estrutura descentralizada da gestão interna, particularmente nas áreas clínica, promovendo sinergias e otimização de recursos, atualiza e adapta as áreas de apoio clínico e técnico e inova autonomizando e dando particular relevo à área do conhecimento.

Figura 02-1: Organograma CHLO



02.04 > o que fazemos

O CHLO integra uma vasta **gama de serviços** quer na tipologia de cuidados, quer nas especialidades clínicas.

Tabela 02-1 Carteira de Serviços do CHLO

Valência	Internamento	Cirurgia de Ambulatório	Consulta externa	Hospital de Dia	Serviço Domiciliário	Urgência	Técnicas (MCDT)
Anatomia Patológica							●
Anestesiologia			●			●	●
Angiologia e Cirurgia Vascular	●	●	●			●	
Cardiologia	●		●	●		●	●
Cardiologia Pediátrica	●		●	●			●
Cirurgia Cardio-Torácica	●	●	●				
Cirurgia Geral	●	●	●	●		●	
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	●	●	●			●	
Dermato-Venereologia		●	●				●
Doenças Infecciosas (Infecciologia)	●		●	●		●	
Endocrinologia e Nutrição	●		●				
Estomatologia		●	●				
Gastroenterologia	●		●	●		●	●
Genética Médica			●				
Ginecologia	●	●	●			●	●
Hematologia Clínica	●		●	●			
Imunoalergologia			●				
Imunohemoterapia			●	●			●
Medicina do Trabalho			●				
Medicina Física e Reabilitação			●				●
Medicina Interna	●		●	●	●	●	
Nefrologia	●	●	●	●			●
Neurocirurgia	●	●	●			●	
Neurologia	●		●	●		●	●
Neurologia Pediátrica			●				●
Neurorradiologia		●	●				●
Nutrição e Dietética			●				
Obstetrícia	●		●			●	●
Oftalmologia	●	●	●			●	●
Oncologia Médica	●		●	●			
Ortopedia	●	●	●			●	●
Otorrinolaringologia	●	●	●			●	●
Patologia Clínica			●				●
Pediatria	●	●	●	●		●	●
Pneumologia	●		●	●		●	●
Psicologia			●				●
Psiquiatria	●		●	●		●	●
Psiquiatria da Infância e Adolescência			●	●			●
Radiologia						●	●
Reumatologia	●		●	●			●
UCI Coronários	●						
UCI Neonatologia	●						
UCI Polivalente	●					●	
Unidade AVC	●						
Urologia	●	●	●	●		●	●
Via Verde Acidente Vascular Cerebral (AVC)						●	
Via Verde Coronária (com Card. de Intervenção)						●	

A par das valências e tipologias de cuidados anteriormente identificadas, é de referir a **Unidade de Hospitalização Domiciliária**. Esta Unidade visa proporcionar uma assistência domiciliada (médica e de enfermagem) de modo contínuo e coordenado aos utentes que requerendo admissão hospitalar, obedecem também a um conjunto de requisitos clínicos, sociais e geográficos que permitem a sua hospitalização no domicílio, com a concordância do cidadão e da família.

As **Urgências Geral e de Obstetrícia e Ginecologia** funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano, no HSFX. A **Urgência Pediátrica** funciona diariamente até às 22 horas no HSFX e a **Urgência de Oftalmologia** funciona até às 17 horas (encerra aos fins de semana e feriados) no HEM.

O CHLO é reconhecido como **Centro de Referência Nacional** para as seguintes áreas:

- Cardiologia de Intervenção estrutural,
- Cardiopatias congénitas (em colaboração com os CHULN e HCVP),
- Epilepsia Refratária (em colaboração com o CHULC),
- Oncologia de Adultos – cancro do reto,
- Transplante de coração- adultos,
- Transplante de rim -adultos,
- Implante coclear,
- Neurorradiologia de intervenção na doença cerebrovascular (em colaboração com o HGO).

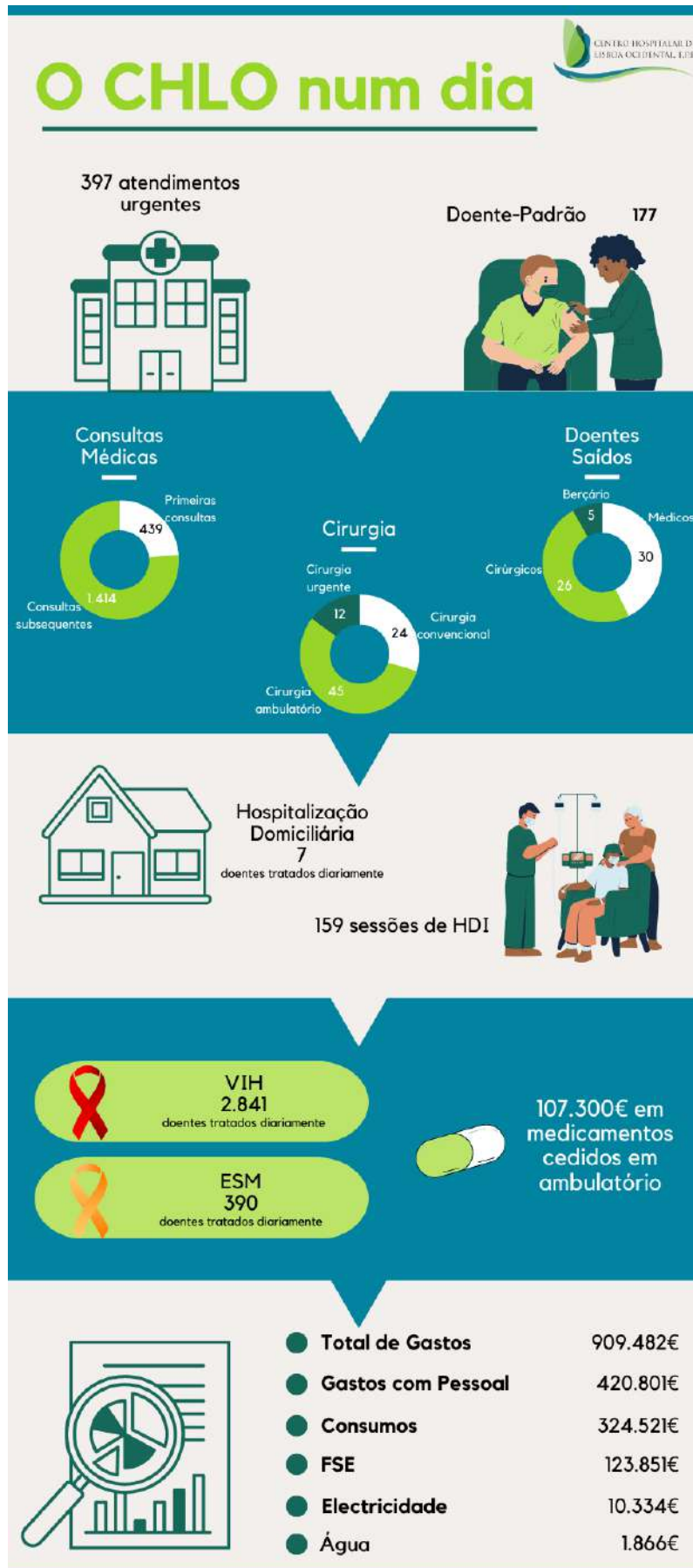
O CHLO integra ainda a **Rede Europeia de Referência GUARD-HEART**, dedicada às doenças cardíacas, e é também reconhecido, pela Direção-Geral da Saúde, como **Centro de Tratamento Cirúrgico de Obesidade**.

O CHLO desenvolve, igualmente, uma importante **atividade nas áreas do ensino e da investigação**, tendo sido fundador da Escola Médica da Universidade Nova de Lisboa e, atualmente, integra o Centro Clínico Académico de Lisboa.

Com este fim, é de salientar que o CHLO é um associado da **CoLAB TRIALS**. O CoLAB TRIALS é um laboratório colaborativo constituído em agosto de 2021 como uma Associação sem fins lucrativos, que integra 7 Entidades, uma das quais o CHLO, é liderada pela Universidade Nova de Lisboa – Nova Medical School, e que visa promover e dinamizar a investigação clínica para aumentar a inovação no setor da saúde em áreas estratégicas. Os principais objetivos do CoLAB TRIALS são:

- Explorar e otimizar a informação clínica para produzir e tornar acessíveis dados clínicos em tempo real;
- Aumentar o conhecimento e especialização em metodologias inovadoras de desenhos de estudos clínicos;
- Capacitar profissionais de saúde na implementação de projetos de investigação;
- Aumentar a literacia da comunidade em investigação clínica.

02.05 > o CHLO num dia



03 > cumprimento das orientações legais

O presente capítulo segue as orientações emanadas no ofício n.º SAI_DGTF/2021/173 – DSPE, de 12 de janeiro, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no qual são emitidas as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022.

Tabela 03-1: Cumprimento das orientações legais- 2022

Cumprimento das Orientações Legais - 2022	Cumprimento		Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	SN/NA	Quantificação/Identificação	
Objectivos de Gestão			
Objectivos de produção	S	96%	Ponto 3.01
Incentivos Institucionais	N	68,7%	Ponto 3.01
Objectivos do Serviço de Urgência	S	95%	Ponto 3.01
Metas a atingir constantes no PAO 2022			
Investimento	S		Ponto 3.01
Nível de endividamento	NA		Ponto 3.01
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N		83% Ponto 3.01
Gestão do Risco Financeiro	NA	Taxa média de financiamento	Ponto 3.02
Limites de Crescimento do Endividamento	NA		Ponto 3.03
Evolução do PMP a fornecedores	S	- 33 dias	Ponto 3.04
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	8 398 626	Ponto 3.04
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	NA		Ponto 3.05
Reservas emitidas na última CLC	NA		Ponto 3.05
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Ponto 3.06
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	NA		Ponto 3.06
Fiscalização (CF/ROCFU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	NA		Ponto 3.06
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)	NA		Ponto 3.06
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Ponto 3.07
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Ponto 3.07
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Ponto 3.07
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ponto 3.07
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSP e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ponto 3.08
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/CHLO_PlanIgualdadeGenero_2021_2022.pdf	Ponto 3.09
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/PlanoGRClfCone	Ponto 3.10
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		Ponto 3.11
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA		Ponto 3.11
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	19 contratos no valor de 33.848.507,59 euros (iva incluído)	Ponto 3.11
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Ponto 3.12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			Ponto 3.13
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S		Ponto 3.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	indicar saldo em 31 de dezembro	Ponto 3.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Montante auferido: 9,68 euros Data de entrega: 05/01/2022	Ponto 3.14
Auditorias do Tribunal de Contas	NA	Não foram realizadas, durante o ano de 2022, auditorias pelo Tribunal de Contas ao CHLO	Ponto 3.15
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S		Ponto 3.16
Apresentação da demonstração não financeira	S		Ponto 3.17

03.01 > objetivos de gestão e plano de atividades e orçamento

O ano de 2022, será um ano atípico por um conjunto de fatores, nacionais e internacionais, externos ao CHLO.

O CHLO elaborou o seu Plano de Atividades para o triénio 2022-2024 em dezembro de 2021. Em abril de 2022, foi assinado o Acordo Modificativo ao Contrato-Programa 2017-2019 que o prorrogou este contrato para 2022. Em agosto de 2022, fruto da aprovação do orçamento de estado, dos fatores geopolíticos externos, o aumento dos preços de alguns bens e serviços foi revisto o Acordo Modificativo. Desta revisão surgiu a necessidade de revisão do Plano de Atividades, o qual abrangeu apenas o ano 2022 e foi aprovado pelo Ministro das Finanças em dezembro de 2022.

Este Plano de Atividades e Orçamento pretendeu traduzir um conjunto de orientações, de mecanismos e de atividades a desenvolver internamente, no período em análise, necessários para a prossecução dos objetivos definidos no Plano Nacional de Saúde – revisão e extensão a 2022:

- Cidadania em Saúde;
- Equidade e Acesso adequado aos Cuidados de Saúde;
- Qualidade na Saúde;
- Políticas Saudáveis.

Na presença dos princípios estratégicos definidos, o Conselho de Administração discutiu e elaborou, com a ARSLVT, um plano de ações concreto e objetivo que virá estabelecer uma ponte entre as diversas ações desenvolvidas até ao momento e aquelas que se objetivam vir agora a desenvolver, assente em 3 vetores:

Qualificar o Acesso no SNS:

- Aumentar a atividade de 1ª consultas referenciadas pelos cuidados de saúde primários de forma a resolver a Lista de Espera para Consulta (LEC) com mais de 9 meses e aumentar a percentagem de consultas realizadas dentro dos TMRG.
- Aumentar a atividade cirúrgica de forma a resolver a Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) com mais de 1 ano e aumentar a percentagem de cirurgias realizadas dentro dos TMRG.
- Reorganizar a atividade assistencial no serviço de urgência e garantir a regularidade do seu funcionamento, nomeadamente o funcionamento das equipas e o cumprimento dos tempos de resposta.
- Realizar o volume de atividade adequado à resposta aos programas de saúde específicos e aos programas para doentes a viver com patologias crónicas ou raras.

Reforçar Cuidados de Ambulatório e Proximidade:

- Aumentar o peso da cirurgia eletiva e de ambulatório.
- Reforçar as respostas de hospitalização domiciliária em todas as entidades do SNS.
- Consolidar a consultadoria aos cuidados de saúde primários, nomeadamente, através da realização de consultas de especialidade hospitalar nos centros de saúde na área da Pediatria.
- Definir e fazer cumprir os protocolos de referência e de articulação entre os ACES e os hospitais, focados no percurso clínico dos utentes e na resposta programada aos principais problemas de saúde.
- Redirecionar para os cuidados programados e de proximidade os casos habitualmente triados de cor verde, azul e branca, que ocorrem aos serviços de urgência e que podem ser seguidos nos cuidados primários.
- Reforçar as respostas de tele saúde, nomeadamente as teleconsultas e telemonitorização (quando aplicável).

Melhorar Produtividade e Adequação de Cuidados:

- Alargar a disponibilidade de horário para a atividade programada, quer nos dias úteis, quer ao sábado.
- Generalizar o agendamento com hora marcada para a atividade programada.
- Integrar a informação para simplificar as marcações, cumprir os critérios de agendamento e reagendamento por antiguidade e prioridade clínica e reduzir a percentagem de cancelamentos de consultas e cirurgias.
- Reduzir as taxas de infeção nosocomial.
- Controlar a taxa de absentismo geral.
- Reforçar o papel das equipas de gestão de altas na execução do processo multidisciplinar da alta, reduzindo o tempo de permanência dos utentes nos hospitais, por razões estritamente sociais.

Estas ações visam, claramente, melhorar a acessibilidade e os tempos de resposta, elevar os padrões assistenciais no que se refere à qualidade e segurança, mas também procurar alternativas assistenciais ao internamento convencional, em iguais condições de segurança e qualidade, reduzindo internamentos evitáveis – até por questões de segurança e diminuição do risco de infeção –, estimular a participação ativa das famílias e de outros cuidadores no processo assistencial com integração/envolvimento de outras entidades tuteladas pelo Ministério da Saúde ou terceiros convencionados, aumentar os níveis de produtividade e satisfação dos profissionais, bem como a sua autonomia e responsabilização, promover a eficiência e a rentabilização da capacidade instalada.

Os **objetivos de produção** para 2022 definidos no Acordo Modificativo ao Contrato-Programa (produção SNS) registaram uma taxa de execução conjunta de 95,9%, conforme se observa no quadro seguinte:

Tabela 03-2 acordo modificativo 2022 – taxa de execução da componente produção

Linha de financiamento	Valor CP	Executado	TX execução
01. Consultas Externas	35 482 490	33 743 674	95,1%
1.ª Consulta	8 583 349	8 377 022	97,6%
Consulta Subsequente	26 899 141	25 366 652	94,3%
02. Internamento	80 408 726	73 460 177	91,4%
GDH Médico	45 300 662	38 981 855	86,1%
GDH Cirúrgico Programado	20 471 438	20 098 762	98,2%
GDH Cirúrgico Urgente	14 221 187	14 056 437	98,8%
Dias de Internamento de Doentes Crónicos	415 440	323 122	77,8%
03. Episódios de GDH de Ambulatório	28 024 207	29 570 152	105,5%
GDH Médico	8 011 960	8 050 075	100,5%
GDH Cirúrgico	20 012 247	21 520 077	107,5%
04. Urgências	12 527 115	12 620 575	100,7%
05. Sessões em Hospital de Dia	1 286 532	960 269	74,6%
06. Programas de gestão da doença crónica	23 540 754	23 281 929	98,9%
VIH/Sida (doentes em TARC)	15 892 050	16 063 864	101,1%
Esclerose múltipla - doentes em terapêutica modificadora	4 085 400	3 837 800	93,9%
Hepatite C - N° de doentes tratados	553 760	664 512	120,0%
Doenças Lisossomais CTP	3 568	3 568	100,0%
Perturbações Mentais Graves	122 924	166 616	135,5%
PSCI	39 082	45 992	117,7%
Rastreios	107 190	19 453	18,1%
Telemonitorização DPOC	25 414	8 624	33,9%
Telemonitorização EAM	35 456	8 454	23,8%
Telemonitorização ICC	59 290	52 482	88,5%
Tratamento de doentes c/ patologia oncológica	2 616 620	2 410 564	92,1%
07. Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade	589 108	537 549	91,2%
09. Saúde sexual e reprodutiva	132 939	134 899	101,5%
IVG até 10 semanas	132 939	134 899	101,5%
11. Colocação de Implantes Cocleares	1 953 047	1 913 671	98,0%
12. Serviços Domiciliários	753 089	638 944	84,8%
Consultas Domiciliárias	11 760	6 880	58,5%
Hospitalização Domiciliária	741 329	632 064	85,3%
15. Outros	9 866 184	9 741 651	98,7%
Total	194 564 191	186 603 489	95,9%

Fonte: SICA em 16 de março de 2023

Existem objetivos designados de **Incentivos Institucionais**, e do qual depende da sua realização o valor relativo a 5% do valor total do contrato. Estes indicadores cobrem as áreas do acesso aos cuidados de saúde (6 indicadores), do desempenho assistencial (6 indicadores) e do desempenho económico-financeiro (4 indicadores). Os indicadores contratualizados e a sua realização encontram-se discriminados no quadro seguinte.

De referir que nem todos os indicadores se encontram apurados pela Tutela setorial, pelo que a taxa de execução de 68,7% apurada poderá vir a revelar-se superior.

Tabela 03-3 acordo modificativo 2022 – execução dos incentivos institucionais

Indicador	Meta	Realizado	TX Exec. Ajust. (%)	Índice de Desemp.	
Acesso				42,2	
% pedidos em Lista de Espera para Consulta (LEC) dentro do TMRG	63,0	43,0	68,3	6,8	
% consultas realizadas dentro dos TMRG	78,4	69,9	89,2	8,9	
% utentes em Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) dentro do TMRG	57,7	50,6	87,7	8,8	
% doentes operados dentro do TMRG	76,0	69,4	91,3	9,1	
% episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	82,0	70,7	86,2	8,6	
% doentes ref. para a RNCCI, avaliadados/confirmados pela EGA em tempo adequado (até 2 dias úteis) após a ref., no total de doentes ref. para a RNCCI	85,0				
Desempenho Assistencial				17,7	
% reinternamentos em 30 dias, na mesma Grande Categoria de Diagnóstico	3,0	3,1	95,7	2,9	
% cirurgias realizadas em ambulatório (GDH), para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	26,0	20,3	78,1	2,3	
% cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	33,0	25,5	77,3	2,3	
Índice de Mortalidade Ajustada	1,0	1,1	94,4	3,8	
Índice de Demora Média Ajustada	1,1	1,1	94,6	3,8	
Demora média antes da cirurgia	1,0	1,1	88	2,6	
Desempenho económico-financeiro				8,8	
Gastos operacionais por doente padrão		Valor do melhor do grupo			
Doente padrão por Médico ETC		70,0	62,5	89,3	4,5
Doente padrão por Enfermeiro ETC		50,0	42,7	85,4	4,3
% Gastos com Trabalho Extraordinário, Suplementos e FSE (Selecionados), no Total de Gastos com Pessoal		16,7			
Índice de Desempenho Global				68,7	
Valor Incentivos Contratados (€)				12 210 997	
Valor Incentivos Realizados (€)				8 388 955	

Fonte: SICA em 13 de março de 2023

A par da componente produção, foi também contratualizado um conjunto de **indicadores de acesso e qualidade assistencial no serviço de urgência**, que visam aferir a componente do valor da Urgência em função do desempenho. No global, e com base nos dados apurados a 13 de março de 2023, o CHLO teve um índice de desempenho de 94,5%, conforme se resume no quadro seguinte:

Tabela 03-4 acordo modificativo 2022 – execução dos indicadores da urgência

Indicador	Meta	Realizado	TX Execução (%)	Índice de Desempenho
% episódios de urgência com Prioridade atribuída Verde/Azul/Branca	55,00	58,70	93,30	18,7
% episódios de urgência com internamento	7,90	7,40	106,30	21,3
% episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	82,00	70,70	86,20	17,2
% utilizadores frequentes (> 4 episódios), no total de utilizadores do Serviço Urgência	3,10	3,60	83,90	16,8
Rácio Consultas Externas/Atendimentos em Urgência	3,80	3,90	102,60	20,5
Índice de Desempenho do Serviço de Urgência				94,5

Fonte: SICA em 13 de março de 2023

Tabela 03-5 Investimos em 2022

Plano de Investimento	PAO 2022	Executado 2022				Desvio (PAO vs Executado)
		Total	Fontes de financiamento			
			Autofinanc (receitas próprias)	Fundos comunitários	Outras	
Aquisição de PDA para mobilidade logística e Distribuição	8 094,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 094,00 €
Arco em C Ortopedia	500 000,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-500 000,00 €
Beneficiação da UCA HEM	0,00 €	166 098,35 €	166 098,35 €	0,00 €	0,00 €	166 098,35 €
Beneficiação HEM	1 178 257,44 €	1 697 471,20 €	1 697 471,20 €	0,00 €	0,00 €	519 213,76 €
Beneficiação HSC	903 051,00 €	445 222,70 €	445 222,70 €	0,00 €	0,00 €	-457 828,30 €
Beneficiação HSFX	949 133,00	518 319,48 €	518 319,48 €	0,00 €	0,00 €	-430 813,52 €
Camas CHLO	0,00 €	39 074,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	39 074,89 €
Captação de Imagem 3D HEM	560 000,00	688 800,06 €	688 800,06 €	0,00 €	0,00 €	128 800,06 €
Certificação da Sala de citotóxicos hospital de dia oncologia (Reabilitação do HD Oncologia HSFX e Certificação da sala de preparação de citotóxicos)	50 000,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-50 000,00 €
Certificação dos heliportos (HSC e HSFX)	275 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-275 000,00 €
Ecógrafos	154 365,00	445 875,00 €	445 875,00 €	0,00 €	0,00 €	291 510,00 €
Eficiência Energética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE - Hospital de Egas Moniz	692 281,53 €	1 526 392,81 €	121 830,12 €	1 404 562,69 €	0,00 €	834 111,28 €
Eficiência Energética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE - Hospital de Santa Cruz	567 614,21	755 007,44 €	28 380,71 €	726 626,73 €	0,00 €	187 393,23 €
Eficiência Energética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE - Hospital de São Francisco Xavier	1 321 534,10	1 793 193,89 €	156 528,85 €	1 636 665,04 €	0,00 €	471 659,79 €
Equipamentos Diversos	1 373 000,00 €	2 400 504,26 €	2 400 504,26 €	0,00 €	0,00 €	1 027 504,26 €
Expansão instalações SSTI HEM	114 145,64 €	42 291,07 €	42 291,07 €	0,00 €	0,00 €	-71 854,57 €
Expansão serviço de imagiologia HSFX	462 130,26 €	185 396,23 €	185 396,23 €	0,00 €	0,00 €	-276 734,03 €
Hardware	322 260,00 €	364 888,49 €	364 888,49 €	0,00 €	0,00 €	42 628,49 €
Hardware - Desmaterialização das assinaturas do utente	0,00 €	11 685,00 €	0,00 €	47 632,98 €	36 007,02 €	11 685,00 €
Incubadora Cardiologia Pediátrica	28 300,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-28 300,00 €
Mamografo HSFX	393 600,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-393 600,00 €
Marquesa Operatória Fixa BOC HEM	328 600,00 €	0,00 €	328 600,00 €	0,00 €	0,00 €	-328 600,00 €
Novo edifício HSC	485 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-485 000,00 €
Remodelação do Edifício para UDIP HEM	13 070,24	13 070,24 €	13 070,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Remodelação instalações psiquiatria na urg. geral HSFX	207 978,35 €	207 978,36 €	207 978,36 €	0,00 €	0,00 €	0,01 €
RX portátil	79 120,00 €	16 605,00 €	16 605,00 €	0,00 €	0,00 €	-62 515,00 €
Software	179 210,15	217 160,94 €	217 160,94 €	0,00 €	0,00 €	37 950,79 €
Software - Desmaterialização das assinaturas do utente	170 724,00	170 724,00 €	0,00 €	124 055,89 €	46 668,11 €	0,00 €
Ventiladores	104 908,69 €	418 876,03 €	418 876,03 €	0,00 €	0,00 €	313 967,34 €
TOTAL	11 421 377,61 €	12 124 635,44 €	8 463 897,09 €	3 939 543,33 €	82 675,13 €	703 257,83 €

O grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE foi de 83% na despesa e de 83% na receita, conforme os quadros nas páginas seguintes.

Tabela 03-6: Orçamento CHLO - 2022

SIGO/SOE	Grau de execução	Nota Justificativa
Orçamento da Receita	83%	Receita abaixo do esperado
Orçamento da Despesa	83%	Como consequencia da não execução da receita

03.02 > gestão do risco financeiro

O CHLO não tem empréstimos bancários.

Tabela 03-7: Gestão do risco financeiro

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

03.03 > limite de crescimento do endividamento

Não aplicável, dado que o CHLO não detém empréstimos bancários.

03.04 > prazo médio de pagamentos

Os pagamentos em atraso no montante de 22,6 milhões de euros registam um aumento, face ao ano anterior, no montante de 2 milhões de euros. Este aumento foi consequência da redução das verbas extraordinárias da ACSS e do aumento das compras consequência da pandemia.

O CHLO cumpre a obrigação trimestral de divulgação no sítio da internet da lista das dívidas superiores a 30 dias.

Tabela 03-8: Prazo médio de pagamento

PMP	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	200	167	33	19,8%

Apesar do aumento da dívida face ao ano transato a diminuição do prazo médio de pagamento justifica-se pelo aumento das compras.

Tabela 03-9: Dívidas vencidas

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	26.043.395,71	243.506,58	1.359.239,82	1.024.148,14	5.771.731,82
Aq. de Capital	12.377,16	0,00	17.142,93	9.225,00	11.141,51
Total	26.055.772,87	243.506,58	1.376.382,75	1.033.373,14	5.782.873,33

03.05 > resultados obtidos e recomendações do acionista

Na sequência do Despacho n.º 12171/2021 de 6 de dezembro de 2021, emanado dos gabinetes do SET e SES foi nomeado ROC para os exercícios de 2021 a 2023 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton & Associados, SROC, L.da, representada pelo ROC Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes. O Despacho acima referido ainda contempla esta Sociedade ROC para a prestação do serviço de revisão e certificação legal de contas do exercício de 2017, 2018, 2019 e 2020. Encontram-se em curso os trabalhos de revisão e certificação legal de contas.

03.06 > remunerações

As funções de administração executiva e funções de fiscalização do CHLO estão estruturadas nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, sendo que o modelo de governo adotado prevê os seguintes órgãos:

- Conselho de Administração;
- Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma sociedade de revisores oficiais de contas;
- Conselho Consultivo.

Conselho de administração

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos dos Hospitais, Centros Hospitalares e Institutos Portugueses de Oncologia, E. P. E., constantes do anexo ii ao Decreto-Lei 18/2017, de 10 de fevereiro, conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, e com o n.º 3 do artigo 73.º do Decreto-Lei 169-B/2019, de 3 de dezembro, e nos 1 e 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 200/2019, de 19 de dezembro, resulta que os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., são designados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável uma única vez. Em 4 de agosto foi o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (Decreto-Lei 52/2022, de 4 de agosto), que permite a renovação até ao limite máximo de três renovações consecutivas.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, na sua redação atual.

O Despacho 8736/2020, designa os membros do conselho de administração do CHLO.

Faz-se notar o seguinte:

- Os elementos do Conselho de Administração não têm acumulação de funções;
- Não foram atribuídos prémios de gestão;
- Foram aplicadas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2022.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
2020-2022	Presidente	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	Despacho n.º 8736/2020 Finanças e Saúde	11/09/2020		CHLO	O		2
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira				CHLO	D		4
	Vogal Executivo	Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre				CHLO	D		1
	Vogal Executivo	Dr. José Manuel Fernandes Correia				CHLO	O		2
	Vogal Executivo	Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos				CHLO	D		1

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	B	5 303,02	1 678,57
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3 938,27	1 565,92
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	S	B	3 938,27	1 565,92
Dr. José Manuel Fernandes Correia	N	B	5 016,37	1 342,85
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	S	B	3 938,27	1 565,92

Tabela 03-10: Remuneração Anual – Conselho de Administração – 2022

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	94 385,12		94 385,12		94 385,12
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	73 926,82		73 926,82		73 926,82
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	73 926,82		73 926,82		73 926,82
Dr. José Manuel Fernandes Correia	86 343,38		86 343,38		86 343,38
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	73 926,82		73 926,82		73 926,82
			402 508,96		402 508,96

Tabela 03-11: Benefícios sociais – Conselho de Administração – 2022

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	5,20	1 099,48	ADSE/CGA	12 904,73				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	5,20	1 161,49	Seg Social	8 131,94				
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	5,20	1 059,17	ADSE/CGA	10 061,70				
Dr. José Manuel Fernandes Correia	5,20	1 070,86	ADSE/CGA	12 716,48				
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	5,20	1 089,94	ADSE/CGA	8 960,44				
		5 480,94		52 775,29	0	0		0

Tabela 03-12: Encargos com viaturas - Conselho de Administração - 2022

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (N.º)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010			
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	N								
Dr. José Manuel Fernandes Correia	S	S		Aquisição	2003				
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	N								

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Tabela 03-13: Gastos anuais associados a deslocações em serviço - Conselho de Administração - 2022

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva						0,00 €
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira						0,00 €
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre						0,00 €
Dr. José Manuel Fernandes Correia						0,00 €
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos						0,00 €
						0,00 €

Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2021-2023	Presidente	Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	Despacho n.º 12171/2021	16/12/2021	1 362,02	2
	Vogal Efetivo	Dra. Carla Maria Lamego Ribeiro				1
	Vogal Efetivo	Dra. Tânia Isabel Branco de Jesus			1 033,80	1
	Suplente	Dr. Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira				

Tabela 03-14: Remuneração anual - Conselho Fiscal - 2022

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida	15 231,21		15 231,21
Dra. Carla Maria Lamego Ribeiro			0,00
Dra. Tânia Isabel Branco de Jesus	19 068,28		19 068,28
Dr. Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira			0,00
			34 299,49

Revisor Oficial de Contas

Nos termos do Despacho n.º 12171/2021, de 6 de dezembro, emanado dos gabinetes do SET e SES, foi designado Revisor Oficial de Contas do CHLO, para acompanhar o mandato do Conselho Fiscal, 2021-2023, a Sociedade de

Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes inscrito na OROC com o n.º 1202 e na CMVM com o n.º 20160813. O Despacho acima referido ainda contempla esta Sociedade ROC para a prestação do serviço de revisão e certificação legal de contas do exercício de 2017, 2018, 2019 e 2020. Encontram-se em curso os trabalhos de revisão e certificação legal de contas.

Tabela 03-15: Identificação SROC/ROC - 2022

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Roc Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton & Associados, SROC, L.da	67	20161403	Despacho n.º 12171/2021	16/12/2021	04/03/2022	1	1
	Representada pelo ROC	Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes	1202	20160813					

Tabela 03-16: Valores anuais ROC/FU - 2022

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton & Associados, SROC, L.da	29 766,00		29 766,00				

Auditor Externo

O Revisor Oficial de Contas acima identificado emite a sua Certificação Legal das Contas nos termos dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovados pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, dá resposta aos requisitos legais impostos, tendo em conta o novo Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro. De acordo com a nova redação do artigo 8.º, n.º 1 do Cód.VM, as funções do "auditor registado na CMVM" são agora desempenhadas por ROC/SROC que, nos termos gerais, deve estar registado na CMVM para o exercício de funções de interesse público.

03.07 > estatuto do gestor público (artigos 32.º e 33.º)

Não foram utilizados cartões de crédito nem reembolsadas despesas de representação.

Não existem viaturas afetas aos gestores públicos.

Tabela 03-17: Gastos com Comunicações - Conselho de Administração - 2022

Membro do CA	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	80,00	123,94	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	140,41	
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	80,00	212,05	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	80,00	51,18	
Enf.ª Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	80,00	65,32	
		592,9	

Tabela 03-18: Gastos associas a viaturas - Conselho de Administração - 2022

Nome	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	486,43	261,9	53,08	314,98	66-BE-02
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	1 952,88	66,19	2 019,07	66-BE-62
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre				0,00	
Dr. José Manuel Fernandes Correia	389,15	954,05	250,57	1 204,62	21-18-VF
Enfª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos				0,00	
Total				3 538,67	

03.08 > despesas não documentadas ou confidenciais

O CHLO não realizou despesas não documentadas, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e no artigo 11.º do EGP.

03.09 > relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres

O CHLO cumpre o Princípio de Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro, e no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

O relatório sobre a igualdade salarial entre géneros no CHLO do biénio de 2021/2022, onde consta o diagnóstico prévio da situação de homens e mulheres, com base em indicadores para a igualdade, encontra-se publicado no seu sítio da internet em:

https://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/CHLO_PlanoligualdadeGenero_2021_2022.pdf

As políticas de recursos humanos no CHLO tendem à promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e à eliminação das discriminações, designadamente:

- ao nível do emprego e das remunerações;
- na esfera da tomada de decisão e da liderança;
- no acesso a oportunidades de formação;
- na articulação da vida profissional, pessoal e familiar.

03.10 > relatório anual sobre prevenção da corrupção

O CHLO dispõe, desde 2014, de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Esse documento é de consulta pública e está disponível no sítio da internet do CHLO:

https://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/PlanoGRCInfConexasCHLO_2ªrevisao16122021.pdf

O PGRIC foi aprovado pelo CA em 30 julho de 2014. Tendo em consideração as recomendações do CPC e a realidade do CHLO, foram efetuadas duas revisões posteriores em 2015 e 2021, respetivamente. Esta revisão consistiu no acrescento de novos riscos, respetivos níveis de Probabilidade de Ocorrência e Escala de Risco dos serviços em controlo, de acordo com a FERMA - FEDERATION OF EUROPEAN RISK MANAGEMENT ASSOCIATIONS "A Risk Management Standard" com o objetivo de o tornar o mais abrangente/consistente, eficaz e eficiente (mitigação do riscos).

O PGRIC obedece às Recomendações do CPC (Lei n.º 24/2008, de 4 de setembro) emitidas à data da sua atualização, nomeadamente as seguintes:

- a. Recomendação n.º 1 de 1 de julho de 2009, nos termos da qual "os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas;
- b. Recomendação de 7 de novembro de 2012, nos termos da qual os organismos públicos devem incluir nos seus Planos, mecanismos de acompanhamento e de gestão de conflito de interesses;
- c. Recomendação de 7 de janeiro de 2015, sobre prevenção de riscos de corrupção na contratação pública – O CPC atribui às entidades que celebram contratos públicos, a responsabilidade de reforçar a atuação na identificação, prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos, de incentivar a existência de recursos humanos com formação adequada, de garantir a transparência nos procedimentos de contratação pública através de publicidade em plataformas eletrónicas, de assegurar o funcionamento dos mecanismos de controlo de eventuais conflitos de interesses na contratação pública e reduzir o recurso ao ajuste direto;
- d. Recomendação de 1 de julho de 2015, que alargou o âmbito dos Planos de gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas atribuindo às entidades públicas o dever de identificar de modo exaustivo os riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, bem como as correspondentes medidas preventivas.

O CHLO considera o PGRIC um instrumento fundamental para a gestão. Este deve ser entendido como dinâmico, sujeito a um aperfeiçoamento contínuo, resultante da sua monitorização/avaliação, através da experiência que vai sendo adquirida, da consideração de novas situações que vão surgindo no seio da organização (CHLO) e da sua interligação com o exterior. Para que o Plano seja cada vez mais profícuo, exige-se uma participação global de todos os serviços nesse sentido. Para que essa participação seja mais eficaz e eficiente deve, no seio da organização, existir a preocupação constante de fomentar o debate e a divulgação dos princípios éticos e de boa gestão, bem como alertar e sensibilizar para uma cultura de boas práticas de modo a possibilitar a existência de um sistema de controlo interno mais adequado.

O Relatório Anual da Execução do PGRIC do ano de 2021 pode ser consultado no Link: https://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/CHLO_PlanogriscosCorrupcaoInfConexas_2021_28042022.pdf

O Relatório Anual da Execução do PGRIC do ano de 2022 ainda não foi elaborado. Aquando da sua conclusão, será publicado no Portal do SNS e no site (Intranet e Internet) do CHLO e enviado para as entidades competentes.

Dando cumprimento ao recomendado na alínea a) do n.º 4 do Artigo 6.º do Anexo do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) foi elaborado em outubro um relatório intercalar dos riscos de grau elevado ou máximo, que pode ser consultado no link:

https://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/CHLORelatrioIntercalarExecucaoPGRIC_outubro2022.pdf

De acordo com exposto na alínea anterior,

- o relatório anual de 2022 encontra-se em elaboração;
- o relatório anual de 2021 encontra-se publicado no site de internet do CHLO;

- foi elaborado um relatório intercalar sobre os riscos de grau elevado ou máximo, em outubro de 2022, que se encontra também disponível para consulta no site de internet do CHLO.

03.11 > contratação pública

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, tendo os procedimentos internos sido revistos nesse sentido.

Destacando-se a este nível a submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de contratos de valor igual ou superior a 750.000 euros, nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

Manteve-se em vigor o Decreto-Lei n.º 10-A/2020, que previa normas de contingência para a epidemia SARS-CoV-2 para assegurar o tratamento da doença COVID-19 no SNS, através de um regime legal adequado a esta realidade excecional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública.

O Decreto-Lei n.º 66-A/2022, de 30 de setembro, determinou a cessação de vigência de vários decretos-leis publicados no âmbito da pandemia da doença COVID-19, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 10-A/2020 (que no seu artigo 2.º fazia uma remissão para o procedimento de ajuste direto do artigo 24.º/1/c), sendo que se aplicariam as regras deste procedimento com algumas particularidades), inviabilizando a partir dessa data o recurso à aplicação destas medidas de contratação extraordinárias e de caráter urgente.

Ainda assim, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, mantiveram-se isentos de fiscalização prévia os contratos celebrados pelas entidades referidas pelo artigo 7.º daquele DL, prevalecendo somente o cumprimento da obrigação fixada no n.º 2 da Lei n.º 1-A/2020, dar conhecimento ao Tribunal de Contas dos contratos abrangidos pela isenção aí fixada.

Foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas 19 contratos no valor de:33.848.507,59 euros (iva incluído).

03.12 > adesão ao sistema nacional de compras públicas

As aquisições ao abrigo de CPAs promovidos pela central de compras da saúde (SPMS) são, regra geral, obrigatórias, não carecendo de adesão, ainda que também integrem o Sistema Nacional de Compras Públicas.

O Despacho n.º 1571-B/2016, de 1 de fevereiro, determinou a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde, para todos os serviços e instituições do SNS, a qual é assegurada pela SPMS.

Nestes termos, foi centralizada a aquisição dos bens e serviços constantes da Circular Informativa Conjunta n.º 2/ACSS/INFARMED/SPMS e da Circular Informativa Conjunta n.º 8/ACSS/INFARMED/SPMS.

Quanto ao mais, o CHLO é uma "entidade voluntária aderente".

03.13 > medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

A justificação para as variações apresentadas centram-se no aumento generalizado da produção, no aumento do consumo em alguns medicamentos de ambulatório, nos impactos do contexto geopolítico com aumentos de preços da energia e de alguns produtos de consumo, bem como o reflexo indirecto em alguns serviços e na efectivação de um conjunto de medidas legais de recursos humanos.

Os gastos com frota justificam-se pela variação de preços ocorrida em 2022 nos preços dos combustíveis e adicionalmente pelo aumento do número de doentes em hospitalização domiciliária, com o aumento do número de viagens.

Notas ao quadro:

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022

b) Se aplicável, os impactos excepcionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Tabela 03-19: Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021		2022/2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-72.242.182	-58.364.058	-58.235.506	-40.081.228	-20.240.162	-14.006.675	24,1%	-52.002.019	256,9%
(1) CMVMC	118.450.142	115.581.497	105.735.492	97.286.654	88.259.914	12.714.650	12,0%	30.190.228	34,2%
(2) FSE	45.205.562	46.094.836	43.145.699	40.784.897	32.977.861	2.059.864	4,8%	12.227.702	37,1%
(3) Gastos com o pessoal	153.592.545	147.694.946	146.672.663	138.789.225	127.595.267	6.919.882	4,7%	25.997.278	20,4%
i. Relativos aos órgãos sociais ^{a)}	447.911	449.373	456.818	491.701	457.096	-8.907	-1,9%	-9.185	-2,0%
ii. Indemnizações pagas por rescisão ^{a)}	38.006	3.070	18.235	13.548	16.030	19.771	108,4%	21.976	137,1%
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}						0		0	
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais ^{a)}						0		0	
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii e iii. e iv.	153.106.628	147.242.503	146.197.610	138.283.976	127.122.140	6.909.018	4,7%	25.984.487	20,4%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excepcionais ^{b)}			39.000.958			-39.000.958		0	
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	317.248.250	309.371.280	256.552.896	276.860.777	248.833.042	60.695.353	23,7%	68.415.208	27,5%
(7) Volume de negócios (VN)	203.347.436	208.021.787	171.086.203	175.351.891	190.037.153	32.261.233	18,9%	13.310.283	7,0%
Subsídios à exploração	38.651.945	38.586.270	62.917.035	58.367.879	31.007.424	-24.265.089	-38,6%	7.644.521	24,7%
Indemnizações Compensatórias						0		0	
(8) Perda de receita decorrente de fatores excepcionais ^{b)}			3.040.873			-3.040.873		0	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	203.347.436	208.021.787	174.127.076	175.351.891	190.037.153	29.220.360	16,8%	13.310.283	7,0%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	1,6	1,5	1,5	1,6	1,3	0	5,9%	0	19,1%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	8.976	7.600	7.816	7.758	19.432	1.160	14,8%	-10.456	-53,8%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	3.184	3.892	3.829	2.029	9.405	-645	-16,8%	-6.221	-66,1%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	191.010	193.670	176.732	85.730	108.682	14.278	8,1%	82.329	75,8%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	404.467	376.237	250.343	464.735	377.388	154.124	61,6%	27.080	7,2%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	203.170	205.163	188.377	95.516	137.518	14.793	7,9%	65.652	47,7%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	4.405	4.623	4.500	4.449	4.299	-95	-2,1%	106	2,5%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	7	6	7	8	1	16,7%	-1	-12,5%
N.º Cargos de Direção (CD)	24	32	18	19	21	6	33,3%	3	14,3%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	4.374	4.584	4.476	4.423	4.270	-102	-2,3%	104	2,4%
N.º Trabalhadores/N.º CD	182	143	249	233	203	-66	-26,7%	-21	-10,4%
N.º de viaturas	26	26	26	21	21	0	0,0%	5	23,8%

03.14 > princípio da unidade de tesouraria do Estado

Foi solicitado ao IGCP a dispensa do cumprimento deste princípio (UTE), tendo sido remetido ao CHLO a informação com a referência UE: SGC n.º 233 de 20/12/2021 no sentido de reiterar os despachos dos anos anteriores, para os anos de 2021 e 2022.

Tabela 03-20: IGCP

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades		6 362 396,62	8 803 897,39	9 873 596,76
Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 362 396,62	2 960 404,99	8 803 897,39	9 873 596,76

Tabela 03-21: Banca Comercial

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Montepio Geral Deposito a Ordem		4 304,96	5 174,18	5 302,51
Montepio Geral Deposito a Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4 304,96	7 247,03	5 174,18	5 302,51
Juros auferidos**	9,68	9,68	9,68	9,68

03.15 > auditorias conduzidas pelo tribunal de contas

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas ao CHLO no triénio 2020/2022.

Cf. sítio da internet do Tribunal de Contas:

- <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Pages/detalhe.aspx?dset=2020>
- <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Pages/detalhe.aspx?dset=2021>
- <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Pages/detalhe.aspx?dset=2022>

03.16 > plano para a igualdade

O CHLO aprovou em março de 2022 o plano para a igualdade de género 2021/2022 no qual é feita a apreciação de um conjunto de medidas.

Este plano encontra-se para consulta pública no sítio da internet do CHLO:

https://www.chlo.min-saude.pt/images/documents/informacao_gestao/CHLO_PlanoligualdadeGenero_2021_2022.pdf

03.17 > demonstração não financeira

De acordo com o n.º 2 do artigo 66.º-B do CSC, a demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

- Uma breve descrição do modelo empresarial da empresa;
- Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados;
- Os resultados dessas políticas;
- Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;
- Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

Esta informação consta do Relatório do Governo Societário 2022 do CHLO.

Tabela 03-22: Demonstração não financeira

Informação	Referência no Relatório do Governo Societário
Descrição do modelo empresarial da empresa	Capítulo V - A N.º 1 Capítulo V - C N.º 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9 a), 9 c), 9 d) Capítulo V - D N.º 1, 2, 5, 6, 7, 8 a) e 8 b) Capítulo V - E N.º 1, 2, 3 e 4 Capítulo V - F N.º 1
Descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo os processos de diligência devida aplicados	Capítulo II - N.º 2 Capítulo IX - N.º 3 a), 3 b), 3 c), 3 d), 3 e) e 3 f)
Os resultados dessas políticas	Capítulo II - N.º 2 Capítulo IX - N.º 3 a), 3 b), 3 c), 3 d), 3 e) e 3 f)
Principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa	Capítulo II - N.º 3 e 4 Capítulo VI - A N.º 2 e 3 Capítulo VI - B N.º 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8 Capítulo VI - C N.º 2 e 3
Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica	Capítulo II - N.º 3

03.18 > informação divulgada no portal da DGTF

Toda a informação relevante consta no sítio da internet da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. O CHLO solicitará, após o fecho das contas em curso, a sua atualização.

Tabela 03-23: Informação divulgada no portal da DGTF

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/NA	Data Atualização	
Estatutos	S		Atualizar com os dados mais recentes após a aprovação das contas.
Caracterização da empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto Remuneratório Fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transações	S		
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S		
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S		
Código de Ética	S		

04 > atividade clínica

O ano de 2022 foi o ano de regresso à antiga normalidade, tendo sido atingido ou superado em algumas linhas de produção os valores observados em 2019.

Em 2022, o CHLO realizou cerca de 64 mil doentes padrão, ou seja, cerca de 3,5% do total de doentes padrão dos hospitais e ULS do SNS (incluindo PPP). Na região onde se enquadra, a Região de Lisboa e Vale do Tejo, o CHLO representou cerca de 9,7%.

No quadro seguinte, é realizada a comparação entre a atividade assistencial do CHLO com a dos hospitais/ULS SNS da Região de Lisboa e Vale do Tejo e do País, bem como, com a atividade realizada pelos seis Centros Hospitalares que integram o Grupo E.

Tabela 04-1 Atividade realizada em 2022 (CHLO, Região LVT, HH Grupo E, SNS)

	Atividade	CHLO	Região LVT		Grupo E		Total SNS	
			Quant	Peso	Quant	Peso	Quant	Peso
0.1	Consultas Médicas	463.380	4.493.365	10,3%	4.423.748	10,5%	12.933.819	3,6%
0.2	Lotação (Dezembro)	749	7.540	9,9%	6.410	11,7%	21.119	3,5%
0.3	Doentes Saídos	21.365	263.275	8,1%	221.915	9,6%	749.907	2,8%
	Doentes em Hosp. Domic.	186	2.568	7,2%	1.304	14,3%	8.932	2,1%
	Partos	2.076	25.121	8,3%	17.485	11,9%	64.563	3,2%
	Cirurgias	20.256	241.461	8,4%	243.182	8,3%	758.540	2,7%
	Atendimento em Urgências	144.740	2.193.167	6,6%	1.285.921	11,3%	6.232.292	2,3%
0.4	Sessões HD	33.494	506.110	6,6%	413.926	8,1%	1.444.533	2,3%
	Doentes Padrão	64.118	663.324	9,7%	701.194	9,1%	1.851.366	3,5%
	Doentes Padrão / Médico ETC	62,5	68,6		71,7		69,8	
	Doentes Padrão / Enfermeiro ETC	42,7	45,3		49,4		44,6	

Observações

Q1: não inclui as consultas realizadas no âmbito da procriação medicamente assistida.

Q2: lotação média do mês de dezembro.

Q3: não inclui os doentes do berçário.

Q4: inclui as sessões sem GDH inclui sessões de quimioterapia e não inclui as sessões de hemodiálise nem de radioterapia.

Grupo E: CHULisboa Central, CHULisboa Norte, CHLisboa Ocidental, CHUCoimbra, CHUPorto, CHUSão João.

Fonte: SICA - Relatórios standard, em 13 de março de 2023.

No que respeita ao número de órgãos transplantados, o CHLO realizou cerca de 35% dos transplantes de coração a nível nacional e cerca de 10% no transplante do rim.

Tabela 04-2 Número de órgãos transplantados em 2022 no CHLO e a nível nacional

Órgão	CHLO	Nacional	%CHLO/ Nac.
Coração	13	37	35,1%
Pulmão	0	76	0,0%
Fígado	0	200	0,0%
Pâncreas	0	25	0,0%
Rim	48	476	10,1%

Fonte: BMHeSNS Transparência, em 13 de março de 2023.

A apreciação global e evolutiva da atividade clínica é feita pelas grandes áreas funcionais que caracterizam a produção assistencial.

04.01 > internamento e partos

O CHLO registou, em dezembro 2022, uma **lotação praticada** de 749 camas de agudos, contando ainda com 28 berços. As camas de agudos encontram-se distribuídas do seguinte modo:

Tabela 04-1 Distribuição do número de camas por estrutura (dezembro 2022)

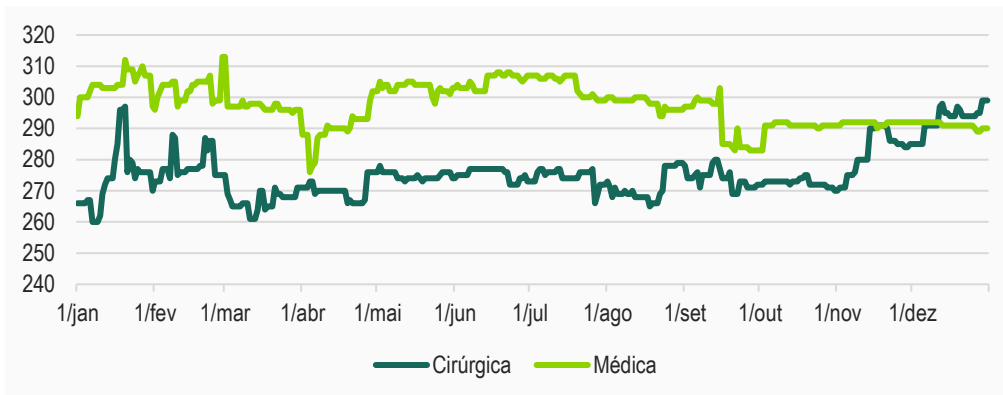
Estrutura	Lotação
Especialidades Cirúrgicas	291
Especialidades Médicas	292
Obstetrícia-Ginecologia	59
Unidade de Transplantes	3
UCI Cirurgia Cardio-Torácica	13
UCI Polivalente	36
Psiquiatria	25
Pediatria	16
UCI Neonatologia	14

Tabela 04-2 Distribuição do número de camas por serviço (dezembro 2022)

Área / Serviço	Lotação	Área / Serviço	Lotação
Área Cirurgia e Especialidades Cirúrgicas	197	Área Medicina e Especialidades Médicas	229
Cirurgia Geral	105	Endocrinologia	4
Cirurgia Geral - Transplantes	3	Gastroenterologia	11
Cirurgia Plástica e Reconstructiva e Estética	20	Hematologia Clínica	9
Oftalmologia	1	Infeciologia	18
Ortopedia e Traumatologia	37	Medicina Interna	135
Otorrinolaringologia	13	Nefrologia	33
Urologia	18	Pneumologia	16
Área Coração e Vasos	99	Reumatologia	3
Cardiologia	36	Área Mulher e da Criança	89
Cardiologia pediátrica	8	Ginecologia	15
Cirurgia Cardio-Torácica	27	Obstetrícia	44
UCI Cirurgia Cardio-Torácica	13	Pediatria	16
Cirurgia Vasculuar	15	UCI Neonatal	14
Área Doente Crítico	36	Área Neurociências	61
Medicina Intensiva	36	Neurocirurgia	45
Área Doente Oncológico	3	Neurologia	16
Oncologia Médica	3	Área Psiquiatria e Saúde Mental	25
		Psiquiatria	25
		Unidades Funcionais	10
		Ortopedia e Traumatologia HOSA	10

A gestão das camas médico-cirúrgicas é feita tendo em conta as necessidades. No gráfico seguinte é possível visualizar a evolução diária da distribuição do número de camas médicas e cirúrgicas, no ano de 2022.

Figura 04-3 Evolução diária do número de camas médico-cirúrgicas durante 2022



As camas de cuidados intensivos não registaram grandes variações ao longo do ano, mantendo-se nas 36 camas para a UCI Polivalente, 13 camas para a UCI dedicada à Cirurgia Cardio-Torácica e 14 incubadores na Unidade de Neotaologia.

A mesma regularidade se observou também nas camas de Pediatria (16 camas) e de Psiquiatria (adultos) (25 camas), bem como nas camas de Obstetrícia-Ginecologia (59 camas).

O número de **doentes saídos** foi de 23.265 doentes saídos, em 2022. Mais 1.200 (+5,4%) do que em 2021. Este aumento resultou dos aumentos do número de doentes saídos na grande maioria dos serviços, sendo mais expressivo o impacto do aumento do número de partos. Aqueles que registaram diminuições mais expressivas foram a Infecçiology, a Medicina Interna e a Medicina Intensiva. Estas diminuições foram consequência direta da diminuição do número de doentes internados por COVID'19 (enquanto diagnóstico principal).

A **demora média** foi de 10,16 dias, ligeiramente inferior ao observado em 2021 (10,20 dias). A demora média pré-operatória (1,12 dias), apesar de elevada, tem registado melhorias significativas.

A **taxa de ocupação** rondou os 81,2%, ficando acima do registado em 2021. Este aumento encontra explicação na diminuição da capacidade instalada, aumento do número de doentes saídos e manutenção da demora média.

O **índice de case-mix (ICM)** registou um valor de 1,5486, embora abaixo do observado em 2021, ficou acima do ICM do Grupo E em mais 8% e, quando comparado com o ICM do Contrato-Programa, ficou acima deste em 35%. É clara a diferenciação do CHLO enquanto hospital de referência.

O número de dias de internamento dos **doentes psiquiátricos internados em ordens religiosas** registou uma ligeira diminuição (-93 dias, -1,3%) face a 2021.

A tabela da página seguinte inclui um resumo e evolução dos principais indicadores de produção.

Tabela 04-3 Resumo da evolução da atividade de internamento 2020-2022

Indicador	2020	2021	2022	Meta	2022/ Meta	2022/ 2021
Doentes Agudos						
Lotação Praticada sem bercário (média do período)	748	735	732	723	1,3 %	-0,3 %
Taxa de Ocupação	70,7%	77,4%	81,2%	82,1%	-0,9 pp	3,8 pp
Lotação Praticada - Berçário	28	28	28	28	0,0 %	0,1 %
Taxa de Ocupação	49,6%	47,3%	52,9%	0,52	1,1 pp	5,6 pp
Total de doentes saídos	21.193	22.065	23.265	24.435	-4,8 %	5,4 %
Sem berçário	19.251	20.352	21.365	22.475	-4,9 %	5,0 %
Berçário	1.942	1.713	1.900	1.960	-3,1 %	10,9 %
Demora Média (sem berçário)	10,05	10,20	10,16	9,64	5,4 %	-0,4 %
Demora Media Pré-Operatória (admissão prog) *	1,24	1,44	1,12	1,00	12,1 %	-22,0 %
Índice de Demora Média Ajustada *	1,09	1,11	1,15	1,08	6,1 %	3,7 %
Índice de Case-Mix *	1,4235	1,5747	1,5486	1,1513	34,5 %	-1,7 %
Cirúrgico	2,1402	2,2720	2,2396	-	-	-1,4 %
Médico	0,8567	0,9785	0,8993	-	-	-8,1 %
Doentes Crónicos						
Ventilados						
Doentes	0	0	0	1	-100,0 %	-
Dias de Internamento no período	0	0	0	365	-100,0 %	-
Psiquiatria no exterior (ordens religiosas)						
Doentes	25	27	34	35	-2,9 %	25,9 %
Dias de Internamento no período	2.094	7.337	7.244	7.000	3,5 %	-1,3 %

Fonte: SONH/SICA/BMH

Em 2021, o número de **doentes protelados** foi de 520, mais 32 (+11%) que em 2021. O número de dias de protelamento foi de 17.179, ou seja, mais 2.200 (+15%) do que em 2021. O número de dias de protelamento observado em 2022 corresponde a cerca de 55 camas no ano com uma taxa de ocupação de 85%.

Estes doentes tiveram um tempo de protelamento médio de 33 dias. Os doentes protelados com destino para a RNCCI representaram 59% do total de doentes protelados e 48% do número de dias de protelamento.

O diagnóstico social de alta mais frequente foi “incapacidade familiar para cuidar” e representou 83,5%, seguido do “sem cuidados/sem família” com 13,5%. Os doentes com o motivo “recusa de alta” representaram 1,3%.

O grupo etário mais frequente foi o “> 80 anos” com 46%, seguido do grupo “65 a 80 anos” com 35,6%. No seu conjunto, estes dois grupos etários representaram cerca de 81,5% do número de doentes.

Cerca de 95% destes doentes foram classificados como “completamente dependente”.

Tabela 04-4 Doentes e dias de protelamento

Doentes Protelados	2021	2022	2022/2021
Total de Doentes			
N.º de doentes protelados	488	520	6,6 %
N.º dias de protelamento	14.979	17.179	14,7 %
Dias protelamento / Doentes protelados	31	33	7,6 %
Setor Social			
N.º de doentes protelados	160	214	33,8 %
N.º dias de protelamento	6.263	8.871	41,6 %
Dias protelamento / Doentes protelados	39	41	5,9 %
RNCCI			
N.º de doentes protelados	328	306	-6,7 %
N.º dias de protelamento	8.716	8.308	-4,7 %
Dias protelamento / Doentes protelados	27	27	2,2 %

Fonte: Serviço Social

Tabela 04-5 Caracterização dos doentes protelados de 2022 (n = 520)

Característica	Peso %
Idade	
<18	2,5%
entre 18 e 65 anos	16,0%
Entre os 65 e 80 anos	35,6%
>80	46,0%
Sexo	
F	56,5%
M	43,5%
Tipo de episódio	
Medico	72,9%
Cirurgico	27,1%
Grau de dependência	
I- Autonomo	1,0%
II- semi-dependente	4,4%
III- Completamente dependente	94,6%
Motivo	
Social	
Incapacidade de resposta de familiar ou cuidador	8,5%
Outras causas de indole social	1,0%
Organização\Sistémica	
Aguarda resposta para admissão em cuidados domiciliários	2,5%
Aguarda resposta para Admissão na Rede de Cuidados Continuados	57,1%
Aguarda resposta para admissão em cuidados paliativos	0,2%
Aguarda resposta para admissão em cuidados de saude mental	1,2%
Outras causas de indole organizacional\sisistema (varios)	2,3%
Outras causas de indole organizacional\sisistema sector social	1,5%
Outras causas de indole organizacional\sisistema sector justiça	2,3%
Aguarda resposta para admissão na ERPI	23,5%

A estrutura clínica do CHLO está organizada em áreas clínicas subdivididas em serviços. Na tabela seguinte é possível analisar a evolução do número de doentes saídos, demora média e ICM por área e por serviço.

Tabela 04-6 Internamento agudos por área e por serviço responsável - evolução 2020-2022

Especialidade	Doentes Saídos (sem transf interna)				Dias Internamento (fórmula BIMH)				Índice de Case-Mix			
	2020	2021	2022	Var % 22/21	2020	2021	2022	Var % 22/21	2020	2021	2022	Var % 22/21
Área Cirurgia e Espec Cirúrgicas	4.569	4.921	5.323	8,2%	7,83	8,01	8,14	1,6%	1,2122	1,2780	1,2749	-0,2%
Cirurgia Geral	2.174	2.193	2.489	13,5%	8,37	8,91	7,94	-10,9%	1,2870	1,4037	1,3239	-5,7%
Cirurgia Plástica e Rec. e Estética	566	564	683	21,1%	6,58	5,91	5,67	-4,0%	1,0821	1,0670	1,0506	-1,5%
Estomatologia	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oftalmologia	32	24	14	-41,7%	4,19	3,43	1,93	-43,9%	0,7273	0,8639	0,6425	-25,6%
Ortopedia e Traumatologia	666	887	850	-4,2%	13,91	12,46	15,65	25,6%	1,5928	1,5370	1,7179	11,8%
Otorrinolaringologia	566	617	686	11,2%	3,54	4,12	3,53	-14,3%	0,9305	0,9962	1,0089	1,3%
Urologia	565	636	601	-5,5%	4,49	4,76	6,64	39,3%	0,9117	0,9648	1,0042	4,1%
Área Coração e Vasos	3.207	3.769	4.047	7,4%	8,37	8,12	8,54	5,1%	2,4125	2,4997	2,6241	5,0%
Cardiologia	1.797	2.224	2.313	4,0%	4,90	4,63	5,65	21,9%	1,7371	1,8750	2,0745	10,6%
Cardiologia Pediátrica	321	347	360	3,7%	7,40	6,40	7,58	18,5%	2,3589	2,3259	2,4386	4,8%
Cirurgia Cardio-Torácica	866	954	1.107	16,0%	13,01	13,99	12,21	-12,8%	3,7283	3,8544	3,8278	-0,7%
Cirurgia Vasculiar	223	244	267	9,4%	17,99	17,95	18,30	1,9%	2,5635	2,8694	2,4666	-14,0%
Área Doente Crítico	294	302	272	-9,9%	11,39	13,01	12,77	-1,9%	6,6551	7,1185	7,5395	5,9%
Medicina Intensiva	294	302	272	-9,9%	11,39	13,01	12,77	-1,9%	6,6551	7,1185	7,5395	5,9%
Área Doente Oncológico	80	66	50	-24,2%	15,76	18,09	22,06	21,9%	1,5396	1,6259	1,6025	-1,4%
Oncologia Médica	80	66	50	-24,2%	15,76	18,09	22,06	21,9%	1,5396	1,6259	1,6025	-1,4%
Área Medicina e Espec Médicas	5.551	5.630	5.369	-4,6%	14,83	15,00	14,79	-1,4%	1,5434	1,7906	1,5915	-11,1%
Dermato-Venereologia	0	1	3	200,0%	-	6,00	17,67	194,4%	-	0,5643	0,6991	23,9%
Endocrinologia	37	35	53	51,4%	8,95	8,83	7,13	-19,2%	0,7084	0,6680	0,6979	4,5%
Gastroenterologia	475	530	488	-7,9%	9,28	7,62	7,17	-5,8%	1,1975	1,4642	1,3320	-9,0%
Hematologia Clínica	109	126	138	9,5%	17,38	13,98	16,34	16,9%	1,5633	1,9708	1,8119	-8,1%
Infecçologia	334	405	260	-35,8%	17,75	15,21	19,53	28,4%	1,6654	1,6319	1,6181	-0,8%
Medicina Interna	3.562	3.318	3.113	-6,2%	15,41	16,79	16,69	-0,6%	1,4268	1,8191	1,5889	-12,7%
Nefrologia	652	717	711	-0,8%	13,88	12,85	14,19	10,4%	2,2496	1,8766	2,0655	10,1%
Pneumologia	333	450	560	24,4%	16,01	14,13	10,15	-28,2%	1,9860	2,1322	1,2291	-42,4%
Reumatologia	49	48	43	-10,4%	10,84	19,64	10,95	-44,2%	0,9694	0,8177	1,1653	42,5%
Área Mulher e da Criança	5.146	4.954	5.592	12,9%	3,97	4,34	4,42	1,9%	0,4319	0,5272	0,5251	-0,4%
Berçário	1.942	1.713	1.900	10,9%	2,51	2,90	2,82	-2,7%	0,1910	0,1989	0,1657	-16,7%
Ginecologia	287	321	352	9,7%	4,67	4,06	4,83	19,0%	0,6380	0,6402	0,6839	6,8%
Obstetrícia	2.293	2.166	2.419	11,7%	3,67	4,03	3,86	-4,1%	0,3280	0,3405	0,3434	0,9%
Pediatria	624	754	921	22,1%	9,54	9,12	9,42	3,3%	1,5508	2,0055	1,8516	-7,7%
Área Neurociências	1.286	1.386	1.516	9,4%	14,78	13,93	14,73	5,7%	2,4011	2,1558	2,5205	16,9%
Neurocirurgia	808	873	977	11,9%	17,08	16,19	17,07	5,4%	2,8807	2,4873	2,9409	18,2%
Neurologia	478	513	539	5,1%	10,88	10,09	10,51	4,2%	1,5691	1,5707	1,7193	9,5%
Área Psiquiatria e Saúde Mental	244	271	233	-14,0%	28,96	28,03	35,94	28,2%	0,9893	1,1073	1,0209	-7,8%
Psiquiatria	244	271	233	-14,0%	28,96	28,03	35,94	28,2%	0,9893	1,1073	1,0209	-7,8%
Unidades Funcionais	828	775	863	11,4%	10,33	11,88	13,24	11,4%	1,2818	1,4053	1,4710	4,7%
Unidade de Cuidados Paliativos	19	63	154	144,4%	24,00	21,67	20,69	-4,5%	1,3331	1,5343	1,7725	15,5%
Ortopedia e Traumatologia HOSA	809	712	709	-0,4%	10,01	11,01	11,60	5,3%	1,2806	1,3941	1,4058	0,8%

Fonte: SONHO/BMH

O CHLO registou 2.076 **partos** (2.108 recém-nascidos), em 2022, tendo registado um aumento de 10% (+189 partos) face ao ano anterior. A taxa de cesarianas foi de 32,8%, ficando acima do registado em 2021 em 1,5 pp.

Observaram-se ligeiras subidas no peso dos partos pré e pós-termo.

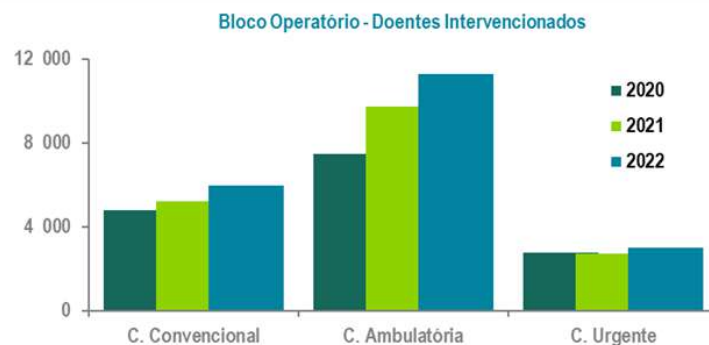
Tabela 04-7 Partos: evolução do número de partos 2020-2022

Indicador	2020	2021	2022	Var 22/21
Total Partos	2.153	1.887	2.076	10,0%
eutocico	1.103	883	947	7,2%
cesariana	609	590	680	15,3%
outros distócicos	441	414	449	8,5%
Partos / Dia	5,9	5,2	5,7	10,0%
% Cesariana	28,3%	31,3%	32,8%	1,5 pp
% Gemelares	1,3%	1,6%	1,5%	-0,1 pp
% Partos Pré-Termo	8,2%	10,3%	10,7%	0,4 pp
% Partos Pós-Termo	9,1%	8,2%	10,1%	1,9 pp
Total de Recém-Nascidos	2.181	1.918	2.108	9,9%
% RN nados-vivos	98,1%	97,8%	97,4%	-0,4 pp
UCIN doentes tratados	254	219	238	8,7%
Média dias internamento	14,2	18,3	17,4	-5,0%
% UCIN doentes / RN	11,6%	11,4%	11,3%	-0,1 pp
Admissões URG / Partos	5,5	6,7	6,8	1,5%

04.02 > atividade cirúrgica

O CHLO dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas (convencional, ambulatória e cirurgia urgente), o Bloco II com sete salas (convencional) e o Bloco III com cinco salas operatórias (convencional e ambulatória). O HSFX ainda dispõe de três salas operatórias de Ginecologia/Obstetrícia e sete salas de parto. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia.

Figura 04-1: Evolução de doentes intervencionados, por tipo de cirurgia - 2020-2022



Em 2022, foram realizadas 20.256 cirurgias (episódios cirúrgicos), ou seja, cerca de 55 por dia de calendário, tendo-se registado um aumento de 15% face a 2021 (+7 cirurgias/dia). Considerando apenas a cirurgia programada (que representou cerca de 85% do total de cirurgias), o aumento foi também de 15%. Estes números demonstram um retorno à “antiga normalidade” e encontram-se já muito longe dos observados em 2020.

Ao nível da ambulatorização cirúrgica (GDH), o CHLO registou uma taxa de 62,9% (menos 1,4 pp face a 2021). Dos 29 procedimentos considerados como ambulatorizáveis, o CHLO ficou acima da taxa nacional em 6 procedimentos, ficando próximo em 4 e muito distante nos restantes.

No que respeita aos procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis (GDH), o CHLO registou uma taxa de 20% (a meta era de 26%).

Tabela 04-8 Atividade Cirúrgica: evolução 2020-2022

ÁREA/SERVIÇO	2020	2021	2022	Var 22/21	Var 21/20
Total de Cirurgias	14.966	17.680	20.256	14,6%	18,1%
Total Cirurgia Convencional	4.769	5.220	5.946	13,9%	9,5%
Convencional Base	4.292	4.512	4.858	7,7%	5,1%
Convencional Adicional	477	708	1.088	53,7%	48,4%
Total Cirurgia Ambulatório	7.459	9.752	11.305	15,9%	30,7%
Ambulatório Base	6.728	8.185	8.402	2,7%	21,7%
Ambulatório Adicional	731	1.567	2.903	85,3%	114,4%
Total Cirurgia Urgente	2.738	2.708	3.005	11,0%	-1,1%
% Cir. Ambulatório / Cir. Programada	61,0%	65,1%	65,5%	0,4 pp	4,1 pp
Total Base	11.020	11.020	11.020	0,0%	0,0%
Total Adicional	1.208	2.275	3.991	75,4%	88,3%
% Cir. Adicional / Cir. Programada	11,0%	20,6%	36,2%	15,6 pp	9,6 pp
N.º entradas em LIC (SONHO)	13.024	18.663	20.252	8,5%	43,3%
Total episódios em LIC (SIGLIC)	6409	8.102	8.873	9,5%	26,4%
Média do tempo de espera (meses)	8,7	8,3	8,8	5,5%	-4,3%
Mediana do tempo de espera (meses)	5,2	4,2	4,8	14,3%	-19,2%
% Doentes Cirúrgicos tratados em tempo adequado	72,3%	75,1%	69,8%	-5,3 pp	2,8 pp
% Registo Cirurgia Segura	87,3%	90,2%	94,4%	4,2 pp	2,9 pp

A taxa de ambulatorização, em 2022, registou 65,5%, um aumento de 0,48 p.p em relação a 2021 (65,1%) e de 4,5 pp em relação a 2020 (6,0%).

Salientam-se pela positiva os aumentos, face a 2021, do número de cirurgias programadas das especialidades oftalmologia (+1.054 cirurgias, +18%), da cirurgia geral (+348 cirurgias, +15%), da cirurgia plástica e reconstrutiva (+180 cirurgias, +14%), da otorrinolaringologia (+119, +16%), cirurgia vascular (+110 cirurgias, +25%) e cirurgia cardio-torácica (+104 cirurgias, + 12%). Por outro lado, as especialidades com maiores diminuições face a 2021 são: uroloia (-49 cirurgias, -10%) e ginecologia (-44 cirurgias, -7%).

Tabela 04-9 Atividade cirúrgica por especialidade: 2020-2022

Especialidade	2020				2021				2022				Variação 22/21 (%)			
	Conv.	Amb.	Urg.	Total	Conv.	Amb.	Urg.	Total	Conv.	Amb.	Urg.	Total	Conv.	Amb.	Urg.	Total
Angiologia e Cirurgia Vascular	274	168	48	490	273	160	39	472	288	255	59	602	5,5	59,4	51,3	27,5
Cirurgia Cardio-Torácica	787	9	184	980	879	4	233	1116	973	14	250	1237	10,7	250,0	7,3	10,8
Cirurgia Geral	1289	875	657	2821	1351	995	661	3007	1662	1032	719	3413	23,0	3,7	8,8	13,5
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	307	887	234	1428	387	911	197	1495	460	1018	230	1708	18,9	11,7	16,8	14,2
Dermato-Venereologia		526		526		628		628	1	653		654	-	4,0	-	4,1
Estomatologia	3	133		136		156		156		228		228	-	46,2	-	46,2
Ginecologia	190	312	28	530	214	399	45	658	207	362	62	631	-3,3	-9,3	37,8	-4,1
Neurocirurgia	402	219	396	1017	424	144	432	1000	481	157	529	1167	13,4	9,0	22,5	16,7
Obstetrícia	67		723	790	69		667	736	91		779	870	31,9	-	16,8	18,2
Oftalmologia	11	3626	11	3648	2	5807	1	5810	4	6859	3	6866	100,0	18,1	200,0	18,2
Ortopedia	550	231	125	906	678	125	104	907	784	112	91	987	15,6	-10,4	-12,5	8,8
Otorrinolaringologia	489	225	111	825	528	234	126	888	588	293	112	993	11,4	25,2	-11,1	11,8
Urologia	376	137	130	643	407	107	158	672	400	65	145	610	-1,7	-39,3	-8,2	-9,2
Outras	24	111	91	226	8	82	45	135	7	257	26	290	-12,5	213,4	-42,2	114,8
Total	4769	7459	2738	14966	5220	9752	2708	17680	5946	11305	3005	20256	13,9	15,9	11,0	14,6
	31,9%	49,8%	18,3%	-	29,5%	55,2%	15,3%	-	29,4%	55,8%	14,8%	-	-0,1 p.p.	0,6 p.p.	-0,5 p.p.	-

O número de novos doentes inscritos para cirurgia aumentou cerca de 9%, ou seja, mais 1.589 novos doentes face a 2021 (se comparado com 2020, estas variações são 56%, ou seja, mais 7.228 novos doentes). O número de doentes em lista de espera a 31 de dezembro de 2022 aumentou cerca de 9,5% (771 doentes) face a 31 de dezembro de 2021. A média do tempo de espera foi em 31 de dezembro de 2022, 270 dias (em 2020 era de 261 dias e em 2021 era de 250 dias). A taxa de doentes em espera fora do TMRG aumentou 5,3 pp. O número de vales de cirurgia emitidos aumentou 25% (+118) face a 2021 e relativamente a 2020 teve um aumento de 28% (+161).

Tabela 04-10 Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC): evolução indicadores 2020-2022

Indicador	2020	2021	2022	Var. 22/21
LIC	6.409	8.102	8.873	9,5%
Tempo médio de espera (dias)	261	250	270	8,0%
% doentes fora do TMRG	51,0%	41,7%	47,0%	12,7%
Vales Cirurgia emitidos	429	472	590	25,0%
Novos Inscritos	13.024	18.663	20.252	8,5%

Fonte: SGLIC/SOHO/SICA

Ao longo de todo o ano, a lista de inscritos para cirurgia (LIC), em particular, os doentes com mais de 1 ano de espera, têm sido objeto de grande preocupação por parte do CHLO.

Entre outras medidas, verificou-se um maior envolvimento das direções dos serviços e unidades funcionais sendo possível a rentabilização da capacidade instalada para o aumento da produção-base, mas também recorrendo amplamente à produção adicional interna.

04.03 > consulta externa

O CHLO efetuou, em 2022, cerca de 463.380 consultas médicas, ou seja, cerca de 1.824 consultas por dia útil, tendo registado face a 2021 menos 6.689 consultas (-1,4%) e face a 2020, mais 30.900 consultas (+7,1%). Foram observados em consulta 137.329 utentes, cerca de mais 2.096 utentes que em 2021 (+1,5%) e cerca de mais 5.824 utentes (+4,4%) face a 2020.

Excluindo as consultas de medicina do trabalho (456.599 consultas), observou-se uma diminuição de 1.489 (-0,3%) face a 2021 e um aumento de 33.152 (8%) face a 2020.

A taxa de primeiras consultas (23,7%) registou um aumento de 1,3 pontos percentuais face a 2021 e a 2020..

O número de primeiras consultas realizadas e provenientes dos Cuidados de Saúde Primários via CTH registou um aumento face a 2021 (+1.853 consultas, +6,3%) e um aumento face a 2020 (+1.373, +4,6%). O número de pedidos provenientes dos CSP registou um aumento de 14,1% (+6.746; +217/dia útil) face a 2021 e um aumento de 65,9% (+21.681; +86/dia útil), face a 2020.

A percentagem de consultas realizadas dentro do TMRG (69,9%) registou uma diminuição de -8,5 pp face a 2021 e de 13 pp face a 2020.

Em 2022, foram registados cerca de 123 mil pedidos para 1.ª consulta, mais 13,7% (+14.851 mil pedidos) que em 2021, ou seja, mais 491 pedidos por dia útil. Face a 2020, registou-se mais 44.316 pedidos (+56,2%) para 1ª consulta.

Tabela 04-11 Consulta externa médica: 2020 - 2022

	2020	2021	2022	Var % 22/21
Total de Consultas Médicas	432 480	470 069	463 380	-1,4%
Primeiras Consultas	96 861	105 122	109 856	4,5%
Consultas Subsequentes	335 619	364 947	353 524	-3,1%
Consultas Médicas / dia útil	1 723	1 873	1 824	-2,6%
% 1as Consultas / Total	22,4%	22,4%	23,7%	6,0%
Subsequentes / Primeiras	3,5	3,5	3,2	-7,3%
% Consultas com Alta / Total	7,6%	7,5%	7,9%	6,1%
Primeiras Consultas CTH (realizadas)	29 673	29 193	31 046	6,3%
% 1as Consultas CTH / Total Primeiras	30,6%	27,8%	28,3%	1,8%
% 1as Consultas CTH dentro do TMRG	56,9%	78,4%	69,9%	-10,8%
Número de novos pedidos	78 872	108 337	123 188	13,7%
Novos pedidos / dia útil	314	432	491	13,7%
N.º novos pedidos dos CSP	32 911	47 846	54 592	14,1%
Novos pedidos CSP / dia útil	131	191	217	14,1%

Fonte: SONHO/SICA

As consultas das especialidades que registaram aumentos significativos no ano de 2022, no número de consultas realizadas, foram estomatologia (+65,3%) e medicina física e de reabilitação (48,1%).

As consultas das especialidades que registaram diminuições significativas no ano de 2022, no número de consultas realizadas, foram genética médica (-94,0%) e medicina do trabalho (-43,4%).

No que respeita às consultas subsequentes, é de referir que houve uma diminuição face a 2021 (-11.423; -3,1%) e um aumento face a 2020 (+17.905; +5,3%).

O quadro seguinte apresenta o número de consultas realizadas e a respetiva taxa de primeiras consultas nos anos 2020 a 2022, por especialidade.

Tabela 04-12 Consulta externa médica por especialidade: 2020-2022

Área / Especialidade	Total de Consultas				Primeiras Consultas				% Primeiras Consultas			
	2020	2021	2022	Var % 22/21	2020	2021	2022	Var % 22/21	2020	2021	2022	Var % 22/21
Anestesiologia	9 081	10 429	10 718	2,8%	6 146	6 678	7 090	6,2%	67,7%	64,0%	66,2%	2,2 pp
Angiologia e Cirurgia Vascular	4 251	5 579	6 279	12,5%	1 234	1 509	1 686	11,7%	29,0%	27,0%	26,9%	-0,1 pp
Cardiologia	36 677	39 099	36 396	-6,9%	8 195	8 496	8 656	1,9%	22,3%	21,7%	23,8%	2,1 pp
Cardiologia Pediátrica	8 875	10 539	9 536	-9,5%	3 016	3 326	3 531	6,2%	34,0%	31,6%	37,0%	5,4 pp
Cirurgia Cardio-Torácica	4 116	4 673	4 655	-0,4%	1 147	1 511	1 467	-2,9%	27,9%	32,3%	31,5%	-0,8 pp
Cirurgia Geral	16 513	18 501	21 142	14,3%	4 138	5 139	6 206	20,8%	25,1%	27,8%	29,4%	1,6 pp
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	8 434	9 677	10 012	3,5%	2 135	2 629	2 763	5,1%	25,3%	27,2%	27,6%	0,4 pp
Dermato-Venereologia	12 289	11 566	11 253	-2,7%	5 890	4 604	4 212	-8,5%	47,9%	39,8%	37,4%	-2,4 pp
Endocrinologia	17 713	20 142	21 668	7,6%	2 423	3 069	3 705	20,7%	13,7%	15,2%	17,1%	1,9 pp
Estomatologia	2 494	3 119	5 157	65,3%	1 062	1 382	2 514	81,9%	42,6%	44,3%	48,7%	4,4 pp
Gastrenterologia	7 738	7 742	7 381	-4,7%	1 889	1 898	1 962	3,4%	24,4%	24,5%	26,6%	2,1 pp
Genética Médica	48	117	7	-94,0%	16	80	1	-98,8%	33,3%	68,4%	14,3%	-54,1 pp
Ginecologia	5 117	6 489	5 870	-9,5%	1 916	2 499	2 085	-16,6%	37,4%	38,5%	35,5%	-3 pp
Hematologia Clínica	8 495	9 609	9 942	3,5%	706	862	958	11,1%	8,3%	9,0%	9,6%	0,6 pp
Imuno-alergologia	3 173	4 604	3 566	-22,5%	1 106	1 788	1 000	-44,1%	34,9%	38,8%	28,0%	-10,8 pp
Imuno-hemoterapia	4 871	6 969	8 189	17,5%	647	1 267	1 526	20,4%	13,3%	18,2%	18,6%	0,4 pp
Infeciologia	11 758	12 889	11 909	-7,6%	1 302	1 295	1 332	2,9%	11,1%	10,0%	11,2%	1,2 pp
Medicina do Trabalho	9 033	11 981	6 781	-43,4%	2 155	1 721	766	-55,5%	23,9%	14,4%	11,3%	-3,1 pp
Medicina Física e de Reabilitação	6 589	7 956	11 779	48,1%	2 018	2 818	3 398	20,6%	30,6%	35,4%	28,8%	-6,6 pp
Medicina Interna	22 445	20 494	17 230	-15,9%	3 753	4 224	2 689	-36,3%	16,7%	20,6%	15,6%	-5 pp
Nefrologia	19 108	19 679	18 912	-3,9%	1 700	2 106	2 306	9,5%	8,9%	10,7%	12,2%	1,5 pp
Neurocirurgia	13 453	12 713	13 995	10,1%	4 839	4 142	4 830	16,6%	36,0%	32,6%	34,5%	1,9 pp
Neurologia	14 080	14 808	15 508	4,7%	3 028	3 589	3 971	10,6%	21,5%	24,2%	25,6%	1,4 pp
Obstetrícia	8 308	7 141	7 820	9,5%	4 373	4 104	4 795	16,8%	52,6%	57,5%	61,3%	3,8 pp
Oftalmologia	21 666	31 153	32 029	2,8%	5 443	6 900	6 678	-3,2%	25,1%	22,1%	20,8%	-1,3 pp
Oncologia Médica	25 599	27 039	28 067	3,8%	1 378	1 550	1 553	0,2%	5,4%	5,7%	5,5%	-0,2 pp
Ortopedia	17 293	16 685	16 899	1,3%	6 198	5 028	6 017	19,7%	35,8%	30,1%	35,6%	5,5 pp

relatório de gestão e contas do exercício de 2022

Área / Especialidade	Total de Consultas				Primeiras Consultas				% Primeiras Consultas			
	2020	2021	2022	Var % 22/21	2020	2021	2022	Var % 22/21	2020	2021	2022	Var % 22/21
Otorrinolaringologia	19 398	22 160	21 512	-2,9%	6 274	6 675	7 450	11,6%	32,3%	30,1%	34,6%	4,5 pp
Outras consultas	13 079	11 585	9 520	-17,8%	186	224	1 178	425,9%	1,4%	1,9%	12,4%	10,5 pp
Pediatria	12 879	13 250	12 649	-4,5%	4 473	4 772	4 711	-1,3%	34,7%	36,0%	37,2%	1,2 pp
Pedopsiquiatria	10 647	11 162	8 230	-26,3%	1 005	1 363	1 104	-19,0%	9,4%	12,2%	13,4%	1,2 pp
Pneumologia	13 153	12 486	11 972	-4,1%	1 751	1 992	2 004	0,6%	13,3%	16,0%	16,7%	0,7 pp
Psiquiatria	16 890	18 241	19 472	6,7%	1 226	1 470	1 724	17,3%	7,3%	8,1%	8,9%	0,8 pp
Reumatologia	15 979	17 298	15 418	-10,9%	2 099	1 906	1 591	-16,5%	13,1%	11,0%	10,3%	-0,7 pp
Senologia	3 500	3 590	3 965	10,4%	525	618	725	17,3%	15,0%	17,2%	18,3%	1,1 pp
Urologia	7 738	8 905	7 942	-10,8%	1 469	1 888	1 672	-11,4%	19,0%	21,2%	21,1%	-0,1 pp
Total	432 480	470 069	463 380	-1,4%	96 861	105 122	109 856	4,5%	22,4%	22,4%	23,7%	1,3 pp
Total (sem medicina trabalho)	423 447	458 088	456 599	-0,3%	94 706	103 401	109 090	5,5%	22,4%	22,6%	23,9%	1,3 pp

Em 2022, foram registados cerca de 123 mil pedidos de 1ª consulta, mais 14.851 (+13,7%) do que em 2021. Face a 2020 foram registados mais 44.316 (+56,2%) pedidos de consulta. O número de utentes a aguardar consulta em 31 de dezembro de 2022 foi 41.128, mais 30,4% do que em 31 de dezembro de 2021 e mais 60,3% que em 2020. A média do tempo de espera destes doentes era de 172 dias.

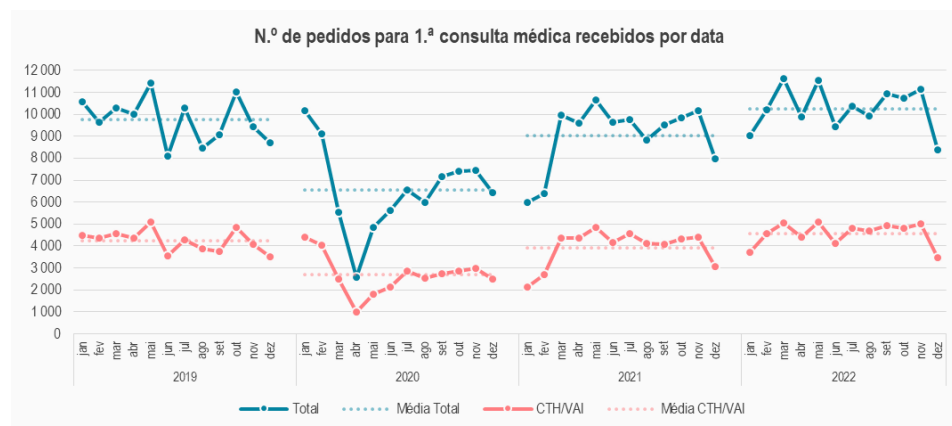
Tabela 04-13 Lista de espera para 1.ª consulta médica

	2020	2021	2022	Var % 22/21
Total de Pedidos	78 872	108 337	123 188	13,7%
Cuidados Saúde Primários (CTH)	32 421	47 155	54 570	15,7%
Cuidados Saúde Primários (papel)	308	235	214	-8,9%
Outro Hospital SNS	1 274	1 840	2 041	10,9%
Outras Proveniências	44 869	59 107	66 363	12,3%
Pedidos CSP / Total Pedidos	41,5%	43,7%	44,3%	1,3%
N.º de utentes em espera a 31 dezembro	25 650	31 540	41 128	30,4%
Média tempo de espera (dias)	-	-	172	-
% Consultas realizadas dentro do TMRG (CTH)	56,9%	78,4%	69,9%	-10,8%

Fonte: SONHO/SICA/RADEF

Em 2022 observou-se uma semelhança no número de pedidos para 1ª consulta, face aos valores pré-pandémicos (2019).

Figura 04-2 Evolução do n.º de pedidos para 1.ª consulta médica



O CHLO tem realizado um elevado desenvolvimento nas consultas não médicas. Observou-se um crescimento positivo de consultas não médicas de +254,4% (+72.108 consultas), face a 2020, e um crescimento negativo de -6,1% (-6.494 consultas), face a 2021.

Tabela 04-14 Consultas não médicas realizada: 2020 – 2022

	2020	2021	2022	Var % 22/21
Consulta farmacêutica	1 400	8 454	1 258	-85,1%
Enfermagem	10 758	77 994	77 408	-0,8%
Neuropsicologia	1 306	1 826	1 683	-7,8%
Nutrição e dietética	4 868	6 852	6 267	-8,5%
Psicologia	9 711	11 589	11 903	2,7%
TSST	-	-	1 763	-
Vísita domiciliária	303	233	172	-26,2%
Total	28 346	106 948	100 454	-6,1%

04.04 > hospital de dia

A prestação de cuidados de saúde em ambiente de hospital de dia tem vindo a evoluir positivamente desde 2020.

Em 2022, já a recuperar do contexto de pandemia, o CHLO efetuou entre 39 mil e 40 mil sessões, registando um aumento de 10,8% (+ 3.858 sessões) face a 2021 e de 23,5% (+7.526 sessões) face a 2020.

O número de doentes teve um aumento positivo (14,2%), em 2022 face a 2021, destacando-se as especialidades de urologia (264,3%), imunoalergologia (84,8%), pediatria (60,3%), infeciologia (60,2%), cardiologia (57,4%) e pneumologia (48,6%).

Todas as sessões de hospital de dia tiveram um aumento positivo em 2022, face a 2021, destacando-se as especialidades de cirurgia geral (150%), urologia (148,7%) pediatria (65,4%) e imunoalergologia (64,8%). Excetua-se as especialidades de hematologia clínica (-21,5%), anestesiologia (-16,7%) e oncologia médica (-4,5%), as quais tiveram uma evolução negativa, em 2022, face a 2021.

A hemodiálise e a quimioterapia tiveram um aumento tanto no número de doentes, como no número de sessões, em 2022 face a 2021 (1,3% e 32,2%, e 5,3% e 8,1%, respetivamente).

Tabela 04-15 Hospital de Dia: evolução 2020-2022

Hospital de Dia	#doentes			#sessão			Var 22/21 #doentes	Var 22/21 #sessão
	2020	2021	2022	2020	2021	2022		
Total de Sessões				32 089	35 756	39 625		10,8%
Total de Sessões sem GDH				20 055	22 336	24 003		7,5%
Anestesiologia	0	3	3	0	6	5	0,0%	-16,7%
Cardiologia	69	108	170	98	258	352	57,4%	36,4%
Cardiologia pediátrica	42	54	49	149	140	153	-9,3%	9,3%
Cirurgia Geral	0	2	2	0	6	15	0,0%	150,0%
Gastroenterologia	255	306	367	1 245	1 553	1 747	19,9%	12,5%
Hematologia Clínica	186	195	207	948	1 119	878	6,2%	-21,5%
Imuno-alergologia	24	33	61	163	210	346	84,8%	64,8%
Imuno-hemoterapia	1388	1 744	2 057	3 914	5 110	5 332	17,9%	4,3%
Infeciologia	118	249	399	341	442	586	60,2%	32,6%
Medicina Interna	580	725	750	1 560	1 849	1 889	3,4%	2,2%
Nefrologia	143	153	206	357	426	521	34,6%	22,3%
Neurologia	201	272	343	1 083	1 414	1 593	26,1%	12,7%
Oncologia Médica	948	965	939	4 141	3 805	3 634	-2,7%	-4,5%
Pediatria	87	116	186	106	153	253	60,3%	65,4%
Pneumologia	57	37	55	311	267	285	48,6%	6,7%
Psiquiatria	43	42	32	2 808	2 276	2 829	-23,8%	24,3%
Psiquiatria da Infância e Adolescência	256	252	264	2 133	2 430	2 437	4,8%	0,3%
Reumatologia	312	351	409	682	833	1 051	16,5%	26,2%
Urologia	13	14	51	16	39	97	264,3%	148,7%
Total de doentes/sessões de Hemodiálise	299	309	313	4 201	4 630	6 120	1,3%	32,2%
Total de doentes/sessões de Quimioterapia	967	1 057	1 113	7 833	8 790	9 502	5,3%	8,1%

04.05 > atividade domiciliária

A Unidade de Hospitalização Domiciliária do CHLO (UHD) tem como missão proporcionar uma assistência médica e de enfermagem de modo contínuo e coordenado aos utentes que requerendo admissão hospitalar, obedecem também a um conjunto de requisitos clínicos, sociais e geográficos que permitem a sua hospitalização no domicílio, com a concordância do cidadão e da família.

Esta unidade iniciou a sua atividade em fevereiro de 2020 com a lotação de 5 camas de internamento, funcionando 24 horas por dia, todos os dias do ano.

Ainda em 2020, a UHD aumentou a sua lotação para 8 camas e com o aumento do número de doentes registou-se também um conseqüente aumento do número de deslocações, número de visitas dos profissionais e dos tempos associados às mesmas. Em 2022, a UHD tem uma lotação de 10 camas.

Desde a sua criação, em fevereiro de 2020, até ao final de 2022 a UHD realizou 825 avaliações a doentes referenciados. Os cidadãos admitidos na unidade mantêm-se nas suas casas, sendo muito reduzido o risco de infeções nosocomiais, iatrogenia e quadros confusionais e libertando a capacidade das unidades de internamento.

No que diz respeito à atividade assistencial do ano 2022, foram avaliados pela UHD 324 doentes (+15% face a 2021), tendo sido recusados 141 (+17% face a 2021). Os principais motivos de recusa foram motivo clínico (32%) e motivo social (27%). Ainda neste período foram dadas 186 altas (+19%, face a 2021). Os principais motivos de alta foram alta clínica (88%) e transferência (12%) Os profissionais da UHD efetuaram 3.175 visitas.

Tabela 04-16 Hospitalização Domiciliária 2020-2022

Indicador	2020 (desde fevereiro)	2021	2022	Var 22/21
N.º doentes avaliados	220	281	324	15,3%
N.º doentes recusados	102	121	141	16,5%
Capacidade em HD	8	10	10	0,0%
N.º doentes com alta da HD	114	156	186	19,2%
N.º dias de estada dos doentes com alta	1 429	1 741	2 490	43,0%
N.º dias de estada no período	1 435	1 753	2 419	38,0%
N.º de visitas HD	1 792	2 196	3 175	44,6%

Figura 04-3 Distribuição dos motivos para recusa de ingresso em hospitalização domiciliária em 2022

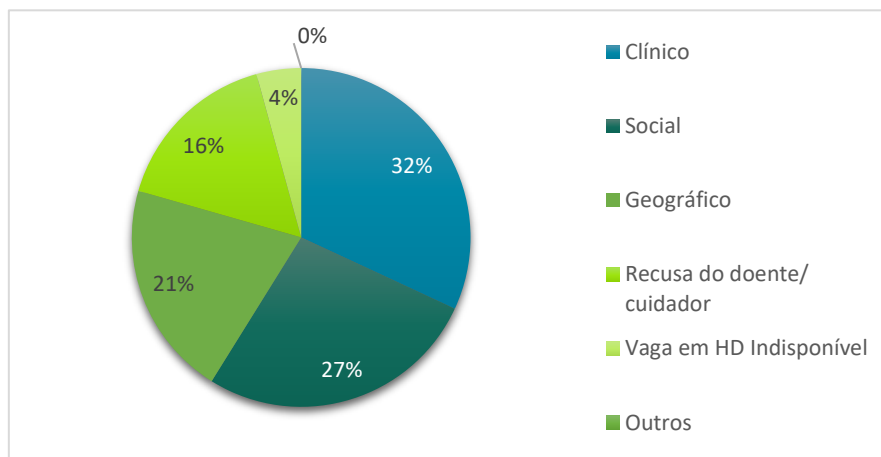
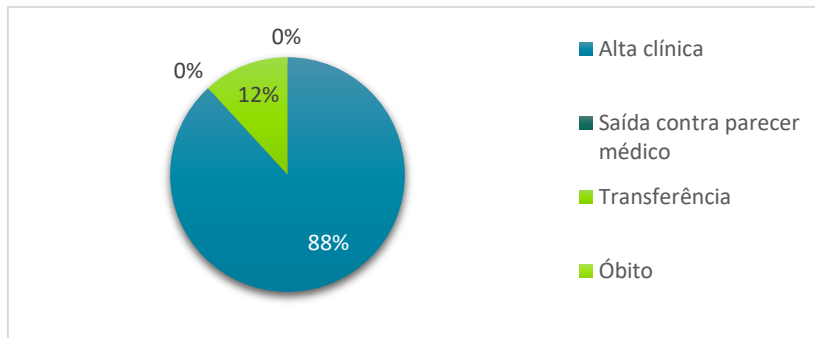


Figura 04-4 Distribuição do destino de doentes com alta em 2022



Além da hospitalização domiciliária, o CHLO realiza também **visitas domiciliárias** em âmbito de ambulatório. Em 2022 registou-se uma diminuição significativa do número de visitas quer face a 2021 (-26%), quer face a 2020 (-43%).

Tabela 04-17 N.º de visitas domiciliárias: 2020-2022

Indicador	2020	2021	2022	Var 22/21
Médica	0	0	0	
Enfermagem	288	195	138	-29,2%
Outro Profissional	15	38	34	-10,5%
Total	303	233	172	-26,2%

04.06 > urgência

A urgência polivalente do CHLO encontra-se dispersa por dois dos três polos:

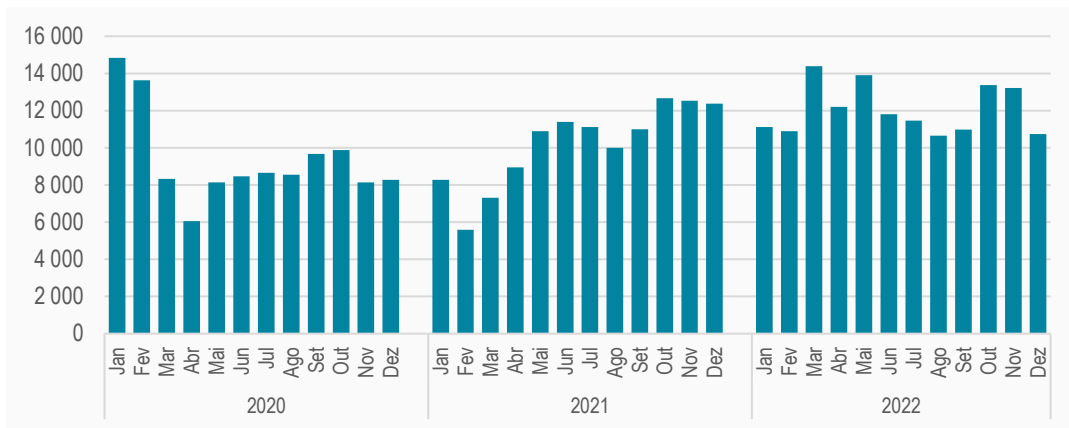
- Hospital São Francisco Xavier – Urgência geral, urgência pediátrica e urgência de obstetrícia/ginecologia.
- Hospital Egas Moniz – Urgência oftalmológica.

O CHLO, efetuou, em 2022, cerca de 144 mil atendimentos em urgência (88 mil utentes), ou seja, cerca de 397 atendimentos por dia, observando-se um aumento de 19% (+22 mil atendimentos por ano, +62 atendimentos por dia) face a 2021 e um aumento de 29% (+32 mil atendimentos por ano, +88 atendimentos por dia) face a 2020. Observou-se um aumento anual do número de doentes que se dirigiu às urgências e no peso relativo dos utentes frequentes (>4 episódios/utente).

Cerca de 7,4% dos utentes foram internados, em 2022 (-1,4 pp face a 2021 e -2,0 pp face a 2020).

A média do tempo de permanência na urgência foi de cerca de 7h18' (+49' face a 2021 e +24' face a 2020). Estes tempos não incluem os doentes que abandonaram a urgência.

Figura 04-5 Evolução mensal do número de atendimentos urgentes no CHLO: 2020-2022



A tabela seguinte contém o conjunto de indicadores por tipologia de urgência.

Tabela 04-18 Urgência: evolução 2020-2022

Tipo Urgência	2020	2021	2022	Var 22/21
Total Atendimentos	112 615	122 066	144 740	18,6%
Geral	82 717	83 115	94 947	14,2%
Ginec. / Obstet.	11 830	12 560	14 029	11,7%
Pediatria	18 068	26 391	35 764	35,5%
% Internamento	9,4%	8,8%	7,4%	-16,2%
Geral	9,8%	10,0%	8,2%	-17,7%
Ginec. / Obstet.	17,4%	15,8%	16,3%	2,8%
Pediatria	1,9%	1,8%	1,7%	-5,3%
Tempo Médio na Urgência (hh:mm) (*)	6:54	6:28	7:18	12,7%
Geral	8:37	8:36	9:59	15,9%
Ginec. / Obstet.	2:45	2:22	2:47	17,5%
Pediatria	1:58	1:53	2:22	25,8%
N.º de Utentes	72 499	76 836	88 177	14,8%
Geral	56 746	57 364	65 157	13,6%
Ginec. / Obstet.	5 667	5 993	6 709	11,9%
Pediatria	11 854	15 029	18 531	23,3%
Episódio / Utente	1,55	1,59	1,64	3,3%
Geral	1,46	1,45	1,46	0,6%
Ginec. / Obstet.	2,09	2,10	2,09	-0,2%
Pediatria	1,52	1,76	1,93	9,9%
% Utentes com mais de 4 episódios	2,5%	3,1%	3,6%	16,9%
Geral	1,9%	2,0%	2,2%	6,7%
Ginec. / Obstet.	9,5%	8,9%	9,3%	4,3%
Pediatria	2,3%	5,0%	6,8%	35,4%

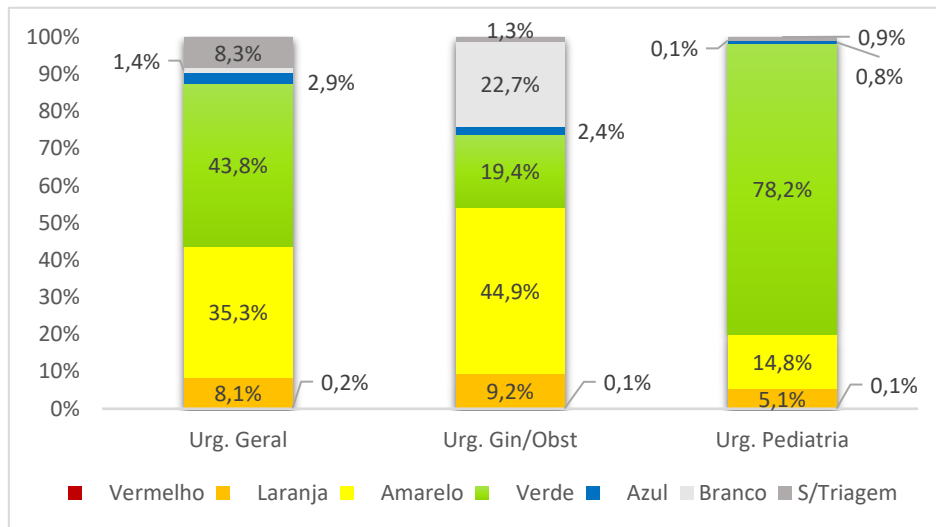
(*) não inclui os abandonos.

Fonte: SCA

Ao nível da triagem, os sistemas de triagem utilizados no CHLO são o de Manchester na urgência geral, urgência pediátrica e urgência ginecológica/obstétrica.

Verificou-se um elevado número de admissões urgentes e pouco urgentes (amarelos ou verdes, respetivamente), nas urgências do CHLO.

Figura 04-6 Distribuição dos atendimentos nas urgências do CHLO por prioridade: dados de 2022



Da análise dos diagnósticos, na urgência geral, observa-se que os 20 diagnósticos mais frequentes representam 25,4% do total de diagnósticos. Os 5 diagnósticos mais frequentes são: Dor aguda C trauma (5,1%); COVID-19 (2,8%); O traumatismos P E (1,9%); Lesão Biomecânica NE (1,9%); e Patologia, SOE, olho e anexos (1,5%).

Tabela 04-19 Urgência Geral: distribuição de atendimentos por diagnósticos (dados 2022)

Diagnóstico URG GERAL	% relativa	% acumulada
Dor aguda C trauma	5,1%	5,1%
COVID-19	2,8%	7,9%
O traumatismos P E	1,9%	9,8%
Lesão biomecânica NE	1,9%	11,6%
Patologia, SOE, olho e anexos	1,5%	13,1%
COVID-19, confirmação laboratorial inconclusiva ou não disponível	1,3%	14,4%
Lombalgia, não especificada	1,2%	15,6%
Amigdalite aguda, SOE	1,1%	16,7%
Estado ansiedade, SOE	1,0%	17,6%
Tosse aguda	0,9%	18,5%
Dor torácica, SOE	0,8%	19,4%
Gastroenterite e colite infecciosa, SOE	0,8%	20,2%
Síncope e colapso	0,7%	20,9%
TONTURAS E VERTIGENS	0,7%	21,6%
Cistite aguda s/hematúria	0,7%	22,3%
O dor crónica	0,7%	22,9%
Hipertensão essencial (primária)	0,7%	23,6%
Pneumonia bacteriana, SOE	0,6%	24,2%
Pielonefrite aguda	0,6%	24,8%
Cólica renal, SOE	0,6%	25,4%

Fonte: SONHO

Na urgência pediátrica, observa-se que os 15 diagnósticos mais frequentes representam 45,9% do total de diagnósticos. Os 5 diagnósticos mais frequentes são: Nasofaringite aguda (constipação comum) (12%); Infecção viral, NE (6,6%); Gastroenterite e colite infecciosa, SOE (6%); Amigdalite aguda, SOE (5,3%); Dor aguda C trauma (4,2%).

Tabela 04-20: Urgência pediátrica: distribuição de atendimentos por diagnósticos (dados 2022)

Diagnóstico URG PEDIÁTRICA	% relativa	% acumulada
Nasofaringite aguda (constipação comum)	12,0%	12,0%
Infecção viral, NE	6,6%	18,6%
Gastroenterite e colite infecciosa, SOE	6,0%	24,6%
Amigdalite aguda, SOE	5,3%	29,9%
Dor aguda C trauma	4,2%	34,1%
Febre, SOE	3,5%	37,6%
O otite média aguda não-supurativa, bilat	2,2%	39,8%
O otite média aguda não-supurativa, ouvido DIR	2,1%	41,9%
O traumatismos P E	2,1%	44,0%
Bronquiolite aguda, NE	1,9%	45,9%

Fonte: SONHD

Na urgência obstétrica e ginecológica, observa-se que os 15 diagnósticos mais frequentes representam 48,5% do total de diagnósticos. Os 5 diagnósticos mais frequentes são: Estado grav, portadora gestac/ (19,1%); Gravidez, parto e puerpério (7,1%); Admissão pa P N (4,6%); Dor abdom, SOE (3,4%); Hemorragia AN útero e vagina, NE (3,3%).

Tabela 04-21: Urgência OBGYN: distribuição de atendimentos por diagnósticos (dados 2022)

Diagnóstico URG OBGYN	% relativa	% acumulada
Estado grav, portadora gestac/	19,1%	19,1%
Gravidez, parto e puerpério	7,1%	26,2%
Admissão pa P N	4,6%	30,8%
Dor abdom, SOE	3,4%	34,2%
Hemorragia AN útero e vagina, NE	3,3%	37,5%
Dor pélvica e perineal	2,9%	40,4%
ABORTO RETIDO	2,4%	42,7%
Supervisão grav alto risco, SOE, 3ºT	2,1%	44,8%
Admissão pa supervisão grav N, SOE, T NE	1,9%	46,7%
Ameaça aborto	1,8%	48,5%

Fonte: SONHD

O CHLO atendeu doentes provenientes de todos os distritos do País e das Regiões Autónomas sendo a maioria provenientes do concelho de Oeiras (40,6%) e do concelho de Lisboa (23,5%). Os doentes dos concelhos de Sintra, Amadora e Cascais, também recorreram ao CHLO, representando 9%, 8,4% e 5,4% do total de doentes, respetivamente.

04.07 > caracterização da produção agrupada em GDH

Nas instituições do SNS, a totalidade dos episódios de internamento, da atividade cirúrgica em regime de ambulatório e alguns procedimentos/atos realizados em ambulatório (médico) devem ser objeto de agrupamento em grupos de diagnósticos homogêneos (GDH), tendo por base a codificação de diagnósticos e procedimentos em ICD-10-CM/PCS.

O sistema de classificação GDH utilizado em Portugal para análise de casuística é o All Patients Refined DRG (APR) versão 31.0, desenvolvido nos Estados Unidos da América, o qual tem uma vertente clínica reforçada e mais intuitiva para os profissionais de saúde, permitindo efetuar uma caracterização mais detalhada da morbilidade hospitalar, quanto à complexidade dos doentes tratados e severidade da doença e ao risco de mortalidade.

A informação apresentada nesta secção teve como fonte os dados disponíveis no BI para a Morbilidade Hospitalar (BIMH) em 28 de março de 2023.

Internamento

Verifica-se que estão codificados 20.814 episódios de internamento, o que corresponde a cerca de 97% do total de doentes saídos no ano, pelo que os dados de 2022 poderão obter ainda algumas alterações.

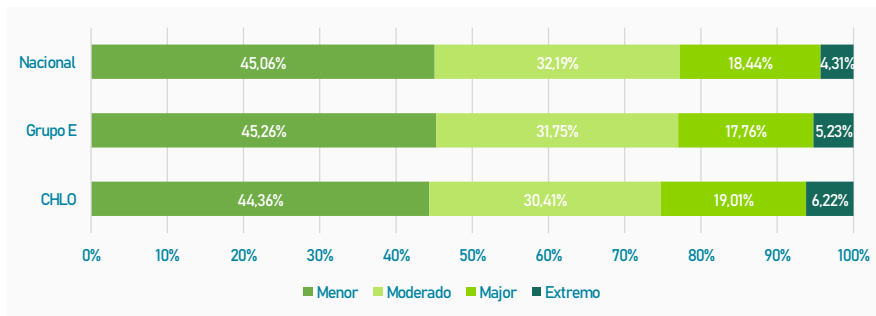
O ICM (1,5486) apresenta uma ligeira diminuição face ao observado em 2021, estando acima do observado no Grupo E (1,4367). A demora média (10,0 dias) tem vindo a aumentar relativamente a 2020 e encontra-se acima do esperado 8,4 (demora média ajustada pelo observado no Grupo E). A demora média pré-operatória programada embora tenha vindo a decrescer em 2021 e 2022, mantém-se ainda acima dos 0,9 dias do Grupo E, com 1,1 dias.

Tabela 04-22 Internamento – indicadores GDH

Episódios	CHLO			Grupo	Nacional
	2020	2021	2022	2022	2022
Nº Episódios	37 067	41 897	44 706	349 621	1 392 556
Nº Epis. Internamento	20 814	21 680	22 651	174 146	699 638
ICM internamento	1,4235	1,5747	1,5486	1,4367	1,1382
Demora média	9,7	9,9	10,0	8,4	8,4
Demora média esperada	9,0	9,0	8,7	8,4	8,4
Rácio Demora média/Demora média esperada	1,09	1,11	1,15	1,00	1,00
Demora média pré-operatória urgente	4,5	4,5	4,0	3,9	3,7
Demora média pré-operatória programada	1,2	1,4	1,1	0,9	0,7
% Epis. Internamento de curta duração	13,0%	13,4%	14,8%	15,0%	13,9%
% Epis. Internamento de longa duração	4,4%	3,5%	3,7%	3,2%	3,2%
% Epis. Internamento de evolução prolongada	2,5%	2,2%	2,6%	2,0%	2,1%
% Doentes Equivalentes	97,3%	97,6%	97,3%	97,3%	96,6%
Nº Epis. Internamento Cirúrgico	8 963	9 788	10 714	83 012	261 483
ICM internamento cirúrgico	2,1402	2,2720	2,2396	2,0406	1,6841
Nº Epis. Internamento Médico	11 851	11 892	11 937	91 134	438 155
ICM internamento médico	0,8567	0,9785	0,8993	0,8610	0,7962
% Episódios de cesarianas (GDH) (no total de partos)	28,6%	31,4%	33,3%	30,4%	31,8%

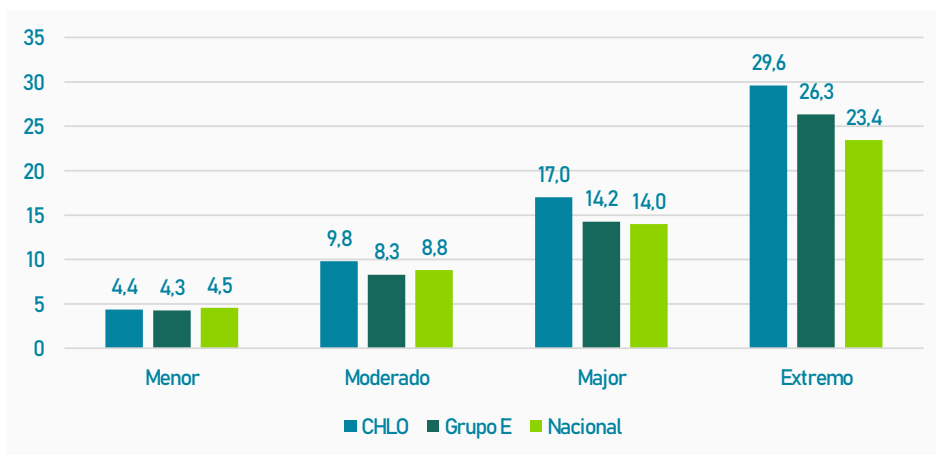
A distribuição por grupo de severidade em 2022, é semelhante ao observado no Grupo E.

Figura 04-7 Internamento - distribuição dos episódios por nível de severidade



A demora média apresenta maiores diferenças nos níveis de severidade extremo e major.

Figura 04-8 Internamento - demora média por nível de severidade



Analisando a produção mais frequente, observa-se que os 10 GDH mais frequentes representaram cerca de 30% do total de episódios de internamento, com a predominância dos GDH relacionados com a gravidez, parto e puerpério e doenças virais.

Tabela 04-23 Internamento - 10 GDH mais frequentes

Designação GDH	Tipo GDH	Episódios				Demora média	Níveis de severidade			
		Nº episódios (DS)	% episódios	% acum. episódios	% Doentes Equiv		Menor	Moderado	Major	Extremo
640 Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, normal ou com outros problemas	M	1 684	7,4%	7,4%	99,8%	2,81	72,6%	23,8%	3,6%	0,0%
560 Parto vaginal	M	1 290	5,7%	13,1%	99,8%	3,18	82,3%	15,6%	2,1%	0,0%
540 Parto por cesariana	C	679	3,0%	16,1%	100,0%	4,89	68,2%	27,3%	4,1%	0,4%
723 Doenças virais	M	546	2,4%	18,5%	97,5%	14,67	7,0%	18,1%	46,9%	28,0%
175 Procedimentos cardiovasculares percutâneos sem enfarte agudo do miocárdio	C	523	2,3%	20,8%	99,3%	3,64	50,7%	23,3%	10,3%	15,7%
463 Infecções do rim e/ou vias urinárias	M	442	2,0%	22,8%	98,4%	13,09	9,3%	38,9%	45,7%	6,1%
139 Outras pneumonias	M	423	1,9%	24,7%	99,0%	13,57	7,8%	27,9%	51,3%	13,0%
45 Acidente vascular cerebral e/ou oclusão pré-cerebral com enfarte	M	407	1,8%	26,5%	97,9%	16,77	12,8%	55,0%	25,8%	6,4%
163 Procedimentos nas válvulas cardíacas, sem cateterismo cardíaco	C	399	1,8%	28,2%	99,9%	12,12	21,8%	57,6%	18,1%	2,5%
169 Procedimentos vasculares torácicos e/ou abdominais maior	C	369	1,6%	29,9%	100,0%	2,79	79,4%	14,6%	5,2%	0,8%

Excluindo os GDH das Grandes Categorias Diagnósticas (GCD) 14 e 15, relativas às situações gravidez, parto e puerpério, passam a sobressair os GDH relacionados com doenças virais e da área cardiovascular.

Tabela 04-24 Internamento -10 GDH mais frequentes (exc. família 14 e 15)

Designação GDH	Tipo GDH	Episódios				Demora média	Níveis de severidade			
		Nº episódios (DS)	% episódios	% acum. episódios	% Doentes Equiv		Menor	Moderado	Major	Extremo
723 Doenças virais	M	546	3,0%	3,0%	97,5%	14,67	7,0%	18,1%	46,9%	28,0%
175 Procedimentos cardiovasculares percutâneos sem enfarte agudo do miocárdio	C	523	2,9%	5,9%	99,3%	3,64	50,7%	23,3%	10,3%	15,7%
463 Infecções do rim e/ou vias urinárias	M	442	2,4%	8,3%	98,4%	13,09	9,3%	38,9%	45,7%	6,1%
139 Outras pneumonias	M	423	2,3%	10,6%	99,0%	13,57	7,8%	27,9%	51,3%	13,0%
45 Acidente vascular cerebral e/ou oclusão pré-cerebral com enfarte	M	407	2,2%	12,8%	97,9%	16,77	12,8%	55,0%	25,8%	6,4%
163 Procedimentos nas válvulas cardíacas, sem cateterismo cardíaco	C	399	2,2%	15,0%	99,9%	12,12	21,8%	57,6%	18,1%	2,5%
169 Procedimentos vasculares torácicos e/ou abdominais maior	C	369	2,0%	17,0%	100,0%	2,79	79,4%	14,6%	5,2%	81,0%
194 Insuficiência cardíaca	M	358	2,0%	19,0%	98,3%	13,43	3,6%	29,1%	52,2%	15,1%
167 Outros procedimentos cardiotorácicos	C	343	1,9%	20,9%	100,0%	10,57	17,8%	58,6%	18,1%	5,5%
21 Craniotomia exceto por traumatismo	C	317	1,7%	22,6%	99,3%	24,16	40,4%	35,0%	16,1%	8,5%

Ambulatório Médico e Cirúrgico

Analisando agora o ambulatório, estão codificados 22.055 episódios, que correspondem a cerca de 74% do total de episódios de ambulatório, registados no ano.

Tabela 04-25 Ambulatório - indicadores GDH

Episódios	CHLO			Grupo	Nacional
	2020	2021	2022	2022	2022
Nº Epis. Ambulatório	16 253	20 217	22 055	175 475	692 918
Nº Epis. Ambulatório Cirúrgico	6 404	9 259	10 278	106 783	377 276
ICM ambulatório cirúrgico	0,7098	0,7203	0,7260	0,7226	0,7108
Nº Epis. Ambulatório Médico	9 849	10 958	11 777	68 692	315 642
ICM ambulatório médico	0,2237	0,2241	0,2229	0,2078	0,2096

O ICM do ambulatório cirúrgico foi, em 2022, de 0,7260, ligeiramente superior ao registado em 2020 e em 2021, estando acima do ICM previsto no Contrato-Programa de 2022 (0,7089).

O ICM de ambulatório médico (0,2229) registou uma diminuição face ao observado em 2020 e 2021 e encontra-se bastante abaixo do valor contratualizado (0,2283).

No quadro seguinte, apresentam-se os 10 GDH cirúrgicos de ambulatório mais frequentes, que concentram 80% da atividade. Desses, destacam-se: o GDH 952 (Procedimentos não extensos, não relacionados com o diagnóstico principal - 39%) e o GDH 73 (Procedimentos no olho exceto órbita - 26%).

Os GDH cirúrgicos de ambulatório estão classificados maioritariamente em níveis de severidade menor. Destaca-se, por ter maior proporção de doentes no nível de severidade moderado, o GDH 176 - Substituição de pacemaker e/ou desfibrilhador cardíaco.

Tabela 04-26 Ambulatório - 10 GDH cirúrgicos mais frequentes

Designação GDH	Episódios			Níveis de severidade			
	Nº episódios	% episódios	% acum. episódios	Menor	Moderado	Major	Extremo
952 Procedimentos não extensos, não relacionados com o diagnóstico principal	4 007	38,99%	39,0%	99,8%	0,2%	0,0%	0,0%
73 Procedimentos no olho exceto órbita	2 650	25,78%	64,8%	87,1%	12,19%	0,7%	0,0%
361 Exerto de pele por diagnósticos de pele e/ou tecido subcutâneo	512	4,98%	69,8%	88,9%	10,7%	0,4%	0,0%
173 Outros procedimentos vasculares	271	2,64%	72,4%	86,4%	12,2%	1,5%	0,0%
175 Procedimentos cardiovasculares percutâneos sem enfarte agudo do miocárdio	270	2,63%	75,0%	90,7%	8,1%	1,1%	0,0%
26 Outros procedimentos no sistema nervoso e procedimentos relacionados	254	2,47%	77,5%	97,2%	2,8%	0,0%	0,0%
98 Outros procedimentos no ouvido, nariz, boca e/ou garganta	203	1,98%	79,5%	97,0%	2,5%	0,5%	0,0%
169 Procedimentos vasculares torácicos e/ou abdominais major	197	1,92%	81,4%	95,4%	4,6%	0,0%	0,0%
176 Substituição de pacemaker e/ou desfibrilhador cardíaco	176	1,71%	83,1%	31,3%	68,8%	0,0%	0,0%
513 Procedimentos no útero e/ou anexos por doença não maligna exceto mioma uterino	168	1,63%	84,7%	91,7%	8,3%	0,0%	0,0%

No que respeita aos GDH médicos de ambulatório, os 10 GDH mais frequentes representaram praticamente a totalidade de atividade. Destacam-se o GDH 693 (Quimioterapia - 80% do total) e GDH 192 (Cateterização cardíaca para a doença isquémica cardíaca - 6% do total).

Tabela 04-27 Ambulatório - 10 GDH médicos mais frequentes

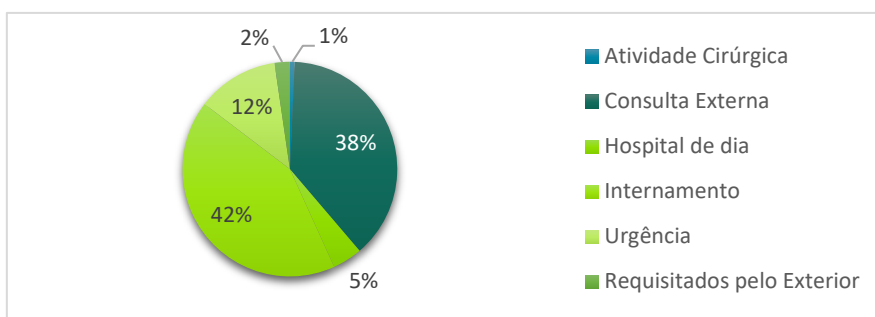
Designação GDH	Episódios			Níveis de severidade			
	Nº episódios	% episódios	% acum. episódios	Menor	Moderado	Major	Extremo
693 Quimioterapia	9 434	80,1%	80,1%	79,0%	21,0%	0,0%	0,0%
192 Cateterização cardíaca para doença isquémica cardíaca	649	5,5%	85,6%	83,7%	14,8%	1,5%	0,0%
385 Outras perturbações da pele, tecido subcutâneo e/ou mama	439	3,7%	89,3%	96,8%	3,2%	0,0%	0,0%
465 Cálculos urinários e/ou obstrução adquirida das vias urinárias superiores	399	3,4%	92,7%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
115 Outros diagnósticos do ouvido, nariz, boca, garganta, cabeça/face	279	2,4%	95,1%	98,6%	1,4%	0,0%	0,0%
191 Cateterização cardíaca com perturbações circulatórias exceto doença isquémica cardíaca	223	1,9%	97,0%	90,1%	6,3%	3,6%	0,0%
532 Perturbações menstruais e/ou outras perturbações do aparelho reprodutor feminino	122	1,0%	98,0%	91,8%	8,2%	0,0%	0,0%
460 Insuficiência renal	103	0,9%	98,9%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
114 Perturbações dentárias e/ou orais e/ou lesões traumáticas	86	0,7%	99,6%	96,5%	2,3%	1,2%	0,0%
501 Diagnósticos do aparelho reprodutor masculino exceto doenças malignas	31	0,3%	99,9%	90,3%	9,7%	0,0%	0,0%

04.08 > meios complementares de diagnóstico e terapêutica

Em 2022, o CHLO realizou internamente cerca de 13,9 milhões de atos ponderados (que corresponderam a cerca de 7,54 milhões de atos de diagnóstico e terapêutica), registando-se um aumento de 2% face a 2021 e de 26,4% face a 2020. Requisitou ao exterior 785.525 atos ponderados (que corresponderam a 48.621 atos de diagnóstico ou terapêutica), registando um aumento de 6,4% face a 2021 e de 29,4% face a 2020.

Quanto à origem do pedido de MCDT por área de atividade assistencial é evidente o peso do internamento (42%) e de consulta externa (38%).

Figura 04-9 MCDT: peso percentual por origem do pedido



Analisando o número de MCDT ponderados por unidade de produção, observou-se um aumento de 15,5% na urgência e de 4,6% na consulta externa. Existiu uma diminuição de 11,7% no internamento.

Tabela 04-28 MCDT realizados internamente ou requisitados ao exterior por unidade de produção

Proveniência	Unidade de Produção	MCDT Ponderado / Unidade Produção			
		2022	2021	2020	Var. 22/21
Cirurgia	Episódio Cirúrgico	5,0	5,0	5,6	1,0%
Consulta Externa	Episódio Consulta	12,9	12,3	10,3	4,6%
Hospital de Dia	Sessão de HD	16,9	16,9	16,3	0,0%
Internamento	Diária	25,1	28,5	24,8	-11,7%
Urgência	Episódio Urgência	15,2	13,2	12,8	15,5%

Tabela 04-29 MCDT realizados no CHLO por tabela

Tabela	2020		2021		2022		Var 22/21	
	Qtd	Qtd Pond.	Qtd	Qtd Pond.	Qtd	Qtd Pond.	Qtd	Qtd Pond.
Análises Clínicas	2 857 556	3 453 563	3 429 881	4 690 773	3 904 382	4 777 160	13,8%	1,8%
Anatomia Patológica	29 694	362 307	35 278	406 204	37 399	428 185	6,0%	5,4%
Cardiologia	56 000	1 728 036	74 553	2 083 021	79 255	1 955 162	6,3%	-6,1%
Dermatologia	2 523	12 860	3 091	16 229	2 940	15 759	-4,9%	-2,9%
Gastroenterologia	7 766	152 511	10 052	172 000	11 104	181 672	10,5%	5,6%
Ginecologia	856	3 269	747	2 772	564	2 178	-24,5%	-21,4%
Imuno-hemoterapia	8 160	22 387	14 343	31 232	15 297	30 812	6,7%	-1,3%
Medicina Física e Reabilitação	220 123	522 381	299 002	707 360	317 023	722 333	6,0%	2,1%
Medicina Nuclear	2 806	116 494	3 063	131 129	3 481	145 829	13,6%	11,2%
Neurologia	2 002	59 924	2 548	80 388	3 549	108 344	39,3%	34,8%
Obstetrícia	5 525	22 911	5 375	23 560	3 998	19 631	-25,6%	-16,7%
Oftalmologia	13 720	135 397	21 225	198 236	22 484	222 976	5,9%	12,5%
Otorrinolaringologia	6 330	21 984	8 256	28 391	8 720	30 612	5,6%	7,8%
Pneumologia	8 590	38 092	10 370	45 264	8 810	38 470	-15,0%	-15,0%
Psiquiatria	29 552	103 198	22 700	81 037	17 763	59 427	-21,7%	-26,7%
Radiologia	264 150	1 607 354	314 133	1 965 590	325 098	2 040 562	3,5%	3,8%
Reumatologia	3 169	8 343	3 720	9 723	3 195	8 518	-14,1%	-12,4%
Urologia	4 247	51 135	3 972	49 056	3 981	42 362	0,2%	-13,6%
Outros MCDT	2 408 396	2 579 001	2 625 630	2 904 306	2 772 960	3 071 673	5,6%	5,8%
Total	5 931 165	11 001 146	6 887 939	13 626 269	7 542 003	13 901 663	9,5%	2,0%

O número de MCDT realizados no CHLO registou um aumento de 2,0% e os requisitados ao exterior registaram um aumento de 6,4%.

Tabela 04-30 MCDT requisitados ao exterior (2020-2022)

Tabela	2020		2021		2022		Var 22/21	
	Qtd	Qtd Pond.	Qtd	Qtd Pond.	Qtd	Qtd Pond.	Qtd	Qtd Pond.
Análises Clínicas	20 660	122 884	20 900	141 078	22 216	175 343	6,3%	24,3%
Anatomia Patológica	282	5 238	285	4 840	338	3 391	18,6%	-29,9%
Cardiologia	0	0	3	71	1	11	-66,7%	-84,0%
Dermatologia	5	37	106	419	59	250	-44,3%	-40,3%
Gastroenterologia	152	5 450	1 190	18 387	642	8 165	-46,1%	-55,6%
Ginecologia	0	0	2	7	0	0	-100,0%	-100,0%
Imuno-hemoterapia	106	210	88	181	133	266	51,1%	46,7%
Medicina Física e Reabilitação	0	0	1	4	0	0	-100,0%	-100,0%
Medicina Nuclear	1 207	205 864	1 365	242 254	1 427	247 625	4,5%	2,2%
Neurologia	981	19 988	594	10 967	49	1 444	-91,8%	-86,8%
Obstetrícia	397	28 075	365	25 545	418	29 149	14,5%	14,1%
Oftalmologia	3	586	3	839	4	606	33,3%	-27,8%
Otorrinolaringologia	13	35	11	29	26	70	136,4%	145,5%
Pneumologia	51	1 600	39	944	77	2 019	97,4%	113,8%
Psiquiatria	0	0	9	115	1	4	-88,9%	-96,5%
Radiologia	16 794	203 874	19 231	268 303	22 360	296 364	16,3%	10,5%
Radioncologia	0	0	1	1 396	3	4 084	200,0%	192,6%
Reumatologia	0	0	11	28	12	31	9,1%	9,6%
Outros MCDT	742	13 172	1 235	22 720	855	16 704	-30,8%	-26,5%
Total	41 393	607 011	45 439	738 128	48 621	785 525	7,0%	6,4%

04.09 > programas de saúde

O CHLO tem vários programas de saúde específicos, sendo eles, o tratamento de doentes com VIH, o VHC (hepatite C), a Esclerose Múltipla, as Doenças Lisossomais de Sobrecarga, as Psicoses, o Cancro do Cólon e Reto (e respetivo rastreio), a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC), o tratamento de doentes com Enfarte Agudo do Miocárdio, o tratamento de doentes com Insuficiência Cardíaca, a PSCI e o PTCO.

Ao nível do VIH, praticamente não houve alteração do número de doentes (-0,1%) face a 2021. O número de doentes que levantaram medicação (independentemente do número de vezes ou da quantidade de medicação levantada) aumentou 2,7%, face a 2021. O número de novos doentes diminuiu (-15,2%) face a 2021.

Existiu uma média de 94 dias entre cedências de medicação, em 2022. Este número foi semelhante nos anos 2020 (95 dias) e 2021 (94 dias).

Tabela 04-31 VIH - evolução 2020-2022

VIH	2020	2021	2022	Var % 22/21
N.º doentes equivalentes ano completo	2 662	2 843	2 841	-0,1%
N.º doentes levantaram medicação	3 062	3 122	3 207	2,7%
Novos doentes	295	223	189	-15,2%

Dias entre cedências de medicação

Média	95	94	94	-0,3%
1.º Quartil	77	76	71	-6,6%
Mediana	91	91	91	0,0%
3.º Quartil	105	105	106	1,0%

No que diz respeito aos doentes com o vírus da **hepatite C**, observou-se um aumento do número de doentes em tratamento, de 33,3% (+24 doentes), face ao ano de 2021.

Tabela 04-32 VHC - evolução 2020-2022

Vírus Hepatite C	2020	2021	2022	Var % 22/21
N.º doentes em tratamento	110	72	96	33,3%
N.º novos doentes em tratamento	18	16	-	-

O número de doentes com **esclerose múltipla** em tratamento registou um aumento de cerca de 30% (+90 doentes) face a 2021.

Tabela 04-33 Esclerose Múltipla - evolução 2020-2022

Esclerose Múltipla	2020	2021	2022	Var % 22/21
N.º doentes em tratamento	284	300	390	30,1%

O número de doentes em tratamento com **doenças lisossomais de sobrecarga** tem rondado os 2 doentes por ano desde 2020, sendo que estes doentes recebem tratamento para a Doença de Fabry e para a Doença de Pompe.

Tabela 04-34 DLSC - evolução 2020-2022

Doenças Lisossomais de Sobrecarga	2020	2021	2022	Var % 22/21
Total de Doentes com DLSC	2	2	2	0,0%
Doença de Fabry	1	1	1	0,0%
Doença de Pompe	1	1	1	0,0%

Relativamente às **psicoses**, existiu um aumento, face a 2021, de 21,5% (+11 doentes) nas Psicoses Esquizofrénicas, de 15,5% (+5 doentes) nas Psicoses Afetivas e de 51,5% (+4 doentes) nas Psicoses Orgânicas.

Tabela 04-35 Psicoses: evolução 2020-2022

Psicoses	2020	2021	2022	Var % 22/21
Psicoses esquizofrénicas (doente eq. ano)	60	53	64	21,5%
Psicoses afetivas (doente eq. ano)	38	33	38	15,5%
Psicoses não orgânicas (doente eq. ano)	12	9	13	51,5%

No **Cancro do Cólon e Reto** observou-se um aumento, em 2022 face a 2021, de 42,2% (+40 doentes) de doentes em tratamento no 1.º ano e uma diminuição de 51,7% (-126 doentes) de doentes em tratamento no 2.º ano. Relativamente aos rastreios foram realizados mais 22 rastreios (+81,5%), em 2022 face a 2021.

Tabela 04-36 Doentes em tratamento – Cancro do Cólon e Reto: evolução 2020-2022

Cancro do Cólon e Reto	2020	2021	2022	Var % 22/21
N.º doentes em tratamento - 1.º ano	218	95	135	42,2%
N.º doentes em tratamento - 2.º ano	119	244	118	-51,7%

Tabela 04-37 Rastreios do Cancro do Cólon e Reto: evolução 2020-2022

Rastreios	2020	2021	2022	Var % 22/21
Rastreio do Cancro do Cólon e Reto	37	27	49	81,5%

Quanto à **Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC)** existiu um ligeiro aumento (+1 doente; +8,6%) de doentes em tratamento, em 2022 face a 2021.

Tabela 04-38 DPOC: evolução 2020-2022

DPOC	2020	2021	2022	Var % 22/21
Elementos de Telemonitorização	3	2	0	-100,0%
N.º doentes em tratamento (doente tratado/ano)	3	3	4	8,6%

O número de doentes em tratamento de **Enfarte Agudo do Miocárdio** diminuiu ligeiramente (-1 doentes; -9,1%) em 2022 face a 2021.

Tabela 04-39 Enfarte Agudo do Miocárdio: evolução 2020-2022

Enfarte Agudo do Miocárdio	2020	2021	2022	Var % 22/21
Elementos de Telemonitorização	0	1	0	-100,0%
N.º doentes em tratamento (doente equivalente/ano)	6	7	6	-9,1%

Na **Insuficiência Cardíaca**, existiu um aumento de doentes em tratamento (+4 doentes; +13,9%), em 2022 face a 2021.

Tabela 04-40 Insuficiência Cardíaca: evolução 2020-2022

Insuficiência Cardíaca	2020	2021	2022	Var % 22/21
Elementos de Telemonitorização	10	14	6	-57,1%
N.º doentes em tratamento (doente tratado/ano)	24	29	33	13,9%

Relativamente à **Perfusão Subcutânea Contínua de Insulina (PSCI)** o número de doentes em tratamento, no 1.º ano, teve uma diminuição de 2 doentes (-25,3%), em 2022 face a 2021. Por outro lado, houve um aumento de 3 doentes (+11,3%) no número de doentes em tratamento no 2.º ano e seguintes.

Tabela 04-41 PSCI: evolução 2020-2022

PSCI	2020	2021	2022	Var % 22/21
N.º doentes em tratamento - 1.º ano	1	6	4	-25,3%
N.º doentes em tratamento - 2.º ano e seguintes	31	30	33	11,3%

O **Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade (PTCO)** do CHLO inclui três técnicas de tratamento: Cirurgia de Bypass Gástrica, Outras Técnicas Modelo 1 e Outras Técnicas Modelo 2.

Relativamente ao tratamento Cirurgia de Bypass Gástrica existiu um aumento do número de doentes com pré-avaliação e cirurgia bariátrica (+66 doentes; +144,4%), no ano de 2022 face a 2021. Existiu uma diminuição dos doentes em *follow-up* no 1º ano (-21 doentes; -50%), sendo que 20 destes doentes transitaram para o *follow-up* no 2º ano. Existiu um aumento de 28 doentes no 3º ano de *follow-up*.

Relativamente às Outras Técnicas Modelo 1, estas não tiveram atividade no ano de 2021 nem de 2020.

Quanto às Outras Técnicas Modelo 2 houve uma diminuição do número de doentes em tratamento, de 93,8% (-30 doentes), em 2022 face a 2021.

Tabela 04-42 PTCO: evolução 2020-2022

PTCO	2020	2021	2022	Var % 22/21
Nº Doentes com Pré-Avaliação e Cirurgia Bariátrica - Cirurgia de Bypass Gástrica	21	27	66	144,4%
Cirurgia de Bypass Gástrica - 1º ano de follow-up	56	42	21	-50,0%
Cirurgia de Bypass Gástrica - 2º ano de follow-up	0	0	20	-
Cirurgia de Bypass Gástrica - 3º ano de follow-up	0	0	28	-
PTCO - Outras Técnicas Modelo 1	0	0	37	-
PTCO - Outras Técnicas Modelo 1 - 1º ano de follow-up	0	0	21	-
PTCO - Outras Técnicas Modelo 1 - 2º ano de follow-up	0	0	29	-
PTCO - Outras Técnicas Modelo 1 - 3º ano de follow-up	0	0	28	-
PTCO - Outras Técnicas Modelo 2	19	32	2	-93,8%
PTCO - Outras Técnicas Modelo 2 - 1º ano de follow-up	0	0	2	-
PTCO - Outras Técnicas Modelo 2 - 2º ano de follow-up	0	0	0	-
PTCO - Outras Técnicas Modelo 2 - 3º ano de follow-up	0	0	0	-

04.10 > equipa intra-hospitalar de suporte aos cuidados paliativos

A Equipa Intra-hospitalar de Cuidados Paliativos do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental é uma estrutura de apoio clínico, que assenta em processos técnicos de apoio à actividade clínica e destina-se a prestar cuidados diferenciados e de excelência, de forma organizada, a pessoas doentes e suas famílias em situação de doença avançada, incurável e progressiva e/ou com intenso sofrimento, com vista à redução e prevenção do mesmo, bem como, promover a formação em cuidados paliativos aos profissionais do CHLO, disseminando esta filosofia de cuidados.

Esta EIHSCP assenta a sua atividade em meio hospitalar; no entanto dada a existência da Hospitalização Domiciliar e após a realização de protocolo de articulação com o respetivo serviço, damos apoio aos doentes internados no domicílio.

Passada a fase da pandemia, ao longo de 2022 começou a desenhar-se uma consolidação da actividade da Equipa visando a constante melhoria dessa mesma actividade. Os profissionais da equipa para além da actividade assistencial prestaram acções de formação e frequentaram também algumas iniciativas com vista ao seu aperfeiçoamento científico.

Constituição da equipa

Tabela 04-43: Constituição da equipa intra-hospitalar de suporte aos cuidados paliativos

Grupo Profissional	Nome do profissional	Hospital	Nº de horas
Coordenador	Alice Cardoso	HSFX/HSC	35h
Médicos	Lídia Cunha	HEM	8h
	Miguel Teles	HEM	20h
	Manuel Araújo	HSFX	20h
	Augusta Gaspar	HSC	3h
	Enfermeiro-coordenador	Paula Cruz	HSFX/HSC
Enfermeiros	Marta Fonseca	HEM	35h
	Dora Ribeiro	HSFX/HSC	35h
	Joana Correia	HEM	35h
	Sara Fonseca	HSFX/HSC	35h
	Psicólogos	Sara Teixeira	HSFX
Cristina Moreira		HEM	8h
Assistentes Sociais	Mafalda Sustelo	HSFX	12h
	Célia Carvalho	HEM	12h
	Luísa Martins	HSC	12h
Assistentes Técnicos	Clara Ferreira	HEM	8h
	Helena Ferreira	HSFX	12h
	Susana Barbeitos	HSC	6h

Atividade Assistencial

A actividade da Equipa desenvolve-se nas seguintes valências: consulta interna, consulta externa, urgência geral, atendimento telefónico, ensino e investigação.

Os dados da actividade de 2022 estão resumidos no quadro seguinte.

De sublinhar o significativo incremento da actividade em relação nomeadamente a 2021.

Tabela 04-44: Atividade assistencial da EIHSCP

Linhas de Produção	Realizado (dez 2022)	Contratado (dez 2022)	Var Real/Contr.	Tx de execução
Consultas Externas HEM	1ºs Consultas	129	-	-
	Subsequentes	351	-	-
	Total	480	-	-
Consultas Externas HSFX	1ºs Consultas	169	-	-
	Subsequentes	551	-	-
	Total	720	-	-
Consultas Externas HSC	1ºs Consultas	9	-	-
	Subsequentes	9	-	-
	Total	18	-	-
Total CHLO	1ºs Consultas	307	-	-
	Subsequentes	911	-	-
	Total	1 218	-	-
Consultas Psicologia HEM	1ºs Consultas	25	-	-
	Subsequentes	47	-	-
	Total	57	-	-
Consultas Psicologia HSFX	1ºs Consultas	14	-	-
	Subsequentes	101	-	-
	Total	115	-	-
Total CHLO	1ºs Consultas	39	-	-
	Subsequentes	148	-	-

Total	187	-	-	-
-------	-----	---	---	---

Movimento de Consultas Internas/Consultoria

Tabela 04-45: Consultas internas realizadas pela EIHSCP

Consultas Internas	Realizado - acum. Dez. 2022
Consultas Internas HEM	644
Consultas Internas HSFX	904
Consultas Internas HSC	48
Total	1596

Movimento do Internamento

- Doentes Saídos Cuidados Paliativos Diretos+Falecidos+Transferências Externas – 154.
- Doentes Saídos Cuidados Paliativos Diretos+Falecidos+Transferências Externas+Internas – 161

Consulta Interna

Após o pedido de observação do doente, efectuado pelo médico assistente, a Equipa inicia o seu acompanhamento numa abordagem global ao doente e seu contexto social, familiar e psicológico.

A Equipa de cada Hospital discute os doentes internados planeando uma intervenção individualizada com vista ao controlo sintomático, envolvimento da família no acompanhamento e cuidados, preparação da alta para o domicílio e referenciação para as Unidades de Internamento de Paliativos da RNCP.

As conferências familiares são realizadas sobretudo para planeamento da intervenção junto do doente e da família, resolução de conflitos, esclarecimento de situações e preparação da alta.

Consulta Externa

A Consulta Externa realiza-se diariamente no Hospital de S. Francisco Xavier e no Hospital Egas Moniz. Dado o escasso nº de referenciações do Hospital de Santa Cruz, aí as consultas realizam-se no espaço das Consultas Externas sob marcação prévia.

De sublinhar que não há lista de espera para as consultas. Dá-se prioridade aos doentes com descontrolo sintomático sendo que nunca se ultrapassa o período de 4 semanas para observação de qualquer doente.

Na primeira consulta o doente é avaliado pela enfermeira e pelo médico. A situação é então discutida com a assistente social e a psicóloga para decidir a necessidade do envolvimento destes profissionais.

Nas consultas de seguimento o doente é sempre observado pelo médico e enfermeira, podendo ter a intervenção de outros membros da Equipa se essa tiver sido a decisão da reunião de grupo.

Urgência Geral

O médico assistente no Serviço de Urgência faz pedido de colaboração interna para ajuda no controlo sintomático e encaminhamento do doente pós episódio agudo. Trata-se de uma atividade complexa que exige uma resposta rápida dada a natureza do próprio serviço de urgência.

No ano de 2022, demos resposta a 150 doentes neste serviço, evitando em 80% deles o internamento.

Atendimento Telefónico

Os doentes telefonam para o médico ou o enfermeiro conforme o tipo de situação/problema que queiram expor. Habitualmente as questões clínicas são tratadas directamente com o médico.

O atendimento é oficialmente efectuado das 8h00 às 15h00.

Sempre que possível as situações são resolvidas tentando evitar o recurso ao Serviço de Urgências.

Estas chamadas, recebidas e efectuadas, são registadas no SClínico.

Ensino e Investigação

Da actividade da Equipa faz parte:

- Organização do **Curso Básico de Cuidados Paliativos** numa parceria com a ECSCP de Oeiras. De sublinhar que o termos começado a ministrar este curso permitiu ao CHLO deixar de contratar uma entidade externa para o efeito. Esta iniciativa tem contado sempre com um elevado número de candidatos, excedendo o número de vagas, e registado um entusiasmo crescente. Em 2022 realizámos duas edições do Curso.
- Orientação de Estágios - regularmente temos tido estagiários: alunos de enfermagem, enfermeiros e médicos. Alguns dos estágios têm sido observacionais mas outros são parte integrante da sua formação e actividade curricular.

A investigação não tem sido uma prioridade da actividade da equipa, apesar do enorme interesse que todos os profissionais têm manifestado, devido à escassez de tempo para dar resposta às solicitações quotidianas. No entanto temos marcado presença em congressos e seminários com apresentações da atividade e funcionamento da equipa.

05 > atividades de apoio

05.01 > serviço de sistemas e tecnologias de informação

Durante o ano de 2022 e no âmbito da estratégia da transformação digital do CHLO, foi implementado o sistema SCLinico nas urgências. Isto permitiu ultrapassar problemas de integração de informação num único processo clínico eletrónico, agilizando a disponibilização de informação dos utentes no CHLO, assim como para outras entidades de saúde do SNS.

Foi também expandido o sistema informático usado nas Unidades de Cuidados Intensivos (UCI) do Hospital de Santa Cruz. Este sistema já era usado nas duas outras unidades hospitalares do CHLO, ficando assim todas as UCI com o mesmo sistema.

Também durante 2022 e à semelhança dos anos anteriores, o CHLO continuou a reforçar e a modernizar os seus equipamentos informáticos, dotando os seus profissionais com equipamento recente.

Por último e dado resposta ao aumento das necessidades de armazenamento de imagem médica, foi reforçada a capacidade de armazenamento em quase mais 50% para este tipo de informação clínica específica.

05.02 > serviço de logística e distribuição

O Serviço de Logística e Distribuição (SLD) é responsável por desenvolver e aplicar a política de gestão de *stocks*, desde a sua receção, ao seu armazenamento, circuitos de distribuição, modelos de armazéns, inventários, entre outros. Neste sentido, o SLD desenvolveu, em 2022, diversas atividades, quer do âmbito económico, quer social/profissional ou ambiental.

Foram implementadas várias medidas nos armazéns centrais que visaram a preparação para a redução do *stock* disperso nas várias unidades, alocando nos armazéns centrais *stocks* mais reduzidos. Esta medida, além do foco económico, incluí benefícios ao nível do risco, menos embalagens externas nos serviços clínicos, menos tempo da enfermagem na gestão de *stocks* e maior controlo de validades.

Foi implementado um projeto de registo de consumo ao doente nas áreas de cardiologia que visa melhorar o nível de informação de gastos e garantir uma rastreabilidade de material usado no doente.

Foi implementado um inquérito de satisfação interno, com o objetivo de priorizar as necessidades internas do serviço em termos de condições laborais, formação e satisfação profissional

Figura 05-1: Resultados do inquérito de satisfação interno



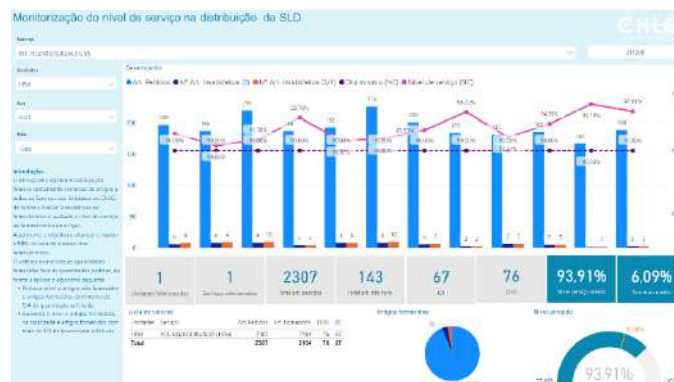
Foi implementado um inquérito de satisfação externo de forma a avaliar o trabalho realizado pelo SLD aos seus clientes. O inquérito abrange as áreas da interação, do conhecimento técnico, das infraestruturas de arrumação e dos projetos a desenvolver.

Figura 05-2: Resultados do inquérito de satisfação externo



Desenvolvimento de uma ferramenta de monitorização do nível de serviço em termos de fornecimentos de forma a tentar manter os níveis acima de 90%.

Figura 05-3: Dados da ferramenta de monitorização do nível de serviço



Foi iniciado o processo de gestão de armazéns avançados pelas equipas da logística, permitindo, assim, libertar enfermeiros e outros profissionais para atividades clínicas em detrimento de atividades logísticas.

Foi iniciado o projeto que elimina a utilização de papel nos processos logísticos internos, utilizando PDA para os registos de transferências, consumos e inventários. O processo teve início em 2022 com a aquisição de PDA para as 3 unidades logísticas (21 Unidades) e preparação para aquisição e expansão em 2023 (120 unidades).

Foi ainda preparado para 2023, um projeto que tem como objetivo a desmaterialização dos documentos de receção, passando o CHLO a receber por EDI os documentos desmaterializados. Só em 2022 foram produzidas 300 pastas de arquivo, que se pretende eliminar.

05.03 > serviço de gestão hoteleira

Relativamente à atividade do SGH no ano 2022, destacam-se os seguintes pontos:

Roupa Hospitalar:

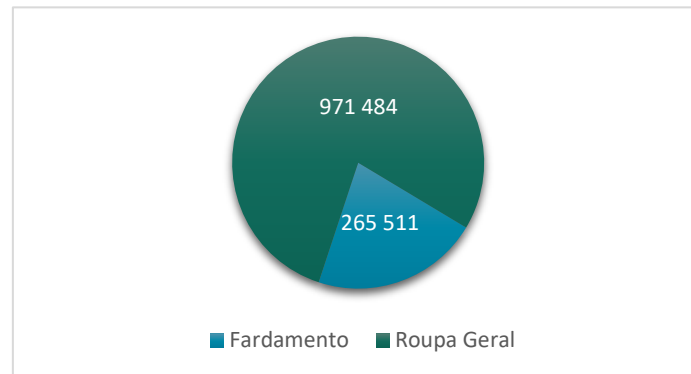
- Atividades/Projetos:
 - Implementação de um sistema de rastreabilidade têxtil (em curso)
 - Preparação do concurso público (lançado em novembro de 2022) para aquisição de um sistema de gestão de roupa hospitalar, que permita assegurar o controlo, rastreabilidade e gestão automatizada dos *stocks* de roupa geral e fardamento em circulação no CHLO.

Em 2022, foram tratados, 1.236.994 Kg de roupa hospitalar:

Tabela 05-1: Peso dos resíduos hospitalares – roupa hospitalar – tratados pelo serviço de gestão hoteleira, por hospital

Resíduos	HSFX	HEM	HSC	Peso Total (Kg)
Fardamento	95 992	97 428	72 091	265 511
Roupa Geral	313 885	425 675	231 924	971 484
Total	409 877	523 103	304 015	1 236 995

Figura 05-4: Peso total dos resíduos hospitalares tratados pelo serviço de gestão hoteleira



Resíduos:

- Atividades/Projetos:
 - Ações de formação sobre triagem de resíduos (6 ações de formação em 2022), com 182 formandos, assim distribuídos:

Tabela 05-2: Ações de formação realizadas pelo serviço de gestão hoteleira

Grupo Profissional	HSFX	HEM	HSC	CHLO
Médicos	1	0	1	2
TSDT	14	9	0	23

Enfermeiros	21	24	29	74
Assistente Técnico	2	3	0	5
Assistente Operacional	26	38	14	78
Total	64	74	44	182

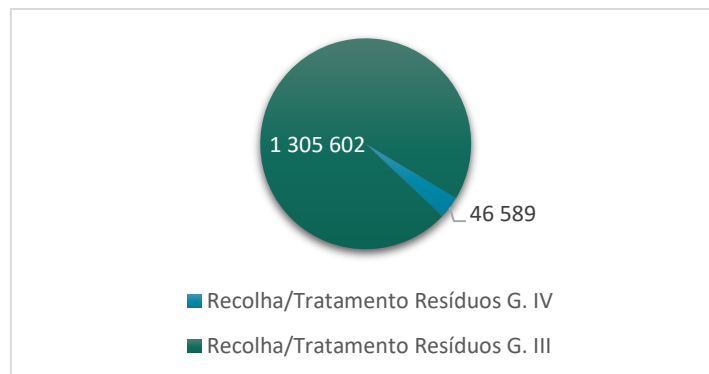
- Visitas Técnicas aos serviços clínicos (28 serviços/unidades), com objetivo de monitorizar a triagem de resíduos e propor a implementação de ações corretivas e/ou de otimização de funcionamento no âmbito de uma melhoria contínua do processo, tendo em conta as não conformidades detetadas.
- Criação do “Grupo de Trabalho para a Prevenção e Gestão Sustentável dos Resíduos Hospitalares”.
- “Plano de prevenção e gestão sustentável dos resíduos hospitalares do CHLO” (em anexo) – serviço piloto: Urgência de Obstetrícia/Ginecologia.

O Despacho n.º 242/96, de 13 de agosto da Sr.ª Ministra da Saúde classifica as diferentes tipologias de resíduos hospitalares, determinando a sua separação seletiva na origem. No que diz respeito os resíduos do Grupo III (resíduos hospitalares com risco biológico – contaminados ou suspeitos de contaminação, suscetíveis de incineração ou de outro pré-tratamento eficaz, permitindo posterior eliminação como resíduo urbano) e do Grupo IV (resíduos hospitalares específicos – de incineração obrigatória), em 2022 verifica-se o seguinte:

Tabela 05-3: Peso dos resíduos do grupo III e IV tratados pelo serviço de gestão hoteleira, por hospital

Resíduos	HSFX	HEM	HSC	Peso Total (Kg)
Recolha/Tratamento Resíduos G. IV	20 980	17 487	8 122	46 589
Recolha/Tratamento Resíduos G. III	470 396	623 425	211 781	1 305 602
Total	491 376	640 912	219 903	1 352 191

Figura 05-5: Peso total dos resíduos do grupo III e IV tratados pelo serviço de gestão hoteleira

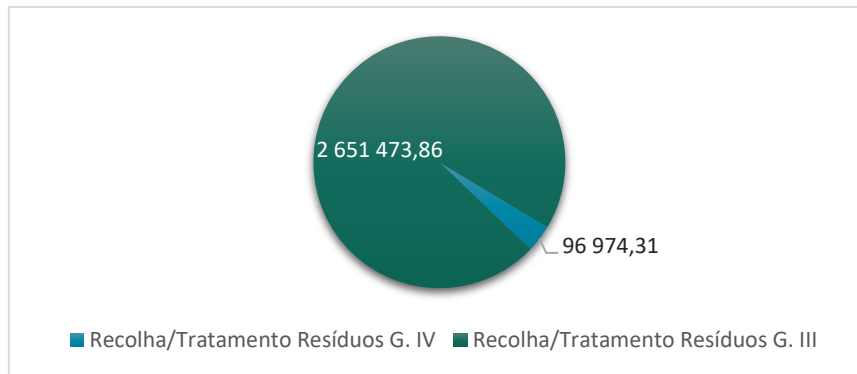


Face a 2021, verifica-se uma diminuição da produção de resíduos do Grupo III e IV, que resultará de uma mais correta triagem:

Tabela 05-4: Peso dos resíduos do grupo III e IV tratados pelo serviço de gestão hoteleira – evolução 2021-2022

Resíduos	2021	2022	Peso Total (Kg)
Recolha/Tratamento Resíduos G. IV	50 385,49	46 588,82	96 974,31
Recolha/Tratamento Resíduos G. III	1 345 871,60	1 305 602,26	2 651 473,86
Total	1 396 257,09	1 352 191,08	2 748 448,17

Figura 05-6: Peso total dos resíduos do grupo III e IV tratados pelo serviço de gestão hoteleira



Limpeza:

- Realização (em conjunto com GCL-PPCIRA) de auditorias à qualidade da limpeza
- Formação dos trabalhadores de limpeza (procedimentos de limpeza hospitalar; EPI; produtos químicos)

Vigilância/segurança:

- Formação dos vigilantes (acolhimento e receção do utente; gestão de conflitos; técnicas de negociação; ameaça de bomba, incêndio e evacuação; plano de emergência interno)
- Implementação da “Norma de monitorização do sistema de videovigilância”, de forma a evidenciar o cumprimento do nº 2 do Artigo 31º da Lei nº 34/2013 de 16.Maio “As gravações de imagem obtidas pelos sistemas de videovigilância são conservadas, em registo codificado, pelo prazo de 30 dias contados, desde a respetiva captação, findo o qual são destruídas”

Outros (SGH):

- “Regulamento de Espólio”: com vista à uniformização dos procedimentos relacionados com recolha, registo, guarda e devolução dos bens e valores dos utentes admitidos/internados no CHLO.
- Criação do “Espólio Central HSFx”, com vista à otimização de circuitos e centralização da guarda e devolução dos espólios.
- Requalificação dos Vestiários Centrais do HSFx
- Criação dos Vestiários Centrais do HEM

Unidade de gestão de transportes e parques de estacionamento:

- Regulamento de uso e gestão de veículos do CHLO;
- Regulamento da Unidade de Gestão de Transportes e Parques de Estacionamento do CHLO.

05.04 > serviço social

Em 2022 o Serviço Social, teve as seguintes evidencias mais relevantes, no que concerne á sua estrutura interna de funcionamento:

- A primeira decorrente da reorganização, imposta pelo novo regulamento do CHLO, homologado a 17/01/2022 pela sr^a Ministra da Saúde, tendo-lhe sido atribuído uma Direção de Serviço apoiada por coordenações em cada unidade funcional do CHLO.
- A segunda, ainda mais impactante, resultante da alteração da plataforma de registo da intervenção, que teve um período mitigado de Janeiro a meados de Abril de 2022, entre S. Clinico e SAAS (Sistema de Apoio ao Assistente Social), plataforma que era uma solução interna e estava estabelecida desde 2006. Nos finais de Abril de 2022, o registo centrou-se em exclusividade no S. Clinico. Desta circunstância, resulta especialmente novas variáveis de avaliação de resultados, para além de uma adaptação a novos procedimentos/ metodologia de registo, e a uma apropriação e valorização conceptual muito própria, que o perfil do Serviço Social no S. Clinico acolhe.

No seu desempenho, neste ano, a equipa recuperou em definitivo a força da sua intervenção, no seu papel mediador na relação interinstitucional, para a resolução dos problemas/ vulnerabilidades que os doentes apresentaram, e internamente foi-se ajustando, transversal e progressivamente, á reorganização “pós-crise covid” dos serviços da área de produção clinica. Reavemos também as nossas dinâmicas internas de formação do Grupo de Reflexão do Serviço Social, de reuniões periódicas de gestão das equipas e de reativação normalizada do trabalho em sede de comissões intra-hospitalares, onde nos encontramos filiadas, numa estrutura multidisciplinar. A maior vulnerabilidade, no funcionamento da equipa, advém da ausência, em determinadas situações específicas, de espaço de trabalho adequado, essencial para satisfação de condições de segurança e da função que o profissional de Serviço Social desempenha, na relação com o público que atende, a qual implica especialmente confiança e privacidade, inerentes a alterações de projetos de vida futura dos doentes, contempladas nos planos de intervenção.

Como grande ameaça/obstáculo á intervenção do Serviço Social, com repercussão no desempenho hospitalar, mantem-se a incapacidade agravada de se alcançar soluções atempadas, para doentes que apresentam fatores de maior risco/ perigo, carecendo garantia da continuidade de cuidados pós alta de 24 horas, só possíveis de assegurar com a sua institucionalização em: ERPI (Estrutura Residencial para Pessoa Idosa) com apoio estatal da Misericórdia de Lisboa ou Segurança Social, ou ainda da RNCCI (Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados. A ausência de resposta, obriga a internamentos apenas por razões protetoras, geradores de dias inapropriados de internamento. Falamos na maioria dos casos, de pessoas idosas, dependentes e socioeconomicamente vulneráveis. No ano 2022, dos que não tiveram critérios de referenciação para a RNCCI, sendo principalmente os que aguardaram ERPI, foi constatado em relação a 2021, um agravamento de 20% do nº de casos, e de 42% em relação ao nº de dias inapropriados em meio hospitalar. Saliente-se que a maioria dos que aguardaram resposta da Segurança Social/ Centro Distrital de Lisboa (CDL) em 2022, viram a sua permanência no CHLO ser forçada e transferida para 2023, pela manutenção de ausência de resposta para tipologia de cuidados por nós proposta e aceite pelo CDL.

No universo dos doentes que se mantêm em protelamento de alta clinica, assistimos também a uma ligeira subida da demora média, na sua integração em unidades de internamento da RNCCI, existindo uma média de cerca de 27 dias de espera em 2022. É de assinalar ainda a ausência/insuficiência marcada de respostas na área da Saúde Mental, do sector social e RNCCI, de apoio a altas clinicas, o que nos obriga a manter a contratualização privada de duas camas de retaguarda.

Perante o contexto sociodemográfico e económico do país, e as vulnerabilidades agravadas dos doentes, nomeadamente mais dependência e durante mais tempo, é sem surpresa, que de ano para ano vemos este problema, a avolumar em meio hospitalar, por ausência de medidas estruturais que venham a amenizar esta circunstância de modo efetivo, e cuja resolução cabe, em articulação, às tutelas da Saúde e Segurança Social.

No contexto da ação do Serviço Social, a intervenção tem vindo progressivamente a densificar-se perante a complexidade das problemáticas encontradas e no respeito pela diversidade dos cidadãos, exigindo mais

intervenção em cada caso, por um lado, e por outro, o alargamento de conhecimento, para avaliações diagnósticas e planos de acompanhamento, ajustados.

Tabela 05-5: Produção do serviço social - SAAS

Produção do Serviço Social SAAS (Sistema de Apoio ao Assistente Social)		2020	2021	2022*	Var 22/20	Var 22/21
Atos Sociais	Triagem	5 112	5 446	296	-94,2%	-94,6%
	Acompanhamento Psicossocial	13 143	17 460	935	-92,9%	-94,6%
	Outras atividades	607	873	7	-98,8%	-99,2%
Episódios sociais		4 861	5 460	312	-93,6%	-94,3%
Nº utentes atendidos		5 112	5 446	296	-94,2%	-94,6%
Casos Sociais c/ protelamento alta anual		178	160	214	20,2%	33,8%

*De 1 de janeiro a 19 de abril de 2022

Tabela 05-6: Produção do serviço social - Clínico V

Produção do Serviço Social S. Clínico V	1 de janeiro a 19 de abril de 2022	20 de abril a 31 de dezembro 2022	Total
Registos Diários	4 391	10 524	14 915
Episódios Sociais	1 726	3 709	5 435
Nº de utentes atendidos	1 558	3 210	4 768
Casos Sociais c/ protelamento de alta por razões protetoras			214

05.05 > comissão de ética para a saúde

A CES tem como finalidade zelar pela observância de padrões de ética no exercício das ciências médicas, por forma a proteger e garantir a dignidade e integridade humanas, procedendo à análise e reflexão sobre temas da prática médica que envolvam questões de ética.

Compete à Comissão de Ética:

- Zelar, no âmbito do funcionamento da instituição ou serviço de saúde respetivo, pela salvaguarda da dignidade e integridade humanas;
- Emitir, por sua iniciativa ou por solicitação, pareceres sobre questões éticas no domínio das atividades da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- Pronunciar-se sobre os protocolos de investigação científica, nomeadamente os que se refiram a ensaios de diagnóstico ou terapêutica e técnicas experimentais que envolvem seres humanos e seus produtos biológicos, celebrados no âmbito da instituição ou serviço de saúde respetivo;
- Pronunciar-se sobre os pedidos de autorização para a realização de ensaios clínicos da instituição ou serviço de saúde respetivo e fiscalizar a sua execução, em especial no que respeita aos aspetos éticos e à segurança e integridade dos sujeitos do ensaio clínico;
- Pronunciar-se sobre a suspensão ou revogação da autorização para a realização de ensaios clínicos na instituição ou serviço de saúde respetivo;
- Reconhecer a qualificação científica adequada para a realização de ensaios clínicos, relativamente aos médicos da instituição ou serviço de saúde respetivo;

- Promover a divulgação dos princípios gerais da bioética pelos meios julgados adequados, designadamente através de estudos, pareceres ou outros documentos, no âmbito dos profissionais de saúde da instituição ou serviço de saúde respetivo.

No decorrer do ano 2022, realizaram-se 11 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária da CES do CHLO, salientando as seguintes atividades:

- Atividade assistencial (emissão de pareceres por solicitação de diferentes serviços do CHLO);
- Atividade de investigação (foram recebidos 138 pedidos de parecer para realização de estudos, dos quais 108 tiveram parecer favorável)
- Foram avaliados 8 modelos de consentimento informado;
- Apreciaram-se 459 justificações para autorização de utilização de medicamentos cuja indicação não se encontra aprovada no respetivo RCM

05.06 > comissão de qualidade e segurança do doente

Compete à Comissão de Qualidade e Segurança do Doente:

- Elaborar o plano anual da qualidade e segurança do doente e o respetivo relatório de atividade;
- Disseminar, apoiar e avaliar de modo contínuo as diferentes dimensões da qualidade, contribuindo para a missão de prestação de cuidados de saúde diferenciados e humanizados de elevada qualidade, segurança e eficiência;
- Dinamizar, coordenar e apoiar os processos de melhoria da qualidade, promovendo e incentivando os processos de certificação e acreditação, gestão do risco e de auditoria clínica;
- Promover e facilitar a colaboração entre serviços para atingir os objetivos estratégicos na área da qualidade e segurança;
- Assegurar, fomentar e dinamizar projetos dedicados a humanização hospitalar.

Resumo da atividade em 2022:

- Certificados ou em processo de certificação/retificação, ao abrigo do Modelo de Certificação do Ministério da Saúde (modelo ACSA), 27 projetos: 20 relativos a Serviços Clínicos e 7 relativos a Centros de Referência;
- Acompanhamento das avaliações realizadas pelo núcleo de Autoridade Competente para os Órgãos, Células, tecidos e Sangue da DGS em matéria de avaliação da qualidade e segurança, para efeitos de autorização/renovação do exercício das atividades dos serviços de Sangue e Serviços de Transplantação, tendo sido realizadas duas avaliações no ano 2022;
- Acompanhamento da auditoria de avaliação SINAS@Hospitais realizada pela ERS, na dimensão “Segurança do Doente – Procedimento de Segurança”;
- Gestão do risco e segurança do doente através das seguintes ações:
 - Notificação de incidentes e eventos adversos na plataforma Patient Safety (foram notificados em 2022, 1004 incidentes);
 - Atualização da identificação dos Gestores Notifica, no âmbito da violência sobre profissionais de saúde, bem como dos gestores de incidentes de segurança do doente (Sistema Nacional de Notificação de Incidentes – Notifica);
 - Auditorias Internas no âmbito do Plano Nacional para a Segurança dos Doentes 2021-2026 (PNSD 2021-2026);
 - Foram operados 86 doentes no âmbito do Programa Enhanced Recovery After Surgery (ERAS);

- Auditorias Externas;
- Formação.

05.07 > UL-PPCIRA

O Grupo Coordenador Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos (GCL-PPCIRA). A 8 Setembro de 2022 foi publicado o despacho 10901/2022 que atualiza o Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos, alterando a designação de GCL-PPCIRA para Unidade Local (UL)-PPCIRA, pelo que este relatório inclui a nova nomenclatura, conforme a legislação referida.

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, a UL-PPCIRA realizou diversas atividades ao longo de 2022, das quais se destacam:

Vigilância Epidemiológica

- No âmbito da pandemia COVID-19, em 2022:
 - Foram revistas normas e procedimentos, atualizando-os continuamente às várias fases pandémicas, de acordo com a evolução e com as mais recentes indicações da OMS e da DGS.
 - Foi elaborado protocolo de testagem rápida (teste de antígeno) no Serviço de Urgência, com a colaboração do S. Patologia Clínica, de forma a imprimir celeridade e eficiência na testagem, sem esquecer a segurança e controlo de infeção por SARS-CoV-2.
 - Foi dada continuidade às medidas de prevenção e controlo da infeção, no âmbito da pandemia;
- Vigilância epidemiológica de incidência da infeção nosocomial da corrente sanguínea (INCS) e vigilância epidemiológica da infeção nosocomial em unidades de cuidados intensivos neonatais (VE-UCIN), ambas sob a chancela da DGS e alojadas na plataforma INSA-RIOS.
- Com a evolução favorável da pandemia COVID-19, foi possível à UL-PPCIRA retomar a Vigilância Epidemiológica da infeção nosocomial.
- Programa de vigilância epidemiológica com sede Europeia (ECDC):
 - *Surveillance of surgical site infections and prevention indicators in European hospitals - HAISSI;*
 - *Surveillance of healthcare-associated infections and prevention indicators in European intensive care units: HAI-Net ICU;*
 - *European Surveillance of Clostridioides difficile infections.*
- Vigilância epidemiológica das resistências aos antimicrobianos de microrganismos alerta e problema de acordo com a Norma 004/2013 da Direção Geral de Saúde;

Formação / Acompanhamento Clínico

- Foram realizadas 15 formações em Prevenção e Controlo de Infeção para Médicos, Enfermeiros, TSDT e Assistentes Operacionais, nos 3 hospitais do CHLO.
- Organização, coordenação e participação em ações de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano Anual de Formação);
- Integração de novos Enfermeiros, políticas do UL-PPCIRA;
- Integração de novos Assistentes Operacionais, políticas do UL-PPCIRA;
- Formação Internato Médico do CHLO;
- Orientação das práticas clínicas;

- Continuação da elaboração ou atualização de recomendações, procedimentos e normas para o manual de prevenção e controlo de infeção e de resistência aos antimicrobianos do CHLO;
- Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção (P&CI) e utilização de antimicrobianos e antissépticos;
- Destaca-se a publicação da recomendação Prevenção e controlo da Infeção da Corrente Sanguínea Associada a CVC (INCS-CVC), no âmbito da qual foram realizadas numerosas formações aos Chefes de Equipa de Enfermagem e aos Médicos, bem como elaborado filme pedagógico, como forma de alargar a formação homogénea e de qualidade ao maior número de profissionais possível.

Auditoria de estrutura, processo e resultado

- Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infeção (PBCI) – Direção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da ILC;
- Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da INCS associada a cateter Venoso Central
- Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da infeção urinária associada a cateter vesical;
- Auditoria ao feixe de intervenções à prevenção da pneumonia associada à intubação;
- Auditorias internas a indicadores de estrutura, processo e resultado;

Programa de apoio à prescrição antibiótica

- O Programa de Apoio à Prescrição Antibiótica sofreu atrasos significativos com a pandemia. Em Maio de 2021 foi reativado o programa PAPA e a colaboração no Programa Nacional de Prevenção das Resistências aos Antimicrobianos, tendo sido continuado em 2022:
- Auditorias ao consumo de antimicrobianos no CHLO;
- Implementação de planos de melhoria da prescrição de terapêutica antimicrobiana, e na redução de consumo de carbapenemos;
- Organização de sessões pedagógicas nos Serviços do CHLO por forma a regulamentar e otimizar a prescrição de antimicrobianos;
- Elaboração/atualização de recomendações institucionais sobre profilaxia antibiótica e terapêutica empírica e dirigida a síndromas e microrganismos específicos.

Colaboração em atividades de gestão – Pandemia SARS-CoV-2

- Acompanhamento e monitorização dos Planos de Contingência dos Serviços no contexto da pandemia;
- Acompanhamento e implementação das Normas e Orientações COVID-19 da DGS;
- Publicação de recomendações em matéria de P&CI, divulgados nos serviços e publicados na Intranet;
- Emissão de pareceres no âmbito da COVID-19;
- Reorganização estrutural dos Serviços COVID e não COVID, no regresso à “normalidade”;
- Formação sobre EPI COVID a grupos de médicos, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e assistentes operacionais;
- Formação aos AO sobre processos de limpeza e desinfeção em contexto COVID;
- Participação ativa em reuniões, com as áreas clínicas e não clínicas, sobre medidas de P&CI, para doentes respiratórios e não respiratórios;
- Atualização dos circuitos para doentes, visitas e acompanhantes no Hospital;
- Manteve-se estreita colaboração entre a UL-PPCIRA e o Serviço de Gestão de Compras, em matéria de Equipamento e Proteção Individual, verificadas as suas especificidades e adequação dos mesmos à nova fase da pandemia.

Colaboração em atividades de gestão – Outros:

- Acompanhamento à acreditação/certificação de serviços de internamento;

- Dados de indicadores de Qualidade na área de prevenção e controlo de infeção, identificação de *standards* e padrões de Qualidade para os indicadores de qualidade de PPCIRA;
- Participação nas reuniões de Qualidade e desempenho dos diversos Serviços;
- Assessoria ao Conselho de Administração e outros serviços do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, em assuntos do âmbito da UL-PPCIRA;
- Júri de concurso de prestação de serviços de higiene e limpeza;
- Emissão de pareceres no âmbito de equipamento e material clínico
- Planeamento e acompanhamento na realização de testes microbiológicos de superfícies;
- Planeamento e acompanhamento de biodescontaminação ambiental.

Projetos de investigação/Participação em projetos de investigação/Publicações

- STOP Infeção Hospitalar 2.0 – a UL-PPCIRA apresentou a candidatura do CHLO ao projeto STOP Infeção Hospitalar 2.0, parceria DGS/Gulbenkian/IHI, tendo sido um dos centros hospitalares seleccionados para participar no mesmo.
- Participação no estudo multicêntrico OZAVIE: Estudo observacional prospetivo multicêntrico em doentes hospitalizados, atingidos por uma infeção e tratados com ZAVICEFTA® (ceftazidima/avibactam) em condições reais de utilização. IP: Dra. Susana Peres; Co-investigadores (elementos da UL-PPCIRA): Dra. Catarina Conceição, Dra. Ana Rita Martins; Dra. Rita Reis HEM.

Colaboração em atividades para a acreditação de serviços clínicos do CHLO

- Integração na equipa de acreditação dos serviços clínicos.

Participação em Congressos, Seminários e outras ações de formação como formadores convidados:

- Dr.ª Catarina Conceição: “Há Infeção adquirida em UCI para além da COVID-19?” – **Comunicação oral no Painel: Gestão das IACS em contexto de cuidados intensivos em tempos pandémicos.** 4º Congresso Internacional - IACS 2022 - Desafios e Inovação em Controlo de Infeção, Santa Maria da Feira 27 de outubro de 2022.
- Enf.ª Clara Carvalho: **MANUTENÇÃO DE CATETERES CENTRAIS numa perspetiva de prevenção da infeção nosocomial.** XXIV Congresso Nacional de Medicina Intensiva Pediátrica, Lisboa, 11 Novembro 2022

06 > investigação

O Serviço de Inovação e Investigação Clínica é responsável pela organização de todos os procedimentos relacionados com a investigação clínica, incluindo:

- Promover, acompanhar e divulgar os estudos e projetos de investigação realizados no centro;
- Submeter todas as solicitações de estudos e projetos clínicos ao Comité de Ética do Hospital e ao Conselho de Administração;
- Apoiar o processo de levantamento de documentação para submissão de estudos e realização de acordos financeiros;
- Apoiar todos os projetos de investigação clínica conduzidos pelo investigador, incluindo administração de financiamento e gestão de auditorias externas;
- Ajudar os investigadores em todas as atividades de investigação, incluindo viabilidade, realização de visitas de estudo, entrada de dados e resolução de queries;
- Estimular o estabelecimento de grupos de investigação, incluindo interação com investigadores principais de modo a impulsionar a investigação translacional;
- Estimular a cooperação científica institucional nacional e estrangeira, bem como auxiliar no estabelecimento de protocolos com entidades externas;
- Atuar como um consultor para o Conselho de Administração em todas as questões de investigação clínica, incluindo aconselhamento em apoio financeiro e bolsas / prémios de investigação.

Equipa do Serviço de Inovação e Investigação Clínica é constituída por:

- Diretor de Serviço
- Administradora Hospitalar (desde Out 2022)
- Gestor Equipa de Coordenação de Estudos (NOVA CRU)
- 6 Coordenadores de estudos – 2 em cada hospital (NOVA CRU)
- 2 Enfermeiros
- 2 Assistentes Técnicas

Nota: Nem todos a tempo inteiro.

Em 2022, destaca-se a seguinte atividade:

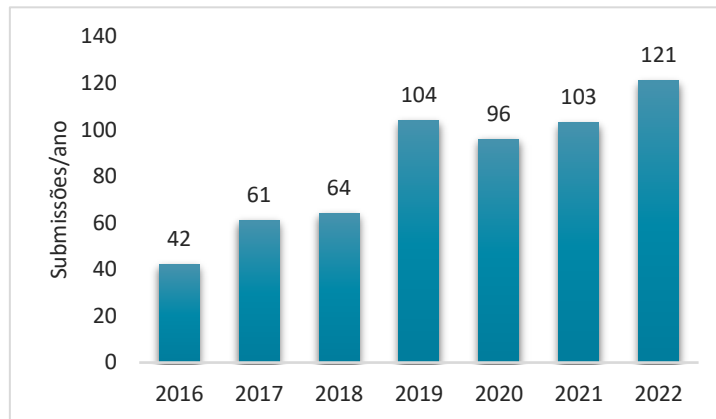
Estudos Submetidos

Tabela 06-1: Tipologia dos estudos submetidos pelo SIIC

Tipologia dos Estudos Submetidos	Nº submissões	% estudos
Dispositivo médico	4	3%
Ensaio clínico	57	47%
Procedimento interventivo	4	4%
Sem intervenção	56	46%
Total	121	100%

Foram submetidos mais 18 estudos do que no ano 2021.

Figura 06-1: Evolução do número de estudos submetidos entre 2016 e 2022



Fase dos estudos submetidos e serviço onde se inserem

Figura 06-2: Fase dos estudos submetidos

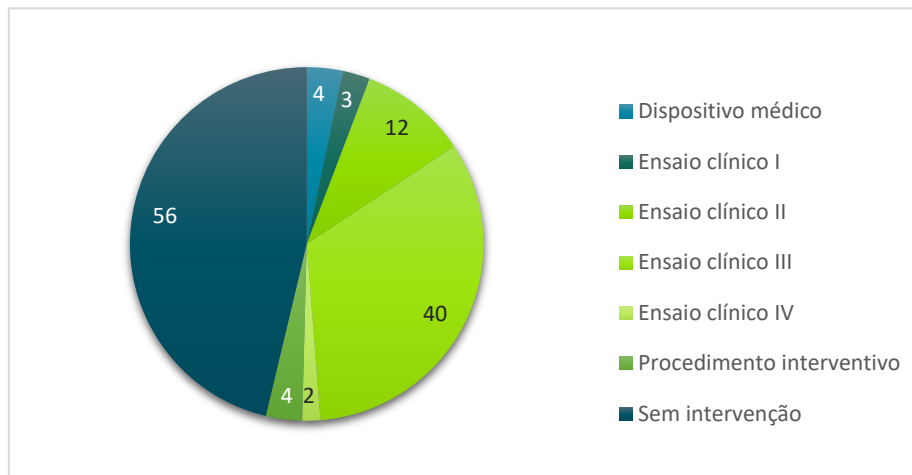


Tabela 06-2: Serviço onde se inserem os estudos submetidos

Serviço	Nº de Submissões	Serviço	Nº de Submissões
Cardiologia	20	Medicina Interna HSFX	2
Neurologia	15	Pediatria	2
Nefrologia	14	Bloco Operatório II	1
Oncologia	12	Cardiologia Pediátrica	1
Reumatologia	12	Cirurgia Geral	1
Endocrinologia	9	Medicina Interna HEM	1
HDEM - HSFX	6	Neurologia Pediátrica	1
Hematologia	5	Obstetrícia e Ginecologia	1
Dermatologia	4	Patologia Clínica	1
UCIP - HSFX	4	PPCIRA	1
Doenças Infecciosas	2	Urgência	1
Eq. Gestão Altas	2	Urologia	1
Gastrenterologia	2	Total	121

Estudo ativos durante 2022

Estiveram ativos 238 estudos com investigadores principais de 42 serviços.

Figura 06-3: Fase onde se inserem os estudos ativos em 2022 - por investigador

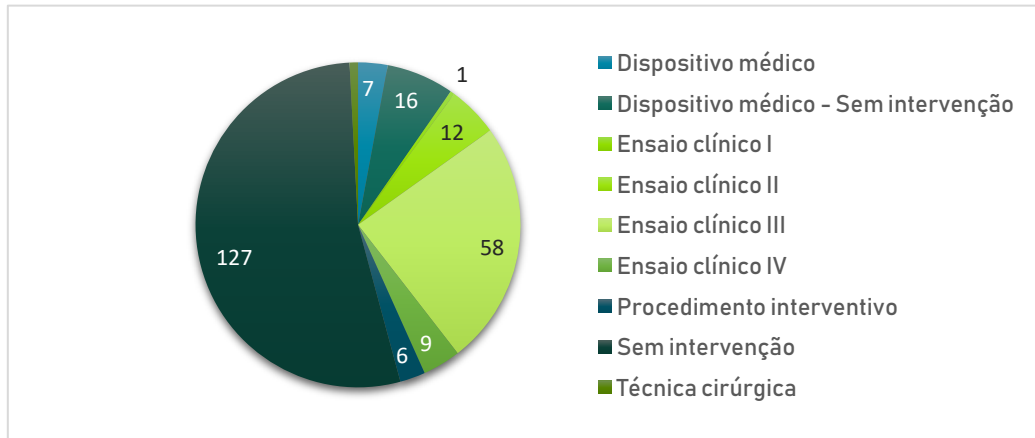
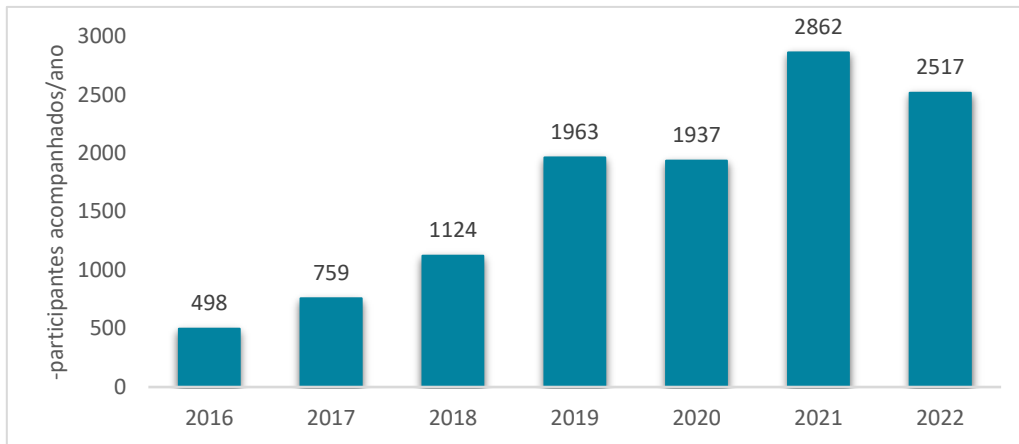


Tabela 06-3: Serviço onde se inserem os estudos ativos em 2022

Serviço	Nº de Submissões	Serviço	Nº de Submissões
Cardiologia	50	Anatomia Patológica	1
Neurologia	28	Bloco Central	1
Reumatologia	26	Cirurgia Geral I	1
Oncologia	21	Cir. Cardiot.	1
Nefrologia	15	Cirurgia Geral III	1
Endocrinologia	12	Farmacêuticos	1
Gastrenterologia	9	Gastrenterologia	1
Medicina Interna - HSFX	9	Gastr/Pneumologia	1
Hematologia	8	Imunoalergologia	1
UCIP - HSFX	6	Med Fís e Reab.	1
Cardiologia Pediátrica	4	Neurocirurgia	1
Doenças Infecciosas	4	Neurorradiologia	1
Patologia Clínica	4	Nutrição	1
Cardiologia + Cir. Cardiot.	3	Oncologia Médica	1
Dermatologia	3	Patologia Clínica	1
Medicina Interna - HEM	3	Pneumologia	1
Pediatria	3	Social	1
Psiquiatria	3	UCIP e UCIC	1
Eq. Gestão Altas	2	Unid. COVID-19	1
Obstetrícia e Ginecologia	2	Unid. Terapia da Dor	1
Oftalmologia	2	Total	239
Urologia	2		

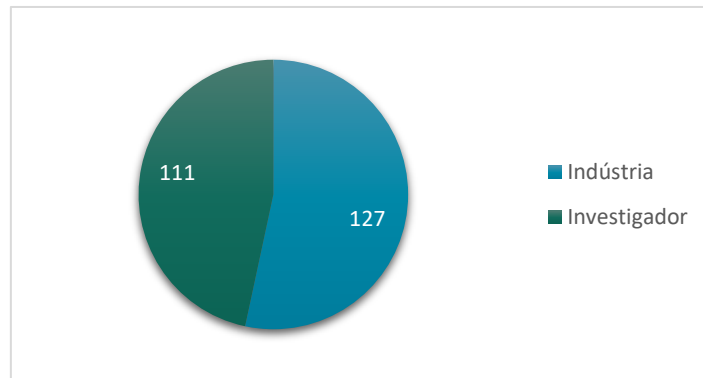
Estes estudos envolveram 2.517 participantes.

Figura 06-4: Evolução do número de participantes envolvidos nos estudos



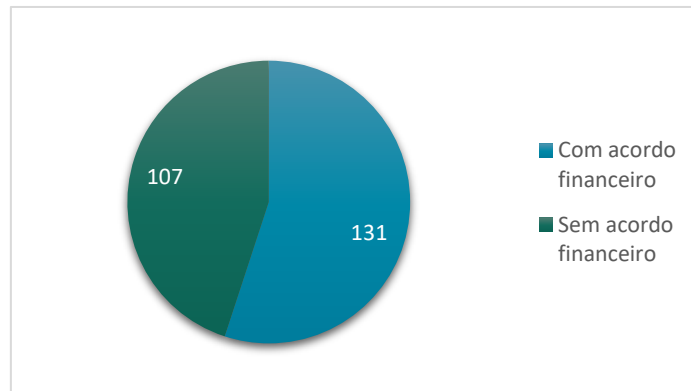
Quanto à iniciativa, 53% partiram da Indústria e 47% partiram da iniciativa do Investigador.

Figura 06-5: Número de investigações - Iniciativa



Quanto ao financiamento, 55% tiveram financiamento e 45% não estabeleceu nenhum acordo financeiro.

Figura 06-6: Número de investigações - Acordo financeiro



Transitaram para 2023, 199 estudos (39 foram encerrados em dezembro de 2022).

07 > recursos humanos

A Gestão de Recursos Humanos do CHLO, no ano 2022, continuou a ser guiada pela legislação em vigor. Neste contexto referimos os vários diplomas que vieram aprovar medidas de valorização dos trabalhadores que desempenham funções públicas das diversas carreiras do sector da saúde, particularmente:

- Transição dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT), a partir de 1 de janeiro de 2022, para a nova tabela remuneratória de acordo com a Lei n.º 34/2021, de 8 de junho,
- O Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho, aprovou medidas de valorização remuneratória de trabalhadores em funções públicas, procedendo à determinação da posição remuneratória mínima para o candidato à carreira geral de Técnico Superior com o grau de Doutor. Procedeu, ainda, à alteração dos níveis remuneratórios da carreira geral de Técnico Superior e da categoria de Assistente Técnico da carreira geral de Assistente Técnico;
- O Decreto-Lei n.º 80-B/2022, de 28 de novembro veio estabelecer os termos da contagem de pontos em sede de avaliação do desempenho dos trabalhadores enfermeiros, à data da transição para as carreiras de enfermagem e especial de enfermagem;
- A aprovação de medidas de valorização global dos trabalhadores em funções públicas de acordo com o Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro.

Em matéria de regimes excecionais de recrutamento e fixação de profissionais de saúde no SNS, o governo entendeu necessária a definição de medidas adicionais de caráter extraordinário e transitório, com a publicação do Decreto-Lei n.º 50-A/2022, de 25 de julho. Este estabeleceu a autonomia de contratação, pelo órgão máximo de gestão dos estabelecimentos de saúde integrados no SNS, de médicos especialistas, para satisfazer necessidades permanentes dos serviços que asseguram o normal funcionamento dos serviços de urgência; criou condições para a estabilização das equipas de urgência dos serviços e estabelecimentos de saúde públicos; estabeleceu um regime remuneratório aplicável à prestação de trabalho suplementar realizado por trabalhadores médicos, necessários para assegurar o funcionamento dos serviços de urgência.

Não podemos deixar de mencionar a autorização para a abertura de procedimentos de recrutamento conducente ao preenchimento, no mapa de pessoal do CHLO, de postos de trabalho nas várias categorias das carreiras de enfermagem, Técnico Superior de Saúde e Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica, assumindo-se assim, a hierarquização destas carreiras pelos diversos níveis de responsabilidade que envolvem.

De referir, também, o novo Regulamento Interno do CHLO, homologado por despacho, de 01/01/2022, de Sua Excelência a Ministra da Saúde, que se reveste de primordial importância na medida em que reflete a sua estrutura e organização interna, adotando uma estrutura descentralizada de gestão interna, particularmente

nas áreas clínicas, atualizando e adaptando as áreas de apoio clínico e técnico, dando particular relevo à área do conhecimento.

Tabela 08.1 Estrutura e características dos recursos humanos

Indicadores	2020	2021	2022
Total de Efetivos	4 449	4 500	4 405
Estrutura Profissional e Orgânica dos Efetivos			
Taxa de Tecnicidade (1)	65,6%	65,2%	65,0%
Percentagem de Efetivos Inseridos em Corpos Especiais (2)	56,0%	56,0%	55,0%
Percentagem de Médicos em Formação (Internos)	32,0%	32,7%	31,9%
Nº de Enfermeiros por Médico	1,8	1,7	1,7
Percentagem de Pessoal em Serviços Prestadores de Cuidados	83,5%	83,5%	83,3%
Vínculos			
Percentagem de Efetivos c/ Contrato p/ tempo indeterminado (ex-nomeados)	34,3%	33,1%	32,6%
Percentagem de Efetivos com Contrato individual de trabalho	65,2%	66,4%	67,3%
Idade e Género			
Idade Média Global	42	42	43
Idade Média dos Médicos (Não Internos)	49	49	49
Idade Média dos Enfermeiros	38	38	39
Percentagem dos Efetivos Totais com mais de 50 anos	31,0%	31,0%	33,0%
Percentagem de Médicos com mais de 50 anos	49,0%	48,0%	47,0%
Taxa de Emprego Feminino dos Efetivos Totais (%)	76,0%	76,0%	76,0%
Taxa de Emprego Feminino do Pessoal Médico (%)	60,3%	60,0%	60,0%
Taxa de Emprego Feminino do Pessoal de Enfermagem (%)	82,0%	83,0%	83,0%
Nível de Escolaridade			
Nº de Efetivos com Licenciatura ou Superior	2 481	2 512	2 461
Nº de Efetivos com menos de 9 anos de escolaridade	318	293	274
Carga Horária			
Percentagem de Efetivos (Total) com 42 horas	2,3%	2,0%	2,0%
Percentagem de Efetivos (Total) com 40 horas	21,9%	16,7%	17,2%
Percentagem de Efetivos (Total) com 35 horas	75,2%	80,7%	80,7%
Percentagem de Efetivos (Total) com menos de 35 horas	0,6%	0,5%	0,1%
Absentismo			
Taxa Geral de Absentismo - valores acumulados no ano (%)	10,8%	13,4%	14,0%
Taxa de Absentismo por Doença - valores acumulados no ano (%)	5,1%	6,3%	5,5%
Remunerações Processadas			
Horas Extraordinárias Processadas - quantidade	416 117	382 382	352 525
Horas Extraordinárias Processadas - valorização (€)	8 786 112 €	8 176 298 €	8 573 569 €
Horas de Prevenção Processadas - quantidade	181 981	204 168	190 832
Horas de Prevenção Processadas - valorização (€)	2 200 849 €	2 399 423 €	2 561 809 €

(1) - Relação entre o número de Efetivos com funções técnicas e o restante pessoal

(2) - Médicos, Enfermeiros, TSS e TDT

07.01 > grupos profissionais

No final do ano 2022, o CHLO tinha a exercer funções 4.405 trabalhadores, dos quais 1.049 são homens e 3.356 são mulheres, evidenciando-se uma predominância do sexo feminino (76%) em todos os grupos profissionais.

Tabela 07.2 Número de efetivos por grupo profissional

Grupo Profissional	2020	2021	2022	Var 22/21
Dirigente	26	24	31	0,3
Médico	868	881	882	0,0
Técnico Superior de Saúde	12	12	11	-0,1
Técnico Superior	73	81	80	0,0
Farmácia	30	30	29	0,0
Enfermagem	1546	1539	1469	0,0
Informática	13	12	11	-0,1
Docente	4	4	5	0,3
TSDT	358	362	358	0,0
Assistente Técnico	420	421	415	0,0
Assistente Operacional	1094	1128	1107	0,0
Outro Pessoal	5	6	7	0,2
Total	4 449	4 500	4 405	1,0

Pela análise do quadro, verifica-se uma diminuição de profissionais ao serviço do CHLO, em efetividade de funções, apresentando o CHLO menos 95 elementos face ao período homólogo de 2021, após a contabilização de todas as saídas/entradas ao longo do ano 2022. O grupo profissional responsável pela diminuição de efetivos foram os Enfermeiros (-70). Tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos situa-se nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, representando 78,5% do total de profissionais do CHLO.

07.02 > relação jurídica de emprego

Quanto à natureza do vínculo, 1.438 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções públicas (32,6%) e 2.963 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes, a 67,4% dos efetivos.

Tabela 07.3 Número de efetivos por tipo de vínculo, em trabalho subordinado

Vínculo	2020				2021				2022				Var 22/21			
	Função Pública	Cedência de Interesse Público	Prestação de Serviços	Total	Função Pública	Cedência de Interesse Público	Prestação de Serviços	Total	Função Pública	Cedência de Interesse Público	Prestação de Serviços	Total	Função Pública	Cedência de Interesse Público	Prestação de Serviços	Total
Dirigente	15	11	26	52	13	11	24	44	13	18	31	52	0,0%	63,6%	-	29,2%
Médico	223	367	590	1180	212	381	593	1186	197	404	601	1180	-7,1%	6,0%	-	1,3%
Internato Médico	278		278	278	287	1	288	288	281		281	278	-2,1%	-100,0%	-	-2,4%

Técnico Superior de Saúde	3	9	12	3	9	12	2	9	11	-33,3%	0,0%	-	-8,3%
Farmácia	12	18	30	12	18	30	11	18	29	-8,3%	0,0%	-	-3,3%
Técnico Superior	14	59	73	14	67	81	14	66	80	0,0%	-1,5%	-	-1,2%
Enfermagem	430	1 096	20 1 546	425	1 095	19 1 539	421	1 048	1 469	-0,9%	-4,3%	-100,0%	-4,5%
Informática	2	11	13	2	10	12	1	10	11	-50,0%	0,0%	-	-8,3%
Docente	2	1	1 4	2	1	1 4	2	2	1 5	0,0%	100,0%	0,0%	25,0%
TSDT	161	196	1 358	158	203	1 362	153	204	1 358	-3,2%	0,5%	0,0%	-1,1%
Assistente Técnico	93	327	420	89	332	421	89	326	415	0,0%	-1,8%	-	-1,4%
Assistente Operacional	293	801	1 094	272	856	1 128	254	853	1 107	-6,6%	-0,4%	-	-1,9%
Outro Pessoal		3	2 5		400,0%	2 6		5	2 7	-	25,0%	0,0%	16,7%
Total	1 526	2 899	24 4 449	1 489	2 988	23 4 500	1 438	2 963	4 4 405	-3,4%	-0,8%	-82,6%	-2,1%

07.03 > estrutura etária

Em termos de Estrutura Etária do CHLO, em 2022, verifica-se que cerca de 55% dos colaboradores têm menos de 45 anos. A faixa etária dos 35-39 anos é a que conta com o maior número de elementos, 591 efetivos correspondentes a 13,4% dos mesmos.

No ano de 2022 registaram-se 490 colaboradores com idade superior a 59 anos, o que representa aproximadamente 11% do total de profissionais, um valor ligeiramente superior aos 10% registados em 2021.

Tabela 07.4 Escalão etário por género

Escalão Etário	Masculino				Feminino				Total				Peso Relativo Total		
	2020	2021	2022	Var 22/21	2020	2021	2022	Var 22/21	2020	2021	2022	Var 22/21	2020	2021	2022
18-24	56	47	31	-34,0%	244	202	150	-0,3	300	249	181	-0,3	6,7%	5,5%	4,1%
25-29	162	148	139	-6,1%	420	457	451	0,0	582	605	590	0,0	13,1%	13,4%	13,4%
30-34	142	164	156	-4,9%	402	376	357	-0,1	544	540	513	-0,1	12,2%	12,0%	11,6%
35-39	156	143	136	-4,9%	481	497	455	-0,1	637	640	591	-0,1	14,3%	14,2%	13,4%
40-44	123	135	139	3,0%	372	386	407	0,1	495	521	546	0,0	11,1%	11,6%	12,4%
45-49	114	117	107	-8,5%	418	418	406	0,0	532	535	513	0,0	12,0%	11,9%	11,6%
50-54	124	129	128	-0,8%	365	360	385	0,1	489	489	513	0,0	11,0%	10,9%	11,6%
55-59	86	89	95	6,7%	346	363	373	0,0	432	452	468	0,0	9,7%	10,0%	10,6%
60-64	72	71	69	-2,8%	263	280	268	0,0	335	351	337	0,0	7,5%	7,8%	7,7%
65-69	42	41	47	14,6%	59	73	103	0,4	101	114	150	0,3	2,3%	2,5%	3,4%
70 ou mais	2	3	2	-33,3%	0	1	1	0,0	2	4	3	-0,3	0,0%	0,1%	0,1%
Total	1 079	1 087	1 049	-3,5%	3 370	3 413	3 356	0,0	4 449	4 500	4 405	0,0	100,0%	100,0%	100,0%
Média Global	42	42	43	1,6%	42	42	43	1,7%	42	42	43	1,7%			

Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que a idade média dos colaboradores se situa nos 43 anos com um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior com 42 anos.

Constatou-se que houve um decréscimo de 1,8% do total de efetivos relativamente ao ano passado, nas faixas etárias inferiores aos 44 anos.

07.04 > taxa de rotatividade e absentismo

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

Tabela 07.5 Taxa de rotatividade por grupo profissional

Grupo Profissional	Saídas				Admissões			
	2020	2021	2022	Var 22/21	2020	2021	2022	Var 22/21
Dirigente	2	4	2	-50,0%	1	2	9	350,0%
Médico	215	306	121	-60,5%	330	319	122	-61,8%
Técnico Superior de Saúde			1	-				-
Farmácia			1	-				-
Técnico Superior	8	5	3	-40,0%	8	13	2	-84,6%
Enfermagem	246	266	180	-32,3%	359	259	110	-57,5%
Informática	1	1	1	0,0%	1		0	-
Docente				-			1	-
TSDT	34	44	13	-70,5%	58	48	9	-81,3%
Assistente Técnico	22	27	25	-7,4%	39	28	19	-32,1%
Assistente Operacional	115	188	99	-47,3%	277	222	78	-64,9%
Outro Pessoal	1			-		1	1	0,0%
Total	644	841	446	-47,0%	1 073	892	351	-60,7%
Peso face ao total de profissionais	14,5%	18,7%	10,1%		24,1%	19,8%	8,0%	

Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos uma diminuição relativamente ao número de admissões (351) em relação o número de saídas (446), o que justifica a diminuição de efetivos verificado ao longo do ano de 2022.

No que se refere às admissões, em 2022, registou-se uma diminuição de 60,7%, relativamente a 2021. Quanto às saídas verificou-se uma diminuição de 47% face ao período homólogo.

Tabela 07.6 Caracterização das várias tipologias de saída dos profissionais de saúde

Tipologia das Saídas	2020	%	2021	%	2022	%	Var 22/21
Aposentação	53	8,2%	42	5,0%	35	7,8%	-16,7%
Caducidade termo resolutivo		0,0%		0,0%		0,0%	-
Comissão de serviço		0,0%		0,0%	2	0,4%	-
Demissão		0,0%		0,0%		0,0%	-
Denúncia por abandono	10	1,6%	9	1,1%	1	0,2%	-88,9%
Denúncia período experimental	3	0,5%	17	2,0%	14	3,1%	-17,6%
Denúncia contrato		0,0%	1	0,1%		0,0%	-100,0%
Exoneração	17	2,6%	3	0,4%	5	1,1%	66,7%
Falecimento	5	0,8%	4	0,5%	2	0,4%	-50,0%
Fim de estágio	1	0,2%	4	0,5%		0,0%	-100,0%
Interrupção de internato		0,0%	1	0,1%		0,0%	-100,0%
Licença sem vencimento	2	0,3%	2	0,2%	1	0,2%	-50,0%
Mobilidade SNS	61	9,5%	2	0,2%	5	1,1%	150,0%

Rescisão contrato	481	74,7%	729	86,7%	379	85,0%	-48,0%
Termo de contrato	3	0,5%	24	2,9%	2	0,4%	-91,7%
Cedência	8	1,2%	3	0,4%		0,0%	-100,0%
Total	644		841		446		

No ano de 2022, a taxa de absentismo apresenta um aumento face ao ano de 2021, mostrando um total de 157 815 dias de ausência, correspondente a um acréscimo de 0,6%.

Tabela 07.7 Taxa de Absentismo

Grupo Profissional	Dias de Ausência				Tx de Absentismo			
	2020	2021	2022	Var 22/21	2020	2021	2022	Var 22/21
Dirigente	95	149	164	10,1%	1,5%	2,5%	2,1%	-0,4 pp
Médico	20 322	19 169	20 077	4,7%	9,4%	8,8%	11,2%	2,4 pp
Técnico Superior de Saúde	570	1 440	329	-77,2%	19,2%	48,4%	8,5%	-39,9 pp
Técnico Superior	655	338	1 386	30,8%	3,6%	1,7%	7,2%	5,5 pp
Farmácia	407	1 016	442	36,4%	5,5%	13,7%	8,9%	-4,8 pp
Enfermagem	44 373	58 922	61 802	4,9%	11,6%	15,4%	16,2%	0,8 pp
Informática	42	4	18	350,0%	1,3%	0,1%	0,7%	0,6 pp
Docente				-	0,0%	0,0%	0,0%	0 pp
TSDT	10 253	12 925	12 325	-4,6%	11,5%	14,4%	13,2%	-1,2 pp
Assistente Técnico	9 552	10 722	10 601	-1,1%	9,2%	10,3%	10,0%	-0,3 pp
Assistente Operacional	32 621	44 349	50 653	14,2%	12,0%	15,9%	16,2%	0,3 pp
Outro Pessoal	30		18	-	2,4%	0,0%	0,9%	0,9 pp
Total	118 920	149 034	157 815	5,9%	10,8%	13,4%	14,0%	0,6 pp

A taxa de absentismo do CHLO em 2022 foi de 14%, face a 13,4% em 2021, correspondente a um acréscimo de 8 871 dias de ausência.

Em 2022, os motivos de ausência que mais se destacam foram a doença, proteção na parentalidade e acidente de serviço ou doença profissional, que representam 52,9%, 34,8% e 6,2%, respetivamente, do total de faltas ao serviço. O motivo doença representa 13 065 dias de ausência, nomeadamente, nos grupos profissionais dos Enfermeiros, Assistentes Operacionais e Médico.

A soma das ausências por doença, proteção na parentalidade e acidente de serviço ou doença profissional correspondem a cerca de 93,9% do total de faltas em 2022 no CHLO.

Tabela 07.8 Motivos de ausência

Motivo de Ausência	2020	%	2021	%	2022	%	Var 22/21
Casamento	415	0,3%	1 123	0,8%	882	0,6%	-21,5%
Protecção na parentalidade	44 104	37,1%	59 416	39,9%	54 980	34,8%	-7,5%
Falecimento de familiar	794	0,7%	1 039	0,7%	1 129	0,7%	8,7%
Doença	55 960	47,1%	70 343	47,2%	83 408	52,9%	18,6%
Por acidente de serviço ou doença prof.	10 169	8,6%	12 229	8,2%	9 804	6,2%	-19,8%
Assistência a familiares	875	0,7%	1 249	0,8%	699	0,4%	-44,0%
Trabalhador estudante	1 035	0,9%	1 235	0,8%	1 409	0,9%	14,1%
Por conta do período de férias	64	0,1%	115	0,1%	200	0,1%	73,9%
Com perda de vencimento	552	0,5%	361	0,2%	383	0,2%	6,1%
Greve	1 075	0,9%	509	0,3%	2 699	1,7%	430,3%
Injustificadas	251	0,2%	199	0,1%	531	0,3%	166,8%
Outros	3 626	3,0%	1 216	0,8%	1 691	1,1%	39,1%

Total	118 920	149 034	157 815	5,9%
-------	---------	---------	---------	------

07.05 > projeto de melhoria do sistema de avaliação do desempenho (SIADAP)

Neste biénio foram avaliados os seguintes colaboradores:

Regime geral

No biénio 2019/2020 foram avaliados no CHLO 1260 colaboradores:

Tabela 08.9 Desempenho por grupo profissional

Regime Geral	Assistentes Operacionais	Assistentes Técnicos	Técnicos Superiores	Avaliações
Desempenho Relevante	202	92	21	315
Desempenho Adequado	606	276	63	945
Desempenho Inadequado	0	0	0	0
Total	808	368	84	1 260

Carreira especial de enfermagem

No biénio 2019/2020 na carreira de enfermagem o processo avaliativo decorreu de acordo com o SIADAP de Enfermagem. Foram avaliados 1296 enfermeiros, dos quais:

- Avaliações de desempenho ordinárias - 1250;
- Avaliações desempenho por ponderação curricular - 29;
- Avaliações por arrastamento - 17.

Carreira farmacêutica

Procedeu-se à atualização do CCA da Carreira farmacêutica a 10 de agosto de 2022, tendo havido uma substituição de um elemento. A 19 de outubro de 2022 foi aprovada a Comissão Paritária da carreira especial farmacêutica.

Neste biénio foram avaliados 30 farmacêuticos, dos quais:

- Avaliação de desempenho ordinária - 29
- Avaliação de desempenho por ponderação curricular - 1

Foi reconhecido desempenho relevante a 7 farmacêuticos.

07.06 > atividade do núcleo de formação

Em 2022 foram realizadas 137 ações de formação que tiveram a participação total de 2200 formandos (2141 internos e 59 externos). Em comparação com o ano de 2021, verificou-se um ligeiro decréscimo nas ações de formação (-5,52%) e um ligeiro aumento no número total de participantes e nas horas de monitoria, cerca de 3,77% e 8,57% respetivamente, no entanto, o volume de formação teve um aumento significativo, na ordem dos 33,20% conforme se poderá ver no quadro seguinte.

Tabela 08.10 Atividade do núcleo de formação

Indicadores	2020	2021	2022	Var 22/20	Var 22/21
Total de Ações	38	145	137	260,53%	-5,52%
Total de participantes (internos+externos)	826	2 120	2 200	166,34%	3,77%
Total de horas de monitoria	145	1 225	1 330	817,24%	8,57%
Volume de Formação (hora) *	1 832	14 494	19 306	953,82%	33,20%
Custos com Formadores **	8 130	85 292	86 756	967,11%	1,72%
Custo médio p/participante	10	40	39	300,65%	-1,98%
Custo médio p/ hora monitoria	56	70	65	16,34%	-6,31%
Custo médio p/ hora de formação	4	6	4	1,26%	-23,64%
Duração média das ações (hora)	4	8	10	154,42%	14,91%

*De participantes (internos + externos)

**Inclui ações de formação com custos com formadores a 0€

A diminuição que se verificou no número de ações de formação foram devidas à anulação de algumas ações por falta do número mínimo de participantes para a sua realização, outras por motivos de doença de alguns formadores e ainda outras que tiveram de transitar para 2023.

De referir também a importância que teve o reconhecimento e o desenvolvimento do Processo de Certificação de Qualidade dos Centros de Referência do CHLO em diversas áreas de intervenção, cujo início foi em 2016.

Por outro lado, o elevado número de formações nas áreas de Saúde com 46 ações, da Comportamental com 29 e da Reanimação com 39, teve uma abrangência de 1637 participantes que tiveram uma representatividade de 76% do total das participações.

Tabela 08.11 Área Temática

Área Temática	2020		2022		2022	
	N.º Acções	%	N.º Formandos	%	Volume Formação	%
Desenvolvimento Pessoal	29	21%	431	20%	5 307,00	29%
Informática	4	3%	42	2%	882,00	5%
Proteção do Ambiente	5	4%	147	7%	226,00	1%
Reanimação (Saúde)	39	28%	516	24%	3 919,00	21%
Saúde	46	34%	690	32%	6 966,00	38%
Serviços de Segurança	14	10%	315	15%	1 026,00	6%
Total	137	100%	2 141	100%	18 326,00	100%

A área da Reanimação abrangeu a realização de várias edições das ações de formação de SAV, SBV, SIV e SIV Pediátrico, tendo havido grande relevância no número de participações com um total de 516 formandos, distribuídos pelos seguintes grupos profissionais: enfermeiros, médicos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais e assistentes técnicos.

Igualmente se verificou a necessidade de ter havido um maior número de formações na área comportamental, em virtude desta ter despertado grande interesse por parte dos profissionais com a presença de 431 formandos.

É fundamental mencionar ainda a realização de várias edições de formação contínua em Cuidados Paliativos, Leitura de Traçados Cardíacos, Ventilação não Invasiva, Controlo de infeção, Triagem de resíduos e Plano de Emergência Interno, entre outras.

Continua-se a verificar uma adesão muito significativa por parte dos enfermeiros à formação, com 54% do total de formandos internos abrangidos no Plano de Formação, apesar de ter sido menor do que em 2021. Seguiram-

se os assistentes operacionais e os médicos, com 15% e 11% respetivamente, enquanto os assistentes técnicos e os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica tiveram uma representação de 8%.

Tabela 08.12 Adesão à formação por grupo profissional

Grupo Profissional	2020	2021	2022	Var 22/20	Var 22/21
Dirigente	0	3	14	-	366,67%
Administrador Hospitalar	4	2	14	250,00%	600,00%
Médicos	118	246	229	94,07%	-6,91%
Técnico Superior de Saúde	8	11		-100,00%	-100,00%
Farmácia			18		
Enfermagem	363	1177	1158	219,01%	-1,61%
Informática	0	2	0	-	-100,00%
Técnico Superior	5	119	42	740,00%	-64,71%
TSDT	70	141	168	140,00%	19,15%
Assistente Técnico	100	150	173	73,00%	15,33%
Assistente Operacional	152	219	325	113,82%	48,40%
Total	820	2 070	2 141	161,10%	3,43%

08 > considerações finais

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus Administradores, nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Não ocorreram, ou se prevêem vir a ocorrer, quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de dezembro de 2022.

Realça-se a aprovação do Regulamento Interno homologado pela Sra. Ministra da Saúde em 17 de Janeiro de 2022. O Regulamento Interno aprovado adota uma estrutura descentralizada da gestão interna particularmente nas áreas clínica, promovendo sinergias e otimização de recursos e atualiza e adapta as áreas de apoio clínico e técnico e inova autonomizando e dando particular relevo à área de conhecimento.

O total do Fundo Patrimonial do CHLO ascende, em 31 de dezembro de 2022, a 37.928.596,49 euros negativos, encontrando-se perdido em mais de 50%.

É convicção do Conselho de Administração do CHLO que a atual situação de desequilíbrio não põe em causa o princípio da continuidade das operações no CHLO que, enquanto entidade pública empresarial de enquadramento estratégico-prioritário, será sempre assegurada pelo Estado.

Nesse sentido, o Conselho de Administração e as Tutelas nunca deixarão de equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

09 > proposta de aplicação de resultados

De acordo com as disposições legais estatutárias aplicáveis previstas no artigo 71.º, alínea d) dos estatutos publicados no Anexo II ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., apresentadas as contas do exercício de 2022, propõe a sua aprovação e que o resultado apurado, no montante de 83.226.244,37 euros negativos, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 31 de março de 2023

O Conselho de Administração

Rita Perez Fernandez da Silva
(Presidente)

Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira
(Vogal)

Pedro Emanuel Ventura Alexandre
(Vogal)

José Manuel Fernandes Correia
(Diretor Clínico)

Maria de Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos
(Enfermeira Diretora)

10 > análise económico-financeira

10.01 > análise económica

Em 2022, os Rendimentos Totais (248,8 M€) registaram um aumento de 3,2% (+7,7 M€), face ao ano de 2021. Os Gastos Totais (332 M€), registaram um aumento de 7,7% (+23,7 M€), observando-se o agravamento da situação económica pela diminuição significativa dos resultados (no EBITDA em cerca de -14 M€).

Tabela 10-1 Situação económica 2021 e 2022

SITUAÇÃO ECONÓMICA	2021	2022	Δ%
Rendimentos Totais	241.025.521	248.770.662	3,2 %
Gastos Totais	308.283.192	331.960.861	7,7 %
Rendimentos Operacionais	240.961.153	248.712.509	3,2 %
Gastos Operacionais	308.261.803	331.942.759	7,7 %
EBITDA	-58.235.506	-72.242.182	24,1 %
Resultados Operacionais	-67.300.650	-83.230.250	23,7 %
Resultado Líquido	-67.288.205	-83.226.244	23,7 %

(euros)

O aumento dos rendimentos é justificado pelo aumento do valor global do Acordo Modificativo de 2022 (244,2 M€) face ao de 2021 (234,5 M€) em cerca de 4% (+9,7 M€). Este aumento de valor resulta do aumento dos preços das diversas linhas de produção a par do aumento da produção contratada (+33,5 M€) enquanto que o valor dos custos de contexto baixou cerca de 24,3 M€ (de 61,8 M€ para 37,4 M€).

A par deste aumento observa-se uma diminuição dos rendimentos provenientes da cobrança de taxas moderadoras. A partir de 1 de junho de 2022, As taxas moderadoras passaram a ser cobradas apenas nos serviços de urgência quando o doente não vai referenciado pelo SNS ou quando não resulte internamento (Decreto-Lei n.º 37/2022, de 27 de maio).

De referir que os valores inscritos nos rendimentos relativos à produção no âmbito do Contrato-Programa cumprem com o estabelecido no Ofício-Circular n.º 69754/2022 da ACSS:

Tabela 10-2: Faturação estimada 2022

Faturação Estimada 2022			
Estimativa Produção Realizada	(PRE 57)	185 723 428,79 €	95,5%
Estimativa Incentivos	(PRE 79)	10 794 521,38 €	88,4%
Custos Contexto ¹	(OUF 22)	37 444 753,15 €	100,0%
Total Faturação Estimada CP		233 962 703,32 €	95,8%

¹ Ficheiro justificativo produção, quando aplicável

Tabela 10-3 Rendimentos 2021 e 2022

Rubrica	(euros)		
	2021	2022	Δ%
Impostos Taxas e Contribuições	2.503.749	1.502.056	-40,0 %
Prestação de Serviços	171.086.203	203.347.436	18,9 %
Transferencias e subsídios correntes obtidos	62.917.035	38.651.945	-38,6 %
Reversoes	436.064	259.285	-40,5 %
Outros rendimentos e ganhos	4.082.470	5.009.939	22,7 %
RENDIMENTOS TOTAIS	241.025.521	248.770.662	3,2 %

No que respeita aos gastos, salientam-se os aumentos nas rubricas 61 CMVMC (+12%, +12,7 M€), 62 FSE (+4,8%, +2 M€) e 63 Gastos com Pessoal (+4,7%, +7 M€).

Tabela 10-4 Gastos 2021 e 2022

Rubrica	2021	2022	Δ%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)	105.735.492	118.450.142	12,0 %
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	43.145.699	45.205.562	4,8 %
Gastos com o pessoal	146.672.663	153.592.545	4,7 %
Gastos de depreciação e de amortização	9.065.144	10.988.069	21,2 %
Perdas por imparidade	16.859	103.315	512,8 %
Perdas por redução de justo valor	0	0	-
Provisões do período	3.127.388	3.078.000	-1,6 %
Outros gastos e perdas	498.559	525.127	5,3 %
Gastos e perdas por juros e outros encargos	21.389	18.102	-15,4 %
GASTOS OPERACIONAIS	308.261.803	331.942.759	7,7 %
GASTOS TOTAIS	308.283.192	331.960.861	7,7 %

O aumento da rubrica **61 CMVMC**, é explicado pelos aumentos na rubricas dos produtos farmacêuticos (+13%, +8,3 M€) e do material de consumo clínico (+11%, +4,6 M€).

Tabela 10-5 Gastos rubrica 61 CMVMC: 2021 e 2022

Rubrica	(euros)		
	2021	2022	Δ%
Produtos Farmacêuticos	62.621.358	70.934.308	13,3 %
Material Consumo Clínico	41.273.676	45.917.229	11,3 %
Material Consumo Hoteleiro	869.500	776.689	-10,7 %
Material Consumo Administrativo	333.147	401.818	20,6 %
Material Manutenção Conserv.	594.193	378.240	-36,3 %
Outro Material de Consumo	0	0	-

Alimentação - géneros para confeccionar	43.618	41.858	-4,0 %
TOTAL	105.735.492	118.450.142	12,0 %

Nos **produtos farmacêuticos** destaca-se o seguinte:

- aumento do consumo com medicamentos antineoplásicos e imunomoduladores, mais utilizado no tratamento da patologia oncológica e hemato-oncológica, da psoríase em placas (explicado em baixo), e da esclerose múltipla, entre outras.
 - Patologia Oncológica: aumento da utilização de imunomoduladores (aumento do número de doentes em 12%, ou seja, +50 e aumento dos encargos em 34%, ou seja, +3,7 M€), em particular na mama e no pulmão;
 - Patologia Hemato-Oncológica: apesar do aumento do número de doentes (+6,4%, +39 doentes) registou-se uma diminuição do consumo (-8,7%, -556 m€);
 - Esclerose Múltipla: aumento do número de doentes a realizar tratamento com este tipo de medicamentos (+7,7%, +19 doentes) e aumento do consumo (+10,4%, +300 m€).
- aumento do consumo da imunoglobulina humana normal (+700 m€);
- utilização do medicamento tafamidis no tratamento da miocardiopatia amiloidótica a partir de setembro de 2022: +4,7 M€.
- aumento da prescrição externa de medicamentos biológicos mais recentes para o tratamento da psoríase em placas, em que o número de doentes (com prescrição externa) que levantaram medicação praticamente duplicou de 267, em 2021, para 530, em 2022. O impacto financeiro foi de +136%, ou seja, cerca de +2,25M€. A diferença entre o aumento do número de doentes e do valor consumido é explicado pela adoção do *RISANCIzumab 150 MG/ML SOL INJ CANETA 1 ML SC* ao invés do *RISANCIzumab 75 MG/0.83 ML SOL INJ SER 0.83 ML SC*.

No **consumo clínico**, destacam-se, dados o peso das rubricas e respetivas variações, os aumentos no material de tratamento (+15%, +2,2 M€) e das próteses (+28%, +3,9 M€) e a diminuição do outro material (-26%, -2,2 M€).

Tabela 10-6 Gastos Consumo Clínico: 2021 e 2022

Rubrica	2021	2022	(euros) Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	344.439	464.594	34,9 %
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cirúrgicos	2.057.507	2.262.065	9,9 %
Mat. Cons. Clínico - de Tratamento	14.541.758	16.761.417	15,3 %
Mat. Cons. Clínico - de Electromedicina	222.148	288.459	29,9 %
Mat. Cons. Clínico - de Laboratório	762.476	742.805	-2,6 %
Mat. Cons. Clínico - Próteses	13.751.393	17.631.194	28,2 %
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1.171.886	1.540.061	31,4 %
Mat. Cons. Clínico - Outro	8.422.069	6.226.634	-26,1 %
TOTAL	41.273.676	45.917.229	11,3 %

As variações no consumo clínico explicam-se por:

- Material de penso: resultado, em grande parte, do aumento do preço unitário da compressa de gaze estéril, nas suas várias formas de apresentação (+67 m€) e do aumento das quantidades consumidas na generalidade nos restantes materiais de consumos.
- Artigos cirúrgicos: resultado do aumento do número de cirurgias.
- Material de tratamento: resultado do aumento da atividade assistencial.
- Material de electromedicina: resultado do aumento da atividade assistencial.
- Material de laboratório: resultado do levantamento das restrições relacionadas com o COVID19, com destaque para a diminuição do consumo de zaragatoas (-100 m€).

- Material de prótese: resultado do aumento generalizado da atividade cirúrgica, destacando-se o serviço de ortopedia (+30 m€), o serviço de oftalmologia (+40 m€), o serviço de otorrinolaringologia - implantes cocleares (+1,2 M€) e da atividade de hemodinâmica (1,3 M€).
- Material de osteossíntese: resultado do aumento da atividade cirúrgica do serviço de ortopedia.
- Outro material de consumo clínico: resultado do levantamento das restrições relacionadas com o COVID19: diminuição no consumo de luvas não cirúrgicas (-59%, -950 m€) e no material de proteção clínica (-59%, -2,2 M€). O restante material registou aumentos, fruto do aumento generalizado da atividade assistencial.

Representando cerca de 14% do total de Gastos, a rubrica **62 Fornecimentos e Serviços Externos** registaram um acréscimo de 4,8% (+2 M€) face a 2021. Este acréscimo tem como factor mais relevante o aumento na rubrica de energia e fluidos (+84%, +2,7 M€).

Tabela 10-7 Fornecimentos e Serviços Externos 2021 e 2022

Rubrica	(euros)		
	2021	2022	Δ%
Subcontratos e Concessões de serviços	9.848.468	9.133.690	-7,3 %
Serviços Especializados	20.557.392	21.613.820	5,1 %
Materiais de Consumo	29.630	9.726	-67,2 %
Energia e Fluidos	3.227.246	5.942.520	84,1 %
Deslocações, Estadas e Transporte	983.793	1.248.695	26,9 %
Serviços Diversos	8.499.170	7.257.111	-14,6 %
TOTAL	43.145.699	45.205.562	4,8 %

Nos **subcontratos e concessões de serviços**, destacam-se os aumentos das tomografias computadorizadas realizadas no exterior (+32%, +59 m€), oxigenoterapia (+4%, +41,5 m€) e a diminuição nas ressonâncias magnéticas realizadas no exterior (-22%, -158 m€) e na diminuição dos gastos com subcontratação camas no exterior (-10%, -380 m€).

Nos **serviços especializados**, destacam-se os aumentos nos gastos relativos a recursos humanos (serviços técnicos de RH + honorários) em cerca de 21% (+764 m€), nos gastos com serviços de alimentação (+4,6%, +142 m€) e de lavandaria (+8,6%, +103 m€).

Tabela 10-8 Serviços Especializados 2021 e 2022

Rubrica	(euros)		
	2021	2022	Δ%
Trabalhos Especializados	10.894.241	12.203.274	12,0%
Estudos Pareceres e Consultoria juridica	69.864	62.349	-10,8%
Projectos e serviços de informática	180.479	342.119	89,6%
Formação ao pessoal	120	803	568,8%
Outros trabalhos especializados	10.643.778	11.798.004	10,8%
Serviços técnicos de recursos humanos	3.384.365	4.278.640	26,4%
Serviços Médicos prestados por empresas serviços médicos	2.702.096	3.592.511	33,0%
Outros serviços técnicos de RH	682.269	686.129	0,6%
Serviços de Alimentação	3.044.150	3.185.660	4,6%
Serviços de Lavandaria	1.192.820	1.295.418	8,6%
Outros	3.022.443	3.038.286	0,5%
Publicidade, comunicação e imagem	19.822	29.836	50,5%
Vigilância e Segurança	1.116.942	1.055.361	-5,5%
Honorários	293.147	162.663	-44,5%
Contratos individuais de tarefa	169.548	63.379	-62,6%
Contratos individuais por avença	92.278	86.324	-6,5%
Apoio Judiciario	0	0	-

Outros honorários	31.320	12.960	-58,6%
Conservação e Reparação	8.233.240	8.162.687	-0,9%
TOTAL	20.557.392	21.613.820	5,1%

Nos gastos com **energia e fluídos**, é impactante o aumento nos gastos com electricidade (+116%, +2 M€) e gás (+87%, +692 m€).

Tabela 10-9 Serviços Especializados 2021 e 2022

Rubrica	2021	2022	Δ%
Electricidade	1.744.856	3.771.872	116,2 %
Combustíveis e lubrificantes	797.607	1.489.737	86,8 %
Água	684.783	680.911	-0,6 %
TOTAL	3.227.246	5.942.520	84,1 %

Nos gastos com **deslocações e estadas**, a variação é praticamente justificada pelo aumento dos gastos com transporte de doentes (+28%, +265 m€), em parte consequência do aumento da atividade assistencial face ao ano de 2021.

A diminuição dos gastos com **serviços diversos** resultou da cessação dos alugueres de equipamentos médicos e de contentores para a assistência no âmbito da atividade relacionada com o COVID19.

Tabela 10-10 Serviços Diversos 2021 e 2022

Rubrica	2021	2022	Δ%
Rendas e alugueres	2.039.670	721.813	-64,6 %
Comunicação	155.595	138.529	-11,0 %
Seguros	15.603	37.949	143,2 %
Contencioso e notariado	0	4.051	-
Limpeza, higiene e conforto	6.170.730	6.259.802	1,4 %
Outros serviços	117.573	94.966	-19,2 %
TOTAL	8.499.170	7.257.111	-14,6 %

A rubrica **63 Gastos com Pessoal**, registou um aumento de 4,7% (+6,9 M€) face a 2021, fruto da aplicação de diversas medidas legislativas tais como o ajuste do salário mínimo (+430 m€); a transição dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica a partir de 1 de janeiro de 2022, para a nova tabela remuneratória de acordo com a Lei n.º 34/2021, de 8 de junho (+400 m€); do Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho, que procede à alteração do nível remuneratório da carreira geral de técnico superior e de assistente técnico (+137 m€); Decreto-Lei n.º 50-A/2022, de 25 de julho, que estabelece um regime remuneratório, extraordinário e de caráter transitório, do trabalho suplementar realizado por médicos em serviços de urgência (+1,8 M€); alteração do posicionamento remuneratório dos profissionais que atingiram os 10 pontos no biénio 2019/2020 (+340 m€); aumento da atividade adicional para fazer face ao aumento das listas de espera, com impacto nas outras remunerações em cerca de 1,3 M€.

Tabela 10-11 Gastos com Pessoal 2021 e 2022

Rubrica	2021	2022	Δ%
Remunerações Órgãos Sociais e de gestão	456.818	447.911	-1,9 %
Remunerações Base do Pessoal	76.312.103	77.636.997	1,7 %
Subsídios de Férias e Natal	13.879.534	14.881.158	7,2 %
Despesas de representação	51.432	74.897	45,6 %

Rubrica	(euros)		
	2021	2022	Δ%
Subsídio de refeição	4.632.367	4.550.482	-1,8 %
Abonos variáveis ou eventuais	23.625.589	25.501.583	7,9 %
Benefícios pós emprego	93.459	70.459	-24,6 %
Encargos sobre Remunerações	26.429.037	29.135.769	10,2 %
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	576.084	672.660	16,8 %
Gastos de ação social	0	0	-
Outros gastos com Pessoal	616.241	620.629	0,7 %
TOTAL	146.672.663	153.592.545	4,7 %

10.02 > análise financeira

Tabela 10-12: Indicadores Económico-Financeiros

	2021	2022	Var % 22/21
Ativo Não Corrente	98 589 729	99 670 234	1,1%
Ativo Corrente	109 513 896	116 200 529	6,1%
Total Ativo	208 103 625	215 870 763	3,7%
Património Líquido	-16 274 978	-37 928 596	-133,0%
Passivo Não Corrente	13 133 594	21 054 903	60,3%
Passivo Corrente	211 245 010	232 744 455	10,2%
Total do Passivo	224 378 604	253 799 358	13,1%
Total Passivo + Património Líquido	208 103 625	215 870 762	3,7%

Apesar da injeção extraordinária de cerca de 70 milhões de euros para cobertura de prejuízos transitados, ao abrigo do despacho dos Ministérios das Finanças e da Saúde, de 22 de dezembro de 2022, mas também de outras medidas estruturais da Tutela tendentes à sustentabilidade do SNS a longo prazo, nomeadamente a revisão dos preços dos atos médicos pagos pela ACSS, a situação financeira do Centro Hospitalar ainda apresenta uma evolução desfavorável face ao período homologado resultado de fatores vários, nomeadamente:

- Retoma de atividade ainda não restabelecida na totalidade, com necessidade de revisão de medidas tendentes a uma otimização dos recursos (humanos e materiais) disponíveis;
- Atualização do Índice de Case Mix que, com toda a certeza, irá aproximar o preço a receber pelos atos médicos praticados ao seu custo real.

É neste contexto que o CHLO apresenta, em 2022, um Património Líquido de cerca de 38 milhões de euros negativos, para o qual contribuiu, em larga escala, um resultado líquido do exercício, negativo, de 83 milhões de euros (contra um resultado líquido negativo de 67 milhões de euros, ocorrido em 2021).

Ainda assim, o Ativo Não Corrente aproximou-se, em 2022, da meta dos 100 milhões de euros, registando um aumento de 1,1% relativamente a 31 de dezembro de 2021. Esta evolução é fruto de uma contínua política de investimento e o Ativo Corrente atingiu, em 2022, o montante de 116 milhões de euros, registando um acréscimo

de 6,1%, relativamente ao ano anterior, consequência do aumento de créditos a receber de terceiros, com maior enfoco na ARSLVT.

Já o Passivo Não Corrente ascendeu, em 2022, a 21 milhões de euros, registando um aumento de 60% face ao ano transato, fruto do reforço das Provisões (3 milhões de Euros) e do Financiamento do Programa POSEUR (5 milhões de Euros).

O Passivo Corrente, é a expressão máxima dos desequilíbrios anteriormente apontados, atingindo, em 2022, 232 milhões de Euros (211 Milhões de Euros em 2021), justificado sim pelo aumento da atividade assistencial, mas também pela reclassificação do registo contabilístico desfavorável em “Outras Contas a pagar” relativa ao encerramento do Contrato Programa de 2016 (4 milhões de Euros) e pela variação ao nível dos Acréscimos justificada, essencialmente, pelo relato das várias tipologias remuneratórias dos recursos humanos (férias, subsídio de férias, horas extraordinárias, etc.)

Expressão idêntica da situação revela-se ao nível dos indicadores económico financeiros, abaixo, que vêm confirmar um agravamento generalizado da situação financeira da instituição e a impossibilidade de a mesma solver os seus compromissos a longo prazo por si só, não obstante, a sua capacidade de prestação de uma atividade assistencial altamente diferenciada, com qualidade e segurança não estar comprometida, fruto do empenho diário de todos os profissionais envolvidos obviamente, com o suporte das entidades que a tutelam.

Tabela 10-13: Indicadores económico-financeiros

	2021	2022
Rácios de Liquidez		
Liquidez Geral	51,84%	49,93%
Liquidez Reduzida	47,67%	46,04%
Liquidez Imediata	1,87%	0,63%
Rácios de Estrutura Financeira		
Autonomia Financeira	-7,82%	-17,57%
Solvabilidade	-7,25%	-14,94%
Endividamento	107,82%	117,57%
Prazo médio (dias)		
Pagamento	167	200

10.03 > investimento

O CHLO desenvolve toda a sua atividade assistencial em edifícios cuja idade ultrapassa, nalguns casos, os 100 anos, pelo que a requalificação e beneficiação das instalações continua a ser uma das apostas prioritárias do Conselho de Administração, sobretudo visível no investimento total de mais de 11 milhões de euros (cerca de 6,5 milhões de Euros, em curso no ano de 2022), em trabalhos de beneficiação, requalificação e eficiência energética (Programa POSEUR).

Esta aposta é extensível à acessibilidade dos doentes ao Centro Hospitalar, procurando-se, sempre que possível, melhorar as condições de higiene e conforto não apenas para os doentes em regime de internamento, mas também, para aqueles que de nós necessitam quer em regime de consulta, hospital de dia ou ambulatório, expresso, também em investimentos em mobiliário hospitalar, ar condicionado e equipamento para desinfeção e esterilização (cerca de 1 M€).

O ano de 2022, foi, também, marcado por um investimento muito significativo em equipamento básico, cirúrgico e de imagem (4 milhões de Euros) fruto da necessidade de se acompanhar a evolução tecnologia, dotando os profissionais dos meios adequados para uma atividade assistencial que se quer de referência.

Destaque, ainda, para um investimento significativo (mais de 650 mil euros) em tecnologia, imprescindível numa instituição que se quer posicionar como elemento de charneira num mundo em transformação digital.

Tabela 10-14 Investimento 202 e 2021

	2021		2022		Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Activo Fixo Tangível	8.277.746	52,2%	5.348.533	43,8%	-35,4%
Edifícios e Outras construções	219.439	1,4%	280.865	2,3%	28,0%
Equipamento Básico	6.511.465	41,1%	4.146.979	34,0%	-36,3%
Equipamento Informático e de telecomunicações	366	0,0%	0	0,0%	-100,0%
Investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	11.567	0,1%	9.740	0,1%	-15,8%
Médico-Cirúrgico	3.166.599	20,0%	1.968.350	16,1%	-37,8%
de Imagiologia	1.729.732	10,9%	1.547.569	12,7%	-10,5%
de Laboratório	81.347	0,5%	98.910	0,8%	21,6%
Mobiliário Hospitalar	924.604	5,8%	253.713	2,1%	-72,6%
Desinfecção e esterilização	96.204	0,6%	129.037	1,1%	34,1%
Outro	441.569	2,8%	82.045	0,7%	-81,4%
Equip. e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	27.911	0,2%	11.030	0,1%	-60,5%
Equip. e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	12.927	0,1%	32.842	0,3%	154,1%
Equipamento e material de apoio à produção	18.639	0,1%	13.744	0,1%	-26,3%
Equipamento de transporte	63.997	0,4%	0	0,0%	-100,0%
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0	0,0%	0	0,0%	-
Equipamento Administrativo	77.179	0,5%	21.385	0,2%	-72,3%
Equipamento Informático	722.048	4,6%	457.043	3,7%	-36,7%
Outras	683.617	4,3%	442.261	3,6%	-35,3%
Investimento em Curso	7.268.683	45,9%	6.537.484	53,6%	-10,1%
Activo Intangível	296.937	1,9%	315.930	2,6%	6,4%
Programas de computador	0	0,0%	208.675	1,7%	-
Investimento em Curso	296.937	1,9%	107.255	0,9%	-63,9%
TOTAL INVESTIMENTO	15.843.366	100,0%	12.201.946	100,0%	-23,0%

11 > demonstrações financeiras

Balanço

Tabela 11-1: Balanço

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.				
BALANÇO				
<i>PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2022</i>				
<i>MOEDA: EUROS</i>				
RUBRICAS	NOTAS	2022 N	2021 Reexpresso N-1	2021 N-1
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	2;5	98 620 894,65 €	97 784 102,95 €	67 239 635,73 €
Propriedades de investimento		- €	- €	- €
Ativos intangíveis	2;3	685 400,72 €	387 864,93 €	387 864,93 €
Ativos biológicos		- €	- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €	- €
Participações Financeiras	18	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e Utentes		- €	- €	- €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €	- €
Diferimentos		- €	- €	- €
Outros Ativos financeiros	18	358 938,13 €	412 761,39 €	412 761,39 €
Ativos por impostos diferidos		- €	- €	- €
Outras Contas a receber		- €	- €	- €
Total do Ativo Não Corrente		99 670 233,50 €	98 589 729,27 €	68 045 262,05 €
Ativo corrente				
Inventário	2;10	14 474 738,54 €	13 309 771,30 €	13 309 771,30 €
Ativos biológicos		- €	- €	- €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		- €	- €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	18	17 802 307,60 €	17 931 915,83 €	17 931 915,83 €
Estado e outros entes públicos	23	70 002,42 €	70 002,43 €	70 002,43 €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €	- €
Outras contas a receber	2;18	82 156 396,95 €	76 481 069,97 €	76 481 069,97 €
Diferimentos	23	7 890,00 €	23 963,59 €	23 963,59 €
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €	- €
Outros Ativos financeiros		- €	- €	- €
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €	- €
Caixa e depósitos	1;18	1 689 193,25 €	1 697 172,82 €	1 697 172,82 €
Total do Ativo Corrente		116 200 528,76 €	109 513 895,94 €	109 513 895,94 €
Total do Ativo		215 870 762,26 €	208 103 625,21 €	177 559 157,99 €

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021	2021
		N	N-1	N-1
PATRIMONIO LIQUIDO				
Patrimonio/Capital	18	156 100 000,00 €	156 100 000,00 €	156 100 000,00 €
Acções (quotas) próprias		- €	- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio		- €	- €	- €
Prémios de emissão		- €	- €	- €
Reservas	18	14 103 931,97 €	14 103 931,97 €	14 103 931,97 €
Resultados transitados	18	- 161 890 622,60 €	- 155 635 226,68 €	- 186 179 693,90 €
Ajustamentos em Ativos financeiros		- €	- €	- €
Excedentes de revalorização		- €	- €	- €
Outras variações no património líquido	18	36 984 338,51 €	37 716 187,00 €	37 716 187,00 €
Resultado líquido do período	18	- 83 226 244,37 €	- 67 288 205,33 €	- 68 559 870,75 €
Dividendos antecipados		- €	- €	- €
Interesses que não controlam		- €	- €	- €
Total do Património Líquido		- 37 928 596,49 €	- 15 003 313,04 €	- 46 819 445,68 €
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	15	13 863 543,31 €	10 785 543,33 €	10 785 543,33 €
Financiamentos obtidos	18	7 191 360,10 €	2 348 050,30 €	2 348 050,30 €
Fornecedores de investimentos		- €	- €	- €
Fornecedores		- €	- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €	- €
Diferimentos		- €	- €	- €
Passivos por impostos diferidos		- €	- €	- €
Outras contas a pagar		- €	- €	- €
Total do Passivo Não Corrente		21 054 903,41 €	13 133 593,63 €	13 133 593,63 €
Passivo corrente				
Credores por transferencias e subsídios não reembolsáveis		- €	- €	- €
Fornecedores	18	80 826 574,45 €	78 608 329,52 €	78 608 329,52 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	100 064 758,45 €	90 040 482,48 €	90 040 482,48 €
Estado e outros entes públicos	23	6 061 773,58 €	4 932 766,87 €	4 932 766,87 €
Accionistas/sócios/associados		- €	- €	- €
Financiamentos obtidos		- €	- €	- €
Fornecedores de investimentos	18	2 156 511,88 €	3 184 299,31 €	3 184 299,31 €
Outras contas a pagar	18	43 634 836,98 €	34 479 131,86 €	34 479 131,86 €
Diferimentos		- €	- €	- €
Passivos financeiros detidos para negociação		- €	- €	- €
Outros passivos financeiros		- €	- €	- €
Total do passivo corrente		232 744 455,34 €	211 245 010,04 €	211 245 010,04 €
Total do passivo		253 799 358,75 €	224 378 603,67 €	224 378 603,67 €
Total do Património Líquido e Passivo		215 870 762,26 €	209 375 290,63 €	177 559 157,99 €

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração dos resultados por natureza

Tabela 11-2: Demonstração dos resultados por natureza

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.				
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA				
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2022				
MOEDA: EUROS				
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2022	2021 Reexpresso	2021
		N	N-1	N-1
Impostos, contribuições e taxas	14	1 502 056,37 €	2 503 749,33 €	2 503 749,33 €
Vendas		- €	- €	- €
Prestações de serviços e concessões	13	203 347 436,00 €	171 086 202,69 €	171 086 202,69 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	38 651 945,44 €	62 917 034,83 €	62 917 034,83 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		- €	- €	- €
Variações nos inventários da produção		- €	- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 118 450 142,00 €	- 105 735 492,39 €	- 105 735 492,39 €
Fornecimentos e serviços externos	23	- 45 205 562,48 €	- 43 145 698,57 €	- 43 145 698,57 €
Gastos com o pessoal	2J; 20	- 153 592 545,28 €	- 146 672 663,07 €	- 146 672 663,07 €
Transferências e subsídios concedidos		- €	- €	- €
Prestações sociais		- €	- €	- €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	- 103 314,53 €	- 16 858,81 €	- 16 858,81 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	259 284,52 €	- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	15	- 3 077 999,98 €	- 2 691 323,60 €	- 2 691 323,60 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis		- €	- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor	18	- €	32 442,92 €	32 442,92 €
Outros rendimentos e ganhos	13	4 951 786,92 €	3 985 658,84 €	3 985 658,84 €
Outros gastos		- 525 126,56 €	- 498 558,60 €	- 498 558,60 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		- 72 242 181,58 €	- 58 235 506,43 €	- 58 235 506,43 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3;5	- 10 988 068,55 €	- 9 065 144,06 €	- 10 336 809,48 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		- 83 230 250,13 €	- 67 300 650,49 €	- 68 572 315,91 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	58 152,52 €	64 368,46 €	64 368,46 €
Juros e gastos similares suportados		- 18 101,52 €	- 21 388,95 €	- 21 388,95 €
Resultado antes de impostos		- 83 190 199,13 €	- 67 257 670,98 €	- 68 529 336,40 €
Imposto sobre o rendimento		- 36 045,24 €	- 30 534,35 €	- 30 534,35 €
Resultado líquido do período		- 83 226 244,37 €	- 67 288 205,33 €	- 68 559 870,75 €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração dos fluxos de caixa

Tabela 11-3: Demonstração dos fluxos de caixa

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.			
Demonstração dos Fluxos de Caixa			
PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2022			
			MOEDA: EUROS
RUBRICAS	NOTAS	2022 N	2021 N-1
Fluxos de Caixa Operacionais			
Recebimentos de clientes		209 202 166,35 €	175 104 367,95 €
Recebimentos de contribuintes		- €	- €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		37 573 864,75 €	61 922 279,71 €
Recebimentos de utentes		1 243 931,88 €	1 755 228,02 €
Pagamentos a fornecedores		- 161 872 774,87 €	- 153 746 944,85 €
Pagamentos ao pessoal		- 108 669 710,30 €	- 107 243 295,21 €
Pagamentos a contribuintes / utentes		- 2 498,52 €	- €
Pagamentos de transferências e subsídios		- €	- €
Pagamentos de prestações sociais		- 24 498 344,33 €	- 23 930 348,75 €
Caixa gerada pelas operações		- 47 023 365,04 €	- 46 138 713,13 €
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		- 189 956,85 €	- 216 169,93 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 8 271 944,03 €	- 13 320 346,15 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		- 55 485 265,92 €	- 59 675 229,21 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 6 161 811,92 €	- 7 584 313,95 €
Ativos intangíveis		- 208 674,79 €	- 31 967,55 €
Propriedades de investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		- 13 110,66 €	- 150 110,66 €
Outros ativos		- 8 713 319,78 €	- 6 670 921,12 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 058,22 €	92 158,23 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Propriedades de Investimento		- €	- €
Investimentos financeiros		66 933,92 €	33 104,96 €
Outros ativos		296 131,85 €	29 750,63 €
Subsídios ao investimento		168 921,46 €	1 809 652,64 €
Transferências de capital		- €	- €
Juros e rendimentos similares		6 566,03 €	- €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 14 556 305,67 €	- 12 472 646,82 €

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
		N	N-1
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Cobertura de prejuízos		69 950 681,00 €	72 405 596,00 €
Doações		100 000,00 €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Juros e gastos similares	-	17 088,98 €	- 21 391,38 €
Dividendos		- €	- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		70 033 592,02 €	72 384 204,62 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-	7 979,57 €	236 328,59 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 697 172,82 €	1 460 844,23 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 689 193,25 €	1 697 172,82 €
Condição entre Caixa e seus equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 697 172,82 €	1 460 844,23 €
Equivalentes a caixa no início do período	-	47 603,89 €	- 47 603,89 €
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		- €	- €
Variações cambiais de caixa no início do período		- €	- €
Saldo da gerência anterior (SGA)		1 649 568,93 €	1 413 240,34 €
De execução orçamental		1 589 401,04 €	1 413 240,34 €
De operações de tesouraria		60 167,89 €	- €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 689 193,25 €	1 697 172,82 €
Equivalentes a caixa no fim do período		- €	- 107 771,78 €
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		- €	- €
Variações cambiais de caixa no fim do período		- €	- €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		1 689 193,25 €	1 649 568,93 €
De execução orçamental		1 479 766,99 €	1 589 401,04 €
De operações de tesouraria		209 426,26 €	60 167,89 €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no património líquido

Tabela 11-4: Demonstração das alterações no património líquido

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.														MOEDA: EUROS	
Demonstração das Alterações no Património Líquido															
PERÍODO FIM DO DEZEMBRO DE 2022															
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações	Resultado Líquido do Período	Total			
Posição Inicial do Período (1)		156 100 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 103 931,97 €	-186 179 693,90 €	0,00 €	0,00 €	37 716 187,00 €	-68 559 870,75 €	-46 819 445,68 €	0,00 €	-46 819 445,68 €	
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	22 898 261,05 €	- €	- €	- €	- €	22 898 261,05 €	- €	22 898 261,05 €	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Realização de excedentes de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	909 159,23 €	- €	- 909 159,23 €	- €	909 159,23 €	
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	68 559 870,75 €	- €	- €	177 310,74 €	68 559 870,75 €	177 310,74 €	- €	177 310,74 €	
(2)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	731 848,49 €	68 559 870,75 €	22 166 412,56 €	- €	22 166 412,56 €	
Resultado Líquido do Exercício (3)											83 226 244,37 €	-83 226 244,37 €	- €	83 226 244,37 €	
Resultado Integral (4) = (2)+(3)													- €	- €	
Operações com detentores de capital ou período													- €	- €	
Subscrições de capital/ património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	69 950 681,00 €	- €	- €	- €	- €	69 950 681,00 €	- €	69 950 681,00 €	
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
(5)		- €	- €	- €	- €	- €	69 950 681,00 €	- €	- €	- €	- €	69 950 681,00 €	- €	69 950 681,00 €	
Posição no fim do período (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		156 100 000,00 €	- €	- €	- €	14 103 931,97 €	-161 890 622,60 €	- €	- €	36 984 338,51 €	-83 226 244,37 €	-37 928 596,49 €	- €	37 928 596,49 €	

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

12 > anexo às demonstrações financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação da entidade: Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE (CHLO)

NIF: 507 618 319

Sede: Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa

Código da classificação orgânica: Funcionamento 121900700 e Investimento 121800700

Tutela: Ministério da Saúde

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: O Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado, constituída de acordo com o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- Hospital Santa Cruz, S.A., com sede na Av. Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- Hospital São Francisco Xavier, S.A., com sede na Est do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1.º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º

558/99, de 17 de dezembro, e do artigo 18º do anexo da Lei nº 27/2002, de 8 de novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

1.2. REFERENCIAL CONTABILISTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- I. As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- II. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- III. As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- IV. As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício de 2022, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

b) Comparabilidade

No exercício de 2022, não foram identificadas situações de não comparabilidade das rubricas das Demonstrações Financeiras.

d) Caixas e equivalentes que não estão disponíveis para uso

No que diz respeito a saldos significativos de Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso, deverão ser destacados:

- Deposito Garantias e Cauções (POSEUR) – 209.42,26€

e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31/12/2022, e de forma comparativa com 31/12/2021, a desagregação de caixa e depósitos bancários era a seguinte:

Tabela 12-1: Desagregação de caixa e depósitos

1.1 Desagregação de Caixa e Depósitos		
Conta	31/12/2022	31/12/2021
	€	€
Caixa	625,00 €	1 480,00 €
Depósitos à ordem	1 479 141,99 €	1 587 921,04 €
Depósitos à ordem no Tesouro	1 473 440,23 €	1 577 350,00 €
Depósitos bancários à ordem	5 701,76 €	10 571,04 €
Depósitos a prazo	- €	47 603,89 €
Depósitos a prazo	- €	47 603,89 €
Depósitos de garantias e cauções	209 426,26 €	60 167,89 €
Total de caixa e depósitos	1 689 193,25 €	1 697 172,82 €

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Base de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são aprestadas em euros, sendo esta a moeda funcional de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza de reclassificação
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada
- III. Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse

caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, CHLO, EPE continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras Políticas contabilísticas relevantes

Paralelamente à preparação geral das Demonstrações Financeiras de acordo com a NCP 1, o CHLO discrimina de seguida as demais políticas contabilísticas de relevância que foram consideradas na elaboração do seu relato financeiro, nomeadamente ao nível da mensuração.

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Quando estamos perante ativos intangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor.

b) Ativos fixos tangíveis

Mensuração inicial:

Um ativo fixo tangível é inicialmente mensurado ao custo de aquisição, o qual inclui:

- Preço de compra que inclui direitos de importação, impostos não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais
- Custos diretos para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser usado, tais como desbravamento de terrenos, movimentação de terras e drenagem, gastos adicionais com a adaptação das máquinas e de instalações
- Estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, e de restauração do local no qual este está localizado.

São ainda incluídos no custo de aquisição, quaisquer bens necessários por razões de segurança ou ambientais que não tragam influxos adicionais, pois sem eles o bem pode não entrar em funcionamento, logo não irá gerar quaisquer influxos.

Quando estamos perante ativos fixos tangíveis adquiridos sem contraprestação, a mensuração é efetuada como segue

- Bens Imóveis – ao valor patrimonial tributário (VPT)
- Outros ativos tangíveis – ao custo do valor recebido ou, na falta deste, o respetivo valor de mercado

Pelo montante do ativo reconhecido deve ser reconhecido um rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo ativo (subsequentemente quando o passivo for reduzido o rendimento é reconhecido).

No entanto, se essa transferência satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido nem um passivo nem um rendimento, mas sim um incremento no património líquido (conta 5942 – doações obtidas – em outros ativos).

Quando um ativo fixo tangível é adquirido numa transação em que o respetivo pagamento é diferido no tempo, quer o ativo quer o passivo são reconhecidos ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

No reconhecimento inicial de um ativo fixo tangível adquirido numa transação de troca de um ativo não monetário por outro, o custo do ativo fixo tangível adquirido deve ser o seu justo valor, exceto se:

- A transação com contraprestação não tiver substância comercial
- O justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade, situação em que o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido
- Ambos puderem ser fiavelmente mensurados, o custo é o justo valor do ativo cedido (a menos que o justo valor do ativo adquirido seja claramente mais evidente).

Mensuração subsequente:

Subsequentemente, um ativo fixo tangível é mensurado pelo seu custo menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda de imparidade acumulada, se aplicável.

Estes ativos podem ser revalorizados quando os critérios e parâmetros para a revalorização estão definidos em dispositivo legal adequado. O valor do ativo revalorizado será o seu justo valor na data de revalorização menos a depreciação subsequente acumulada.

Custos subsequentes:

O tratamento dos custos subsequentes relacionados com um ativo fixo tangível deve ser o seguinte:

- Custos de assistência técnica corrente – reconhecer como custos do exercício
- Substituições de determinadas componentes em intervalos regulares – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e devem ser desreconhecidos os itens substituídos
- Grandes inspeções regulares (independentemente de partes do bem serem ou não substituídas) – os respetivos custos devem adicionar-se à quantia escriturada do bem e deve ser desreconhecida a quantia escriturada da anterior inspeção

Vida útil

A vida útil de um ativo fixo tangível é determinada tendo em conta:

- A utilização esperada do ativo, que é avaliada por referência à capacidade ou à produção física esperada
- O desgaste físico esperado (número de turnos, programa de reparações e manutenções e o cuidado e manutenção do ativo)
- A obsolescência técnica e comercial
- Os limites de natureza legal ou outra sobre o uso do ativo

O ativo é depreciado ao longo da sua vida útil. Cada parte de um ativo tangível cujo custo seja significativo em relação ao custo total deve ser depreciada separadamente, podendo agregar-se componentes que tenham a mesma vida útil.

Os terrenos e edifícios são ativos separáveis que são contabilizados separadamente mesmo se adquiridos em conjunto.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o estabelecido no Classificador Complementar.

Método de depreciação:

O método de depreciação utilizado pelo CHLO é o das quotas constantes, refletindo o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou o potencial de serviço sejam consumidos pela entidade.

Valor residual:

A quantia depreciável de um ativo é calculada após a dedução do seu valor residual. A estimativa do valor residual deve ser revista em cada data de relato. Qualquer alteração à estimativa inicial é contabilizada no exercício corrente ou em exercícios futuros, tal como previsto na NCP 2.

É presunção da norma que o valor residual de um ativo fixo tangível é geralmente insignificante e, por isso, imaterial no cálculo da quantia depreciável.

Imparidade

Sempre que existam indícios de imparidade (fontes internas e externas), é testado o ativo quanto à sua imparidade.

A quantia escriturada do ativo é reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade que deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for maior do que a quantia escriturada do ativo, isso for exigido por uma outra NCP.

O encargo da depreciação /amortização deve ser ajustado em períodos futuros em função da quantia escriturada revista do ativo.

Caso as situações que estão na base da imparidade se alterem, é efetuada a reversão da perda por imparidade. Esta reversão tem como consequência um aumento do valor do ativo para a sua quantia recuperável e deve ser reconhecida imediatamente em resultados.

No entanto, a quantia escriturada acrescida de um ativo que seja atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade, não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciação / amortização) se não tivesse sido reconhecida perda por imparidade no ativo em períodos anteriores.

Após o reconhecimento da reversão, o encargo com a depreciação / amortização ou o valor residual deve ser revisto e ajustado de acordo com a NCP aplicável ao ativo.

Desreconhecimento

Um ativo fixo tangível é desreconhecido:

- Na data de alienação (incluindo alienação através de uma transação sem contraprestação), ou
- Quando for permanentemente retirado do uso e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço
- A alienação de um ativo fixo tangível pode ocorrer:
- Por venda – aplicada a NCP 13 para reconhecimento do rendimento da venda de bens
- Por celebração de uma locação financeira – aplicada a NCP 6 a uma alienação efetuada ao celebrar uma locação financeira ou a uma venda seguida de locação

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre os rendimentos líquidos da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a NCP 6 exija de forma diferente no caso de uma venda seguida de locação) no período do abate ou alienação.

Se o pagamento de um ativo fixo tangível for diferido, a retribuição recebida deve ser reconhecida inicialmente pelo preço a dinheiro equivalente e a diferença entre a quantia nominal da retribuição e o preço a dinheiro equivalente deve ser reconhecida como rendimento de juro segundo a NCP 13 usando o modelo do juro efetivo.

c) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

d) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial:

Um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital só são reconhecidos quando o CHLO se torne numa parte contratual do instrumento.

No momento do reconhecimento inicial, os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao justo valor.

Os instrumentos de capital próprio são inicialmente reconhecidos pela quantia de dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos ou a receber em troca. Se o pagamento for diferido e o valor temporal do dinheiro for significativo, a mensuração deverá ser ao valor presente da quantia a receber.

Os custos de transação dos ativos e passivos financeiros são incluídos no custo de aquisição se esse ativo ou passivo não for subsequentemente mensurado pelo justo valor, caso em que são imediatamente reconhecidas em resultados do período.

Mensuração subsequente:

- Ativos e Passivos Financeiros
 - o Todos os ativos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados, com as seguintes exceções:
 - Instrumentos de capital próprio de outras empresas não cotadas ou cujo justo valor não possa ser estimado com fiabilidade, bem como os derivados associados, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade
 - Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados, numa base líquida e que se espera que reúnam as condições para serem reconhecidos ao custo ou ao custo amortizados menos perdas por imparidade e que a entidade designe, no momento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
 - Ativos financeiros que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo, menos perdas por imparidade;
 - Ativos financeiros não derivados para serem detidos até à maturidade, os quais devem ser mensurados ao custo amortizado
 - o Um ativo financeiro pode ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as condições:
 - Tem uma maturidade definida
 - Os retornos para o detentor são em montante fixo, de taxa de juro fixa durante o investimento ou taxa variável que seja um indexante típico de mercado ou que inclua *spread* sobre esse indexante
 - Não têm nenhuma cláusula que possa implicar perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo o risco de crédito)
 - o Todos os passivos financeiros são subsequentemente reconhecidos ao custo amortizado usando o método do juro efetivo (“custo amortizado”), com a seguinte exceção:
 - Passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados ao justo valor através de resultado (Nota: Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se (i) For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo; (ii) For suportado principalmente para a finalidade de o recomprar num prazo muito próximo; ou (iii) For um derivado – exceto se for um instrumento de cobertura designado e eficaz)

Desreconhecimento:

- **Ativos Financeiros**
- Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando:
 - Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram
 - A entidade transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou
 - A entidade transfere para outra entidade parte dos riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro
- Qualquer diferença entre a retribuição recebida e a quantia reconhecida e desreconhecida deve ser incluída na demonstração dos resultados do período da transferência.
- **Passivos Financeiros**
- Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) deve ser desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou tenha expirado.

Imparidade:

Para os ativos financeiros, a imparidade é testada quando existem indícios de que um determinado ativo possa estar em imparidade.

O montante a reconhecer de perda por imparidade deverá ser mensurado da seguinte forma:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados, os quais devem ser descontados com base na taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, e
- Para ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade é a diferença entre a quantia registada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a uma taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Reversão:

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, se subsequentemente o valor reconhecido como perda por imparidade diminuir e tal diminuição possa estar objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade (como, por exemplo, uma melhoria na notação de risco do devedor), essa perda por imparidade deve ser revertida. A reversão da perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão não poderá resultar num aumento do valor que o respetivo ativo tinha, antes de ter sido registada a perda por imparidade.

Quando se verificarem as condições de incobrabilidade que permitam o desreconhecimento dos ativos a que respeitem as imparidades, as contas de imparidade são debitadas por contrapartida das correspondentes contas da Classe 2.

Para os investimentos financeiros em participadas cujas ações não sejam negociadas publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados, nestes casos, é proibida a reversão das perdas por imparidade.

e) Transferências e subsídios

Reconhecimento:

Um subsídio (ou uma transferência) só será reconhecido após existir segurança de que:

- Serão cumpridas as condições, a ele associada
- O mesmo será recebido

Um subsídio não é reconhecido até que não haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

- Subsídios não reembolsáveis – aqueles que se encontrem relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente:
 - Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma a que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem
 - Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables devem ser mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade
- Subsídios reembolsáveis – estes subsídios são contabilizados como passivos, tratando-se de um passivo financeiro (de acordo com o previsto no ponto d, instrumentos financeiros)
 - Um subsídio que inicialmente se tenha considerado não reembolsável e se torne reembolsável será contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística, isto é, terá efeitos prospetivos.

f) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o CHLO racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes.

Para efetuar a estimativa, o CHLO determina o “valor esperado”, que é um método estatístico que tem em conta todos os possíveis desfechos e as respetivas probabilidades associadas.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é materialmente relevante, a quantia de uma provisão deve ser o valor presente dos dispêndios que se esperam sejam necessários para liquidar a obrigação. Quando uma provisão for descontada para o seu valor presente, o valor da provisão irá aumentar em cada ano à medida que a provisão mais se aproximar do momento esperado de liquidação. A taxa de desconto a utilizar deve ser uma taxa antes de impostos que reflita simultaneamente avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do passivo em questão.

Este aumento no valor da provisão é reconhecido como um encargo financeiro na demonstração dos resultados.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se estivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido. É divulgado, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

g) Provisões e Passivos Contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido. Os ativos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Quando tal alteração ocorre, o CHLO reconhece o ativo e o rendimento relacionado nas demonstrações financeiras desse período.

Nessa avaliação contínua, se o CHLO determinar que se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, então o ativo contingente que até aqui não era divulgado, passa a ser deve ser divulgado nas demonstrações financeiras desse período.

h) Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os fluxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

Prestação de Serviços

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

Venda de bens

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens
- Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador

- A entidade não manter envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos.

Juros, royalties e dividendos

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:

- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

i) Rendimento – Transações sem contraprestação

Reconhecimento do ativo

O CHLO reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtiver o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento. Em vez de um ativo, poderá ser reconhecida uma diminuição do passivo (quando, por exemplo, o credor perdoa um passivo). Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Quando a obrigação que deu origem ao reconhecimento do passivo for satisfeita, deve ser reduzida a quantia do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

Mensuração inicial do ativo

Um ativo adquirido através de uma transação sem contraprestação deve ser inicialmente mensurado pelo seu justo valor à data de aquisição (que corresponde à melhor estimativa do influxo de recursos para a entidade).

j) Benefícios dos empregados

O CHLO reconhece um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a pagar no futuro e um gasto quando a entidade consumir os benefícios económicos decorrentes dos serviços prestados em troca de benefícios dos empregados. Os benefícios aos empregados incluem os salários, contribuições, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, sendo os mesmos contabilizados no mesmo período temporal em que os funcionários prestaram o serviço.

k) Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

l) Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

- a) Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata
- b) Associadas (NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos)
- c) Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos
- d) Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas
- e) Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

m) Especialização de Exercícios

O CHLO regista os seus rendimentos e gastos de acordo com a especialização do exercício, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

As situações referentes a rendimentos e ganhos, que carecem de especialização, são as seguintes:

- Contrato Programa, Incentivos institucionais e Custos de contexto
- Programas Verticais
- Convenções Internacionais
- Outros subsistemas
- Outras faturas fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Taxas Moderadoras
- Descontos Obtidos (e.g. Apifarma e Payback)
- No que diz respeito às situações referentes aos gastos, urge salientar as seguintes:
- Fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC;
- Especialização das Férias e Subsídio de Férias
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

De uma forma global, a preparação das Demonstrações financeiras por parte do Conselho de Administração baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos e estimativas relativas a eventos futuros.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este

motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis
- Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívida a receber de clientes
- Estimativa de férias e subsídio de férias
- Reconhecimento do rendimento associado ao contrato programa
- Programas Verticais
- Convenções Internacionais
- Reconhecimento do rendimento associado a Outros Subsistemas de Saúde e rendimentos fora do âmbito de prestação de cuidados de saúde (e.g. rendas)
- Reconhecimentos de gastos de fornecimentos e serviços externos, subcontratos, SIGIC
- Horas extraordinárias e Noites e Suplementos
- Descontos obtidos (e.g. Apifarma e Payback).

2.4. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do CHLO, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Nesse sentido, as estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas e repercutidas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

2.5. Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Iniciado no exercício económico de 2018, em 2022 o CHLO continuou a ter como base de registo e relato financeiro e orçamental das suas operações, o normativo contabilístico SNC-AP.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificarem e se reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face aos acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades. Ora, apesar do impacto causado pela COVID-19 bem como a Guerra da Ucrânia no sector da saúde a nível nacional e internacional, a nível económico-financeira não é previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamento materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

2.7. Erros Materiais de Períodos Anteriores

Conforme definido na NCP 2, os erros de períodos anteriores são incorreções nas demonstrações financeiras decorrentes de falha na utilização de informação fiável que estava disponível à data da sua elaboração e podia razoavelmente ter sido utilizada na elaboração das demonstrações financeiras.

Considerando os factos acima descritos, verificou-se que à data da elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a existência de um erro material, no que se refere ao período de vida útil dos principais edifícios que compõem o Centro Hospitalar, escriturados na rubrica “Edifícios e Outras Construções “. Da análise realizada pelos Serviços Técnicos, a vida útil destes ativos, deveria ser alargados a 50 anos, em virtude do seu atual estado de utilização e perspectiva de utilização futura (até à data estimava-se uma vida útil de 20 anos).

Para proceder a atualização da vida útil dos referidos ativos de 20 para 50 anos, foram efetuadas correções que originaram um ajustamento positivo de 30.544.467,22€, nas rubricas das amortizações acumuladas e resultados transitados, em virtude da taxa de amortização ter sido corrigida de 5% para 2%. Pelo que a alteração da estimativa contabilística deveria ter sido registada nesse exercício.

Deste modo, procedeu-se à reexpressão das quantias comparativas do ano de 2021, conforme detalhe na seguinte tabela:

Tabela 12-2: Erros materiais de períodos anteriores

Anos V. Util	Invent.	Descrição do Bem	Data Aquisição	Valor Aquisição	Amortiz. Acum. 31/12/2021 Incorretas	Valor líquido incorreto	Amortiz. Acum. 31/12/2021 Corretas	Valor líquido correto	Ajuste no balanço
20	130603	EDIFICIO MATERNO-INFANTIL - HSFX	01/05/2006	32 192 404,21	25 217 283,29	6 975 120,92	10 086 953,26	22 105 450,95	15 130 330,03 €
20	239679	ADMINISTRAÇÃO E FARMACIA-ED B1	09/12/2002	14 475 396,26	10 602 287,61	3 873 108,65	5 814 284,26	8 661 112,00	4 788 003,35 €
20	120132	EDIFICIOS HSFX	30/12/2003	13 449 076,61	13 449 076,61	0,00	4 864 082,67	8 584 993,94	8 584 993,94 €
20	315132	EDIFICIO PRINCIPAL	10/12/2002	4 687 101,46	3 923 792,32	763 309,14	1 882 652,42	2 804 449,04	2 041 139,90 €
								TOTAL	30 544 467,22 €

3. ATIVOS INTAGIVEIS

3.1. Ativos Intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida

b) Métodos de amortização

O método de amortização utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumulada, foi a seguinte:

AI – Ativos Intangíveis – Quantia escriturada no início e no final do período

Tabela 12-3: Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas								
Rubricas	Início do Período				Final do Período			
Ativos Intangíveis	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	4 863 184,77 €	4 817 209,82 €	- €	45 974,95 €	5 071 859,56 €	4 835 603,97 €	- €	236 255,59 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	341 889,98 €	- €	- €	341 889,98 €	449 145,13 €	- €	- €	449 145,13 €
Total	5 205 074,75 €	4 817 209,82 €	- €	387 864,93 €	5 521 004,69 €	4 835 603,97 €	- €	685 400,72 €

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações, respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na Demonstração dos Resultados por Natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

AI – Ativos Intangíveis

Tabela 12-4: Quantia escriturada e variações do período – Ativos intangíveis

3.2 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período										
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
Ativos Intangíveis		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	45 974,95 €	208 674,79 €	- €	- €	- €	- €	18 394,15 €	- €	- €	236 255,59 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	341 889,98 €	107 255,15 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	449 145,13 €
Total	387 864,93 €	315 929,94 €	- €	- €	- €	- €	18 394,15 €	- €	- €	685 400,72 €

De forma a sustentar o Quadro anterior, apresentamos de seguida a desagregação das variações por tipologia:

e.1) AI-A – Ativos Intangíveis desagregação das Adições

Tabela 12-5: Ativos intangíveis - desagregação das adições

3.2A - Ativos intangíveis - Adições										
Rubricas	Adições									
Ativos Intangíveis	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	208 674,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	208 674,79 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	107 255,15 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	107 255,15 €
Total	- €	315 929,94 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	315 929,94 €

e.2) AI-A – Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram diminuições.

Tabela 12-6: Ativos intangíveis - desagregação das diminuições

3.2B - Ativos intangíveis - Diminuições					
Rubricas	Diminuições				
Ativos Intangíveis	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	- €	- €	- €	- €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

1.1 Ativos Fixos Tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2018, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações.

Na transição para o SNC-AP manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2018 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a entidade espera incorrer.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Métodos de depreciação utilizados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – cadastros e vidas uteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedade de investimento do SNC-AP (CC2).

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

d) Ativos Fixos Tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício de 2022, a quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

AFT – Ativos Fixos Tangíveis – Quantia escriturada no início e no final do período

Tabela 12-7: Quantia escriturada no início e no final do período

5.1 - Ativos tangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas								
Rubricas	Início do Período (Reexpresso)				Final do Período			
Ativos Intangíveis	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Ativos Fixos em Concessão								
Outros Ativos Fixos Tangíveis	218 445 439,59 €	120 661 336,64 €	- €	97 784 102,95 €	228 859 569,51 €	130 238 674,86 €	- €	98 620 894,65 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	107 010 885,73 €	45 158 508,63 €	- €	61 852 377,10 €	111 451 213,92 €	49 008 334,17 €	- €	62 442 879,75 €
Equipamento básico	76 370 989,99 €	58 998 088,68 €	- €	17 372 901,31 €	79 741 275,61 €	63 533 168,01 €	- €	16 208 107,60 €
Equipamento de transporte	657 958,18 €	526 262,03 €	- €	131 696,15 €	657 958,18 €	588 282,94 €	- €	69 675,24 €
Equipamento administrativo	13 345 503,95 €	11 727 768,71 €	- €	1 617 735,24 €	13 732 637,96 €	12 353 046,90 €	- €	1 379 591,06 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	7 164 432,44 €	4 250 708,59 €	- €	2 913 723,85 €	7 490 498,54 €	4 755 842,84 €	- €	2 734 655,70 €
Ativos tangíveis em curso	13 895 669,30 €	- €	- €	13 895 669,30 €	15 785 985,30 €	- €	- €	15 785 985,30 €
Total	218 445 439,59 €	120 661 336,64 €	- €	97 784 102,95 €	228 859 569,51 €	130 238 674,86 €	- €	98 620 894,65 €

e) Ativos Fixos Tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

Tabela 12-8: Quantia escriturada e variações do período - ativos fixos tangíveis

5.2 - Ativos tangíveis - quantia escriturada e variações do período										
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações								
Ativos Intangíveis		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos Fixos em Concessão										
Outros Ativos Fixos Tangíveis	97 784 102,95 €	11 886 016,24 €	- €	- €	- €	- €	9 577 338,22 €	- €	1 471 886,32 €	98 620 894,65 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	61 852 377,10 €	280 864,85 €	4 159 463,34 €	- €	- €	- €	3 849 825,54 €	- €	- €	62 442 879,75 €
Equipamento básico	17 372 901,31 €	4 146 979,12 €	170 736,37 €	- €	- €	- €	4 535 079,33 €	- €	947 429,87 €	16 208 107,60 €
Equipamento de transporte	131 696,15 €	- €	- €	- €	- €	- €	62 020,91 €	- €	- €	69 675,24 €
Equipamento administrativo	1 617 735,24 €	478 427,73 €	316 968,00 €	- €	- €	- €	625 278,19 €	- €	408 261,72 €	1 379 591,06 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	2 913 723,85 €	442 260,83 €	- €	- €	- €	- €	505 134,25 €	- €	116 194,73 €	2 734 655,70 €
Ativos tangíveis em curso	13 895 669,30 €	6 537 483,71 €	4 647 167,71 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	15 785 985,30 €
Total	97 784 102,95 €	11 886 016,24 €	- €	- €	- €	- €	9 577 338,22 €	- €	1 471 886,32 €	98 620 894,65 €

e.1) AFT-A – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das Adições

Tabela 12-9: Ativos fixos tangíveis - desagregação das adições

5.2A - Ativos tangíveis - Adições											
Rubricas	Adições										
Ativos Intangíveis	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perdido a Favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Ativos Fixos em Concessão											
Outros Ativos Fixos Tangíveis	- €	11 808 705,50 €	- €	- €	- €	77 310,74 €	- €	- €	- €	- €	11 886 016,24 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	280 864,85 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	280 864,85 €
Equipamento básico	- €	4 069 668,38 €	- €	- €	- €	77 310,74 €	- €	- €	- €	- €	4 146 979,12 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	- €	478 427,73 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	478 427,73 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	- €	442 260,83 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	442 260,83 €
Ativos tangíveis em curso	- €	6 537 483,71 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	6 537 483,71 €
Total	- €	11 808 705,50 €	- €	- €	- €	77 310,74 €	- €	- €	- €	- €	11 886 016,24 €

e.2) AFT-D – Ativos Fixos Tangíveis – desagregação das Diminuições

Tabela 12-10: Ativos fixos tangíveis – desagregação das diminuições

5.2B - Ativos tangíveis - Diminuições						
Rubricas	Diminuições					
Ativos Intangíveis	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Ativos Fixos em Concessão						
Outros Ativos Fixos Tangíveis	- €	- €	- €	- €	1 471 886,32 €	1 471 886,32 €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	- €	- €	- €	- €	947 429,87 €	947 429,87 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	- €	- €	- €	- €	408 261,72 €	408 261,72 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos tangíveis	- €	- €	- €	- €	116 194,73 €	116 194,73 €
Ativos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	- €	- €	- €	- €	1 471 886,32 €	1 471 886,32 €

Nota: O quadro expressa o valor bruto das diminuições.

6. IMPARIDADE DE ATIVOS

a) Imparidades de clientes de cobrança duvidosa

Foram reconhecidas imparidades de clientes, de acordo com o seguinte critério:

- Dividas a receber das entidades privadas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da divida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da divida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da divida vencida e 100% divida vencida a mais de 24 meses
- Dividas a receber das entidades públicas: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da divida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da divida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da divida vencida e 100% divida vencida a mais de 24 meses

- Dívidas a receber em cobrança duvidosa: o cálculo da imparidade tem como base o critério fiscal: 25% entre os 6 e os 12 meses da dívida vencida, 50% entre os 12 e 18 meses da dívida vencida, 75% entre os 18 e 24 meses da dívida vencida e 100% dívida vencida a mais de 24 meses.

Em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas as seguintes reversões de imparidades de ativos geradores e não geradores de caixa:

Tabela 12-11: Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

9.1 Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa								
Ativo (1)	Natureza (2)	31/12/2022			31/12/2021			Imparidade do Período
		Quantia Bruta (3)	Imparidade Acumulada (4)	Quantia Recuperável (5) = (3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Imparidade Acumulada (7)	Quantia Recuperável (8) = (6)-(7)	€ (9) = (4)-(7)
Contas a Receber Clientes	Ativo Gerador de Caixa	45 388 255,98 €	27 585 948,38 €	17 802 307,60 €	45 777 148,73 €	27 845 232,90 €	17 931 915,83 €	- 259 284,52 €
Total de caixa e depósitos		45 388 255,98 €	27 585 948,38 €	17 802 307,60 €	45 777 148,73 €	27 845 232,90 €	17 931 915,83 €	- 259 284,52 €

10. INVENTÁRIOS

a) Política Contabilística e método de custeio usado

O CHLO adota o sistema do custo médio ponderado como método de custeio dos seus inventários, que integram o respetivo imposto sobre o valor acrescentado. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

b) Quantia de inventários registada

Detalhe do Inventário

Em 31 de dezembro de 2022, os inventários detalhavam-se da seguinte forma:

Tabela 12-12: Inventários

10.1 Inventários			
Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	14 641 040,80 €	166 302,26 €	14 474 738,54 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total de Inventários	14 641 040,80 €	166 302,26 €	14 474 738,54 €

O valor da imparidade calculada foi constituído tendo por base o valor dos artigos não movimentados no ano de 2022.

Movimentos do Período

Tabela 12-13: Inventários - Movimentos do período

10.1a Inventários - Movimentos do Período									
Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos no Período							
		Compras Líquidas	Consumos / Gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada Final
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	13 309 771,30 €	122 240 937,35 €	118 450 142,00 €	- €	103 314,53 €	- €	2 522 513,58 €	- €	14 474 738,54 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	13 309 771,30 €	122 240 937,35 €	118 450 142,00 €	- €	103 314,53 €	- €	2 522 513,58 €	- €	14 474 738,54 €

Ao nível dos inventários, identificam-se valores de compras aumentados explicados pelo acréscimo da atividade assistencial, mas também pelo acréscimo de preços.

- Na rubrica “Outras reduções de inventário”, o ajuste no valor de 2.522.513,58€, resulta da diferença entre os apuramentos refletidos no sistema contabilístico do CHLO e os refletidos no sistema de logística e farmácia por diferença temporal entre o registo das entradas em armazém (pela guia de remessa) e o lançamento das respectivas facturas.
- De realçar igualmente a existência em armazém da Logística, de bens consignados no montante de 1.884.997,93€ - dada a sua natureza, estes bens não se encontram registados nas rubricas do CHLO.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como gasto do período

Tabela 12-14: Inventários - quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidos como gasto do período

10.1f Inventários - Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidos como gasto do período					
Rubrica (1)	Saldo Inicial 31/12/2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final 31/12/2022
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	62 987,73 €	103 314,53 €	- €	- €	166 302,26 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €
Total	62 987,73 €	103 314,53 €	- €	- €	166 302,26 €

O aumento do valor da imparidade, à semelhança do ano de 2021, foi calculado tendo por base o valor dos artigos não movimentados e fora de validade durante ano de 2022.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a) Políticas Contabilísticas e métodos utilizados

O Despacho n.º 721/2006, de 11 de janeiro, veio definir as cláusulas contratuais gerais dos Contratos Programa a celebrar entre as unidades de saúde integradas no setor empresarial do Estado e o Ministério da Saúde, para pagamento de atos e atividades. Naquele diploma legal é estabelecido como objeto dos contratos programa a realização de prestação de saúde aos utentes do SNS mediante pagamento de contrapartidas financeiras em função das condições previstas e resultados obtidos.

Os rendimentos resultantes da prestação de saúde pelas entidades públicas empresariais e decorrentes da celebração do contrato programa, assumem a natureza de rendimentos com contraprestação, uma vez que a entidade recebe valor de uma outra entidade (ACSS) para, em troca, realizar a produção contratada, sendo aplicável, quanto à contabilização destes rendimentos, a NCP 13 – Rendimentos de Transações com Contraprestação.

No ano de 2022, para efeitos de reporte das demonstrações financeiras, o CHLO considerou o rendimento mensal respeitante à produção a realizar, tendo por base a produção real obtida à data de 31/12/2022 nos registos informáticos.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

As prestações de serviços e outros rendimentos, efetuadas nos exercícios de 2022 e 2021, têm a seguinte decomposição:

Tabela 12-15: Rendimentos com contraprestação

13.1 Rendimentos com contraprestação		
Rendimentos	31/12/2022	31/12/2021
	€	€
Taxas Moderadoras	1 502 056,37 €	2 503 749,33 €
Prestação de Serviços	203 347 436,00 €	171 086 202,69 €
Serviços específicos do setor da saúde abrangidos pelo Contrato Programa	196 517 950,17 €	164 320 112,34 €
Serviços específicos do setor da saúde excluídos do Contrato Programa	6 829 485,83 €	6 766 090,35 €
Reversões	259 284,52 €	436 064,04 €
Outros Rendimentos Suplementares	5 003 373,41 €	4 050 027,30 €
Rendimentos Suplementares	4 793 574,51 €	3 952 674,79 €
Descontos Pronto Pagamento obtidos	51 586,49 €	64 368,46 €
Ganhos em inventários	645,75 €	31 136,62 €
Correções relativas a períodos anteriores	123 184,00 €	- €
Outros Rendimentos Suplementares	34 382,66 €	1 847,43 €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	6 566,03 €	- €
Total	210 118 716,33 €	178 076 043,36 €

De uma forma global, e comparativamente ao ano de 2021, verificou-se, em 2022, um aumento ao nível do valor das rubricas de Rendimentos com Contraprestação do CHLO fruto de uma evolução bastante significativa e generalizada em todas as linhas de actividade assistencial, acrescido da correção de preços determinada pela ACSS.

Relativamente à redução dos rendimentos provenientes de taxas moderadoras, este efeito é explicado diretamente pelo acréscimo do número de utentes isentos, fruto das sucessivas determinações legais sobre o assunto.

Detalhe do Contrato Programa

Tabela 12-16: Detalhe do Contrato Programa – ACSS

Detalhe do Contrato Programa - ACSS								
Ano CP	Total Contratado (incluindo Custos de Contexto)	Faturado	Incentivos	Produção	Custos de Contexto	Penalizações e Deduções	Total Faturado Líquido	Acréscimos
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)=(7)-(2)-(5)
2022	244 219 940,84 €	196 517 950,17 €	10 794 521,38 €	185 723 428,79 €	37 444 753,15 €	- €	233 962 703,32 €	- €

Detalhe da Rubrica: Outros Rendimentos Suplementares

Tabela 12-17: Detalhe da subrubrica Rendimentos Suplementares

13.1a Detalhe da subrubrica Rendimento Suplementares		
Rendimentos	31/12/2022	31/12/2021
	€	€
Rendimentos Suplementares		
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamento	456 385,71 €	329 431,64 €
Estudos, projetos e assistência tecnológica	583 746,64 €	495 951,34 €
Outros rendimentos suplementares	3 753 442,16 €	3 127 291,81 €
Total	4 793 574,51 €	3 952 674,79 €

Destaque para o aumento de cerca de 600 mil euros na rubrica “outros rendimentos suplementares” correspondente, essencialmente, a variações positivas relativas à cedência de medicamentos às ARSs.

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

14.1. Divulgação das Classes de Rendimentos sem Contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidas nos anos de 2022 e de 2021, têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados:

Tabela 12-18: Rendimentos sem contraprestação

14.1 Rendimentos sem contraprestação		
Rendimentos	31/12/2022	31/12/2021
	€	€
Impostos, Contribuições e Taxas	- €	- €
Impostos Diretos	- €	- €
Impostos Indiretos	- €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social	- €	- €
Taxas, multas e outras penalidades	- €	- €
Transferências obtidas	37 573 864,75 €	61 775 517,92 €
Subsídios Obtidos	1 078 080,69 €	1 141 516,91 €
Total	38 651 945,44 €	62 917 034,83 €

As verbas extraordinárias atribuídas ao CHLO como valor de convergência ou custos de contexto, destinadas a compensar situações extraordinárias não cobertas pelo contrato programa em termos de produção, configuram rendimentos para os quais não existe contraprestação. O CHLO recebe verbas da ACSS sem haver contrapartida (valores não faturáveis).

As diretrizes da Circular Normativa n.º 6/2019 emitida pela ACSS, onde constam as instruções para a contabilização dos Contratos Programa, Programas Verticais e Convenções Internacionais, determinam o registo das verbas extraordinárias atribuídas às entidades como valor de convergência e/ou custo contexto, na rubrica 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos.

Tabela 12-19: Detalhe da subrubrica Transferências e Subsídios

14.1a Detalhe da subrubrica Transferências e Subsídios		
Conta	31/12/2022	31/12/2021
	€	€
Transferências e subsídios correntes obtidos	38 651 945,44 €	62 917 034,83 €
Custos de Contexto	37 444 753,15 €	61 775 517,92 €
Reconhecimento de subsídios de investimento e exploração	1 207 192,29 €	1 141 516,91 €
Total	38 651 945,44 €	62 917 034,83 €

O valor desta rubrica é constituído pelos custos de contexto e subsídios de investimento/ exploração e ascendem, em 2022, aos montantes de 37.444.753,15€ e 1.207.192,29€, respetivamente.

O decréscimo substancial dos custos de contexto resulta de a ACSS ter efetuado, em 2022, uma correção generalizada aos preços de produção das várias linhas do Contrato programa, uma vez que assim se aproximou o custo real dos atos praticados aos valores faturados à ACSS.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ATIVOS CONTIGENTES

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- Existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação
- Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o exercício de 2022, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de Provisões:

Tabela 12-20: Provisões

15.1 Provisões					
Provisões	Saldo Inicial 31-12-2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final 31-12-2022
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Impostos	- €	- €	- €	- €	- €
Contribuições	- €	- €	- €	- €	- €
Juros de mora	- €	- €	- €	- €	- €
Garantias a clientes	- €	- €	- €	- €	- €
Processos judiciais em curso	5 917 577,70 €	3 065 029,36 €	- €	- €	8 982 607,06 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €	- €	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €	- €	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €	- €	- €	- €
Outras provisões	4 867 965,63 €	12 970,62 €	- €	- €	4 880 936,25 €
Total Provisões	10 785 543,33 €	3 077 999,98 €	- €	- €	13 863 543,31 €

A quantia reconhecida como provisão para processos judiciais, ascende a 8.982.607,06€, o que representa um aumento bastante significativo face ao período homólogo, essencialmente justificado pelos processos apresentados pela Bancafarma (sociedade de factoring).

Na rubrica de “Outras Provisões”, e como prudência, o CHLO considerou o montante de 4.880.936,25€ de forma a acautelar possíveis incobranças nas taxas moderadoras do período 2006 a 2022, sendo o montante da dívida de 9.171.997,73€. Verifica-se um aumento de 12.970,62€, consequência do ajuste da provisão das taxas moderadoras em 2022, que teve por base o disposto na Circular Informativa N°1/2020: - “por serem consideradas tributos públicos, (as taxas moderadoras) têm um prazo de prescrição de oito anos contados a partir da data em que ocorreu a realização das prestações de saúde associadas, sendo que, o direito de liquidar caduca caso não ocorra uma notificação válida ao utente, no prazo de quatro anos, aplicando-se para o efeito, o exposto nos artigos 45.º, 46.º, 48.º e 49.º da Lei Geral Tributária, na sua atual redação”.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O CHLO reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio (vs. Euro) das datas das referidas transações.

16. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30/03/2022 pelo Conselho de Administração do CHLO.

À data existe conhecimento de alguns eventos futuros que poderão originar um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2022:

No contexto atual vivido na Europa, decorrente do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, serão expectáveis consequências negativas para a economia portuguesa: Neste enquadramento de uma forma genérica podemos considerar como principais riscos, a subida generalizada de preços dos combustíveis, subcontratação de terceiros e matérias-primas. Paralelamente podemos também considerar eventuais quebras na cadeia de logística/distribuição. A conjugação destes fatores irá conduzir a implicações nefastas para o sector da Saúde.

Por se encontrarem já encerradas as contas do exercício de 2022, de forma a cumprir com o estabelecido na Resolução n.º 2/2021, de 9 de dezembro, que foi publicada no passado dia 24 de dezembro no Diário da República, na qual o Tribunal de Contas determina que a Prestação e Remessa de Contas de 2021 deverá ocorrer até 31 de março do ano seguinte ao ano económico a que respeitam, conforme exposto na alínea a) do ponto 3. Não foi possível proceder à cobrança das faturas referentes às Convenções Internacionais no montante de 448 102,86€, por contrapartida do adiantamento do contrato programa de 2022, uma vez que o CHLO recebeu esta orientação depois das Contas encerradas.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outros terceiros são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, sendo subsequentemente mensurado pelo custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidades.

- Detalhe de Clientes e Outras Contas a receber

Tabela 12-21: Ativos Financeiros - clientes e outras contas a receber

18.1 A - Ativos Financeiros - Clientes e Outras Contas a receber			
Rendimentos	31/12/2022		
	Valor Nominal	Imparidades	Valor Líquido
Clientes	45 388 255,98 €	27 585 948,38 €	17 802 307,60 €
Outras Contas a receber	82 156 396,95 €	- €	82 156 396,95 €
Outras Contas a receber	7 122 271,52 €	- €	7 122 271,52 €
Outras contas a receber (acréscimos)	74 822 952,13 €	- €	74 822 952,13 €
Outras contas a receber (adiantamentos a fornecedores)	103 770,71 €	- €	103 770,71 €
Outras contas a receber (adiantamentos a pessoal)	107 402,59 €	- €	107 402,59 €
Total	127 544 652,93 €	27 585 948,38 €	99 958 704,55 €

- Acréscimos de Rendimentos

Tabela 12-22: Acréscimo de Rendimentos

Acréscimos de Rendimentos	
Descrição	Valor
Faturação - ACSS - Contrato Programa	38 614 354,21 €
Faturação - ACSS - Programas Verticais	1 031 705,81 €
Faturação ARS LVT	18 302 838,20 €
Faturação Outras Entidades	11 874 053,91 €
Acréscimos, Descontos - aquisição de medicamentos	5 000 000,00 €
Total	74 822 952,13 €

- Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes

Tabela 12-23: Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes

Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes	
Contrato Programa (Ano)	Saldo
2010	7 634 282,18 €
2011	4 092 958,62 €
2012	- 73 400,94 €
2013	5 520 095,01 €
2014	3 322 221,87 €
2015	3 307 372,98 €
2016	2 703 912,40 €
2017	21 130 967,91 €
2018	16 668 662,55 €
2019	8 270 793,43 €
2020	8 520 135,15 €
2021	8 256 417,34 €
2022	10 257 237,55 €
Total dos adiantamento do Contrato Programa	99 611 656,05 €
Adiantamento de Outros Clientes, Contribuintes e Utentes	453 102,40 €
Total	100 064 758,45 €

A rubrica de Adiantamentos a Clientes, contribuintes e Utentes, apresenta o saldo de 100.064.758,45€. Deste montante destacam-se os adiantamentos recebidos da ACSS cujo montante a 31 de dezembro de 2022 ascende a 99.611.656,05€.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo valor nominal.

- Detalhe da rubrica Fornecedores a 31/dezembro de 2022 e 2021

Tabela 12-24: Passivos financeiros

18.2 Passivos Financeiros		
Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
	Valor	Valor
Fornecedores	80 826 574,45 €	78 608 329,52 €
Fornecedores de Investimento	2 156 511,88 €	3 184 299,31 €
Outras contas a pagar	43 634 836,98 €	34 479 131,86 €
Outras Contas a pagar	16 223 006,17 €	10 974 841,15 €
Outras contas a pagar (acréscimos)	27 411 830,81 €	23 504 290,71 €
Pessoal	- €	- €
Total	126 617 923,31 €	116 271 760,69 €

Comparativamente ao ano de 2021 regista-se um acréscimo nos passivos financeiros, justificado pelo aumento da atividade assistencial, mas também pela reclassificação do registo contabilístico desfavorável em “Outras Contas a pagar” relativa ao encerramento do Contrato Programa de 2016, no montante de 4.383.660,14€.

Já no que se refere aos acréscimos, a variação é justificada, essencialmente, pelo relato das várias tipologias remuneratórias dos recursos humanos (Férias, subsídio de férias, horas extraordinárias, etc.).

- Acréscimo de Gastos

Tabela 12-25: Acréscimos de gastos

Acréscimos de Gastos - 2022	
Descrição	Valor
Despesas com Pessoal	22 738 648,51 €
Remunerações a liquidar	22 738 648,51 €
Outros Acréscimos de Gastos	4 673 182,30 €
Outros Acréscimos de Custos	4 673 182,30 €
Total	27 411 830,81 €

Os valores a pagar em 2022, são referentes a férias e subsídio de férias, horas extraordinárias e respetivos encargos, em gastos ocorridos em 2021.

Património

Tabela 12-26: Decomposição do saldo do património

Decomposição do Saldo do Património		
Ano	Dec.Lei/ Despacho	Valor
2005	Dec. Lei nº 233/2005	126 860 000,00 €
2015	Despacho nº 3016-B/2015	6 433 333,33 €
2017	Despacho nº 1265/2017	22 806 666,67 €
Total		156 100 000,00 €

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29/12/2005 em 126.860.000,00€. Pelo aumento de capital registado e realizado em conformidade com o despacho n.º 3016-B/2015, de 24/03/2015, em 6.433.333,33€ e pelo, o despacho n.º 1265/17 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 29/12/2017 que determinou o aumento do capital estatutário no montante de 22.806.666,67€, perfaz atualmente 156.100.000,00€.

O capital subscrito no exercício de 2017 foi realizado no exercício de 2018.

- Demonstração das Alterações no Património Líquido

Tabela 12-27: Demonstração das alterações no Património Líquido

Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.															
Demonstração das Alterações no Património Líquido															
PERÍODO FIMDO EM DEZEMBRO DE 2022															
Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido	
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variações	Resultado Líquido do Período	Total			
Posição Inicial do Período (1)		156 100 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 103 931,97 €	-186 179 693,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37 716 187,00 €	-68 559 870,75 €	-46 819 445,68 €	0,00 €	-46 819 445,68 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €	22 898 261,05 €	- €	- €	- €	- €	- €	22 898 261,05 €	- €	22 898 261,05 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização de excedentes de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	909 159,23 €	- €	909 159,23 €	- €	909 159,23 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	- €	- €	- €	68 559 870,75 €	- €	- €	- €	177 310,74 €	68 559 870,75 €	177 310,74 €	- €	177 310,74 €
(2)		- €	- €	- €	- €	- €	45 661 609,70 €	- €	- €	- €	731 848,49 €	68 559 870,75 €	22 166 412,56 €	- €	22 166 412,56 €
Resultado Líquido do Exercício (3)												-83 226 244,37 €	-83 226 244,37 €	- €	83 226 244,37 €
Resultado Integral (4) = (2)+(3)													- €	- €	- €
Operações com detentores de capital ou período														- €	- €
Subscrições de capital/ património		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições de prémios de emissão		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas		- €	- €	- €	- €	- €	69 950 681,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	69 950 681,00 €	- €	69 950 681,00 €
Outras operações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
(5)		- €	- €	- €	- €	- €	69 950 681,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	69 950 681,00 €	- €	69 950 681,00 €
Posição no fim do período (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		156 100 000,00 €	- €	- €	- €	14 103 931,97 €	-161 890 622,60 €	- €	- €	- €	36 984 338,51 €	-83 226 244,37 €	-37 928 596,49 €	- €	37 928 596,49 €

A variação da rubrica Resultados Transitados na sua linha “correção de erro materiais” refere-se, essencialmente:

- Perdão da dívida ao Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, E.P.E.: 782.958,41€;
- Anulação de valores registados em “outras contas a pagar” e “adiantamentos de fornecedores”, em virtude de se ter concluído que não eram realizáveis: 42.926,26€;
- Acerto de existências: 2.522.513,58€
- Anulação de nota crédito do acerto CP 2016: 4.383.660,44€
- Correção de amortizações acumuladas (ver relato na nota sobre Amortizações de ativos tangíveis): 30.544.467,22€.

Já o valor de 69.950.681,00€ refere-se à injeção de fundos para cobertura de prejuízos transitados, ao abrigo do despacho dos Ministérios das Finanças e da Saúde, de 22 de dezembro de 2022. Por outro lado, o valor de 909.159,23€ e os 177.310,174€ representam os movimentos líquidos associados à atribuição de subsídios e às doações, respectivamente.

De notar que esta demonstração das alterações de património líquido, na rubrica do resultado líquido do período anterior difere do mesmo quadro do ano transato no montante de 1.271.665,42€, resultado da respessão do valor das amortizações do exercício, corrigidas pela alteração da taxa de amortização dos imóveis cujo período de vida útil foi alargado, como anteriormente justificado.

- Decomposição das rubricas de meios financeiros líquidos a 31 de dezembro de 2022 e 2021

Tabela 12-28: Decomposição das rubricas de meios líquidos financeiros a 31 de dezembro de 2021

Decomposição das rubricas de meios líquidos financeiros a 31/dezembro de 2021		
Conta	31/12/2022	31/12/2021
	€	€
Caixa	625,00 €	1 480,00 €
Depósitos à ordem	1 479 141,99 €	1 587 921,04 €
Depósitos a prazo	- €	47 603,89 €
Depósitos de garantias e cauções	209 426,26 €	60 167,89 €
Total de caixa e depósitos	1 689 193,25 €	1 697 172,82 €

- Decomposição das aplicações financeiras incluídas nas contas de outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2022

Tabela 12-29: Decomposição das aplicações financeiras incluídas nas contas de outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2022

18.1 B - Ativos Financeiros - Aplicações Financeiras										
Rendimentos	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perda por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo Valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos Financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação	- €	- €	- €		- €	- €	- €		- €	- €
Participações financeiras - justo valor	- €	- €	- €		- €	- €	- €		- €	- €
Outros Ativos financeiros	- €	- €	- €		- €	- €	- €		- €	- €
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo	5 000,00 €	- €		- €	- €	- €		- €	- €	5 000,00 €
Outros Ativos financeiros	412 761,39 €	13 110,66 €	- €	- €	- €	66 933,92 €	- €	- €	- €	358 938,13 €
Total	417 761,39 €	13 110,66 €	- €	- €	- €	66 933,92 €	- €	- €	- €	363 938,13 €

O valor correspondente a outros investimentos financeiros reporta aos valores entregues no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), cuja entidade gestora é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. (IGFCSS, I. P.) de acordo com a lei n.º 70/2013 de 30 de agosto., e participação financeira do CHLO na associação CoLab.

- Decomposição da rubrica de Passivos Financeiros

Tabela 12-30: Decomposição da rubrica de passivos financeiros

18.2 - Passivos Financeiros										
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de Justo Valor	Reversões de perda por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de Justo Valor	Perdas por imparidade	Outras	
Outros Passivos Financeiros	2 348 050,30 €	4 843 309,80 €	- €	- €	- €		- €	- €	- €	7 191 360,10 €
Total	2 348 050,30 €	4 843 309,80 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7 191 360,10 €

O montante supra apresentado, 7.191.360,10€, encontra-se relacionado com passivo financeiro de médio-longo prazo (subsídio reembolsável), contraído no âmbito do Programa POSEUR.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais, autorizadas pelo Conselho de Administração, tais como trabalho extraordinário, subsídio de prevenção, trabalho noturno e abonos variáveis.

Todo o pessoal ao serviço do CHLO foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

O valor das dívidas ativas dos funcionários do CHLO é de 107.402,59€ e diz respeito a reposições devidas.

Tabela 12-31: Benefícios definidos

19.1 BENEFÍCIOS DEFINIDOS	
Rubrica	31/12/2022
	€
Dívidas ativas de funcionários	107 402,59 €

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

20.2. Transações entre Partes Relacionadas

O CHLO não detém participação em nenhuma entidade, contudo, e tendo por base as diretrizes da NCP 20, consideramos “entidades relacionadas” as entidades supervisoras / reguladoras e com poder de decisão sobre a entidade, nomeadamente a ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP e a ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo e com estas evidenciam-se os seguintes saldos:

Tabela 12-32: Transações entre partes relacionadas

20.2 Transações entre partes relacionadas						
Entidade Terceira	NIF	Faturação Emitida	Saldo Devedor em	Conta	Saldo Credor em	Conta
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423	234 646 869,91 €	514 055,44 €	211	657 379,61 €	221
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423		97 078,04 €	2789191	5 711,36 €	2789291
ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde IP	508188423		- €		8 105 342,31 €	2789211
ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776	5 064 290,41 €	16 807 775,01 €	211	3 050,04 €	221
ARS-LVT – Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo	503148776		3 068 511,41 €	2789191	4 757 344,26 €	2789291
Total		239 711 160,32 €	20 487 419,90 €		13 528 827,58 €	

20.6. Pessoas Chave da Gestão

Tabela 12-33: Pessoas chave da gestão

20.6 Pessoas chave da Gestão						
Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual (2022)					
	Fixa	Variável	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Numeratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5)	(6) = (3)-(4)+(5)
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	94 385,12 €		94 385,12 €			94 385,12 €
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	73 926,82 €		73 926,82 €			73 926,82 €
Dr. José Manuel Fernandes Correia	73 926,82 €		73 926,82 €			73 926,82 €
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	86 343,38 €		86 343,38 €			86 343,38 €
Enfª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	73 926,82 €		73 926,82 €			73 926,82 €
Total	402 508,96 €	- €	402 508,96 €	- €	- €	402 508,96 €

20.6 Pessoas chave da Gestão								
Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (2022)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo Anual da Entidade	Identificação	Encargo anual da entidade	Identificação	Encargo anual da entidade	Identificação	Encargo Anual da Entidade
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	5,20 €	1 099,48 €	ADSE/CGA	12 904,73 €	-	- €	-	- €
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	5,20 €	1 161,49 €	Seg. Social	8 131,94 €	-	- €	-	- €
Dr. José Manuel Fernandes Correia	5,20 €	1 070,86 €	ADSE/CGA	12 716,48 €	-	- €	-	- €
Dr. Pedro Emanuel Ventura Alexandre	5,20 €	1 059,17 €	ADSE/CGA	10 061,70 €	-	- €	-	- €
Enfª Maria Lurdes de Sousa Escudeiro dos Santos	5,20 €	1 089,94 €	ADSE/CGA	8 960,44 €	-	- €	-	- €
Total		5 480,94 €		52 775,29 €		- €		- €

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1. Projetos de Investimento

Tabela 12-34: Projetos de investimento

23.1 Projetos de Investimento			
Projeto	Designação do Projeto	Total Aprovado	Elegível Aprovado
POCI-02-0550-FEDER-035430	CHLO Eficiência na resposta ao Utente	197 340,63 €	197 340,63 €
POCI-05-5762-FSE-000244	Capacitação e modernização das Admi	894 809,29 €	599 522,22 €
POCI-02-0550-FEDER-040220	ESP - Exames sem papel	309 110,24 €	309 110,24 €
POCI-05-5762-FSE-000112	Operações de capacitação da Adminis	468 256,44 €	313 731,81 €
POSEUR -01-1203-000077	Eficiência Energética no CHLO - Hospita	5 360 539,46 €	5 267 894,63 €
POSEUR -01-1203-000079	Eficiência Energética no CHLO - Hospita	3 848 939,59 €	3 776 337,23 €
POSEUR -01-1203-000081	Eficiência Energética no CHLO - Hospita	2 936 786,69 €	2 869 290,44 €
LISBOA-06-4842-FEDER-000051	Equipamento de tecnologia avançada p	1 468 836,48 €	1 468 836,48 €
Total		15 484 618,82 €	14 802 063,68 €

23.2. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos com estas Entidades tinham a seguinte decomposição:

Saldos Ativo:

Tabela 12-35: Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Ativo

23.2.1 Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Ativo		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Pagamento Especial por Conta	70 000,00 €	70 000,00 €
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	2,42 €	2,43 €
Total	70 002,42 €	70 002,42 €

Saldos Passivo:

Tabela 12-36: Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Passivo

23.2.2 Estado e Outros Entes Públicos - Saldos Passivo		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a pagar / estimado	36 045,24 €	30 534,35 €
Imposto sobre o Valor Acrescentado	237 865,60 €	417 674,62 €
Retenções de Impostos sobre Rendimentos	2 135 491,39 €	1 568 377,49 €
Contribuição para Sistemas de Proteção Social	3 652 371,35 €	2 916 180,41 €
Total	6 061 773,58 €	4 932 766,87 €

23.3. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2022 a componente de diferimentos, nomeadamente a rubrica Gastos a Reconhecer, apresenta um saldo de 7.890,00€ referentes a uma prestação da renda de um imóvel de apoio à Psiquiatria, localizado em Oeiras.

Tabela 12-37: Diferimentos

23.3 Diferimentos		
Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Gastos a Reconhecer	7 890,00 €	23 963,59 €

23.4. Gastos

Em 31 de dezembro de 2022, a decomposição do saldo dos Fornecimentos e Serviços Externos evidenciam um acréscimo de 4,8% face ao período homólogo, resultado, com grande destaque, pelo aumento dos custos energéticos diretos, electricidade e combustíveis (105%).

A rubrica Rendas e Alugueres registou um decréscimo significativo na ordem dos 64%, resultado da rescisão dos contratos temporários de fornecimento de estruturas amovíveis e equipamentos, efetuados para fazer face às necessidades identificadas para a atividade assistencial com qualidade e segurança em tempo de pandemia, mas também indiretos, transporte de doentes, associado ao aumento do custo dos combustíveis.

Tabela 12-38: Gastos

Rubrica	Descrição	31/12/2022	31/12/2021
621	Subcontratos e concessões de serviços	9 133 689,89 €	9 848 467,50 €
6221	Trabalhos especializados	12 203 273,69 €	10 894 240,92 €
6222	Publicidade, comunicação e imagem	29 836,12 €	19 821,84 €
6223	Vigilância e segurança	1 055 360,84 €	1 116 942,49 €
6224	Honorários	162 663,15 €	293 146,90 €
6226	Conservação e reparação	8 162 686,67 €	8 233 240,09 €
623	Materiais de consumo	9 726,00 €	29 629,59 €
6241	Electricidade	3 771 872,34 €	1 744 855,85 €
6242	Combustíveis e lubrificantes	1 489 737,12 €	797 606,79 €
6243	Água	680 910,88 €	684 783,16 €
6251	Deslocações e estadas	8 976,07 €	7 815,82 €
6253	Transporte de Mercadorias e outros bens vendidos	12 885,68 €	14 469,92 €
6255	Transporte de doentes	1 226 833,27 €	961 507,66 €
6261	Rendas e alugueres	721 812,78 €	2 039 669,97 €
6262	Comunicação	138 529,22 €	155 594,67 €
6263	Seguros	37 949,40 €	15 602,78 €
6265	Contencioso e notariado	4 051,19 €	- €
6267	Limpeza, higiene e conforto	6 259 802,39 €	6 170 729,85 €
6269	Outros Serviços	94 965,78 €	117 572,77 €
Total		45 205 562,48 €	43 145 698,57 €

Demais acréscimos, nomeadamente nos trabalhos especializados, são uma consequência direta da necessidade do CHLO em garantir manter e otimizar a sua capacidade de resposta na sua operação, tendo sido imprescindíveis para o desenvolvimento da sua atividade clínica e para o tratamento adequado, com qualidade e segurança e atempado dos seus doentes.

Os honorários devidos no período de 2021 ao Revisor Oficial de Contas ascenderam a 21.570€, (acrescido de 4961.10€ de IVA) referente à prestação de serviços como ROC, (valor estimado).

13 > demonstrações orçamentais

As demonstrações orçamentais foram preparadas pelo Centro Hospital Lisboa Ocidental, EPE, segundo a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do SNC-AP, traduzindo uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental do CHLO no exercício de 2022 (01/01/2022 a 31/12/2022). Estas demonstrações proporcionam, principalmente, informação relacionada com o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos/recebimentos.

O relato orçamental, apresentado através de diversos mapas de Demonstrações Orçamentais de Relato, proporciona informação sobre se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através da:

- a) Demonstração de Desempenho Orçamental, evidenciando importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer reportem-se à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Neste mapa também são evidenciados os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, o saldo global, o saldo corrente, o saldo capital e o saldo primário)
- b) Demonstração de Execução Orçamental da Receita na qual são evidenciadas as liquidações que, gerando recebimentos há que verificar se estes correspondem a recebimentos de períodos correntes ou futuros, e se estão devidamente sustentadas, legal ou contratualmente. Deve ainda constar deste mapa informação das previsões corrigidas, resultante das eventuais alterações orçamentais que tenham ocorrido na receita
- c) Demonstração de Execução Orçamental da Despesa, que tem como finalidade permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o período contabilístico. Esta demonstração deve permitir controlar todas as fases da execução do orçamento, nomeadamente os compromissos assumidos e quais os valores pagos e a pagar. Aferindo ainda se os valores executados são líquidos da influência de eventuais cativações e alterações orçamentais que tenham ocorrido durante o ano económico, montante este que será o das dotações corrigidas e, ainda verificando se as operações relacionadas com a abertura e o encerramento da contabilidade orçamental estão bem registadas e de acordo com o referencial contabilístico aplicável;

Para garantir estes objetivos, as demonstrações orçamentais proporcionam informação sobre:

- i. Dotações de despesa e previsões de receita
- ii. Alterações orçamentais permutativas e/ou modificativas
- iii. Cabimentos, compromissos, obrigações e receitas liquidadas
- iv. Despesas pagas e receitas cobradas, tanto do ano em análise como de anos anteriores/futuros
- v. Execução e desempenho orçamental (despesas e receitas)

12.1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração do Desempenho Orçamental apresenta a seguinte decomposição:

DORC – Recebimentos

(Euros)

Tabela 13-1: DORC – Recebimentos

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental								
Rubricas Recebimentos		Fontes de Financiamento					Total	N-1
		Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. da UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Saldo de Gerência Anterior	1 589 401,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60 167,89 €	1 649 568,93 €	1 413 240,34 €
R101	Operações Orçamentais [1]	1 589 401,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 589 401,04 €	1 413 240,34 €
R102	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R104	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R103	Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60 167,89 €	60 167,89 €	0,00 €
	Receita Corrente	250 353 525,26 €	8 872,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	250 362 397,86 €	239 967 240,32 €
R1	Receita Fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 241 378,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 241 378,69 €	1 755 204,89 €
R4	Rendimentos de propriedade	6 566,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 566,03 €	0,00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	229 111,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	229 111,60 €	148 635,78 €
R5.1	Transferências correntes	229 111,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	229 111,60 €	148 635,78 €
R5.1.1	Administrações Públicas	129 111,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	129 111,60 €	148 635,78 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	129 111,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	129 111,60 €	146 761,79 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 873,99 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras	100 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100 000,00 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	248 480 633,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	248 480 633,54 €	237 798 661,67 €
R7	Outras receitas correntes	395 835,40 €	8 872,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	404 708,00 €	264 737,98 €
	Receita de Capital	168 921,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	168 921,46 €	1 809 652,64 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 524 877,48 €
R9.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 524 877,48 €
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 311 814,36 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 311 814,36 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	213 063,12 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	168 921,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	168 921,46 €	284 775,16 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	7 847,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 847,63 €	173,72 €
	Receita Efetiva (2)	250 530 294,35 €	8 872,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	250 539 166,95 €	241 777 066,68 €
	Receita Não Efetiva (3)	4 957 847,61 €	69 950 681,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	74 908 528,61 €	74 081 174,01 €
R12	Receita com ativos financeiros	47 603,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	47 603,89 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	4 910 243,72 €	69 950 681,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	74 860 924,72 €	74 081 174,01 €
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	257 077 543,00 €	69 959 553,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	327 037 096,60 €	317 271 481,03 €
	Operações de Tesouraria (B)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	149 258,37 €	149 258,37 €	61 167,89 €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DORC – Pagamentos

(Euros)

Tabela13-2: DORC – Pagamentos

Rubricas Pagamentos		Fontes de Financiamento					Total	N-1
		Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. da UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Despesa Corrente	310 920 887,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	310 920 887,93 €	301 549 710,44 €
D1	Despesas com o pessoal	148 933 548,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	148 933 548,92 €	147 862 527,81 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	96 241 426,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	96 241 426,28 €	94 826 186,62 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	24 537 498,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24 537 498,23 €	24 886 519,71 €
D1.3	Segurança Social	28 154 624,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 154 624,41 €	28 149 821,48 €
D2	Aquisição de bens e serviços	161 695 974,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	161 695 974,28 €	153 414 389,77 €
D3	Juros e outros encargos	63,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	63,44 €	392,29 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	291 301,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	291 301,29 €	272 400,57 €
	Despesa de Capital	14 636 441,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 636 441,68 €	14 127 369,55 €
D6	Aquisição de bens de capital	14 636 441,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14 636 441,68 €	14 127 369,55 €
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa Efetiva (5)	325 557 329,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	325 557 329,61 €	315 677 079,99 €
	Despesa Não Efetiva (6)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 000,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 000,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Soma (7)=(5)+(6)	325 557 329,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	325 557 329,61 €	315 682 079,99 €
	Operações de tesouraria (C)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Saldo para gerência seguinte	-68 479 786,61 €	69 959 553,60 €	0,00 €	0,00 €	209 426,26 €	1 689 193,25 €	1 649 568,93 €
	Operações Orçamentais (8)= (4)-(7)	-68 479 786,61 €	69 959 553,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 479 766,99 €	1 589 401,04 €
	Operações de tesouraria (D)= (A)-(B)- (C)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	209 426,26 €	209 426,26 €	60 167,89 €
	Saldo Global (2) - (5)	-75 027 035,26 €	8 872,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-75 018 162,66 €	-73 900 013,31 €
	Despesa primária	325 557 266,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	325 557 266,17 €	315 676 687,70 €
	Saldo Corrente	-60 567 362,67 €	8 872,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-60 558 490,07 €	-61 582 470,12 €
	Saldo Capital	-14 467 520,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-14 467 520,22 €	-12 317 716,91 €
	Saldo Primário	-75 026 971,82 €	8 872,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-75 018 099,22 €	-73 899 621,02 €
	Receita Total (1)+(2)+(3)	257 077 543,00 €	69 959 553,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	327 037 096,60 €	317 271 481,03 €
	Despesa Total (5)+(6)	325 557 329,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	325 557 329,61 €	315 682 079,99 €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

12.2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração do Execução Orçamental da Despesa apresenta a seguinte decomposição:

DODES – Despesa

(Euros)

Tabela 13-3: DODES – Despesa

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa														
Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas		Total
										Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14] = [12] + [13]
Despesa Corrente	76 989 513,44 €	376 396 353,00 €	- €	- €	27 803 629,55 €	404 199 982,55 €	404 199 982,55 €	397 630 424,61 €	312 406 082,13 €	1 485 194,20 €	1 485 194,20 €	69 045 325,16 €	241 875 562,77 €	310 920 887,93 €
D1.1 Remunerações certas e permanentes	1 931 013,74 €	97 042 040,00 €	- €	- €	1 724 804,09 €	98 766 844,09 €	98 766 844,09 €	98 766 844,09 €	96 241 426,28 €	- €	- €	1 931 013,74 €	94 310 412,54 €	96 241 426,28 €
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	653 239,51 €	18 384 586,00 €	- €	- €	7 079 859,94 €	25 464 445,94 €	25 464 445,94 €	25 464 445,94 €	24 538 498,23 €	1 000,00 €	1 000,00 €	627 391,11 €	23 910 107,12 €	24 537 498,23 €
D1.3 Segurança social	1 995 815,16 €	28 567 860,00 €	- €	- €	2 081 039,17 €	30 648 899,17 €	30 648 899,17 €	30 648 899,17 €	28 155 173,16 €	548,75 €	548,75 €	1 995 815,16 €	26 158 809,25 €	28 154 624,41 €
D2 Aquisição de bens e serviços	72 408 825,03 €	232 094 841,00 €	- €	- €	16 933 087,62 €	249 027 928,62 €	249 027 928,62 €	242 458 370,68 €	163 179 551,63 €	1 483 577,35 €	1 483 577,35 €	64 490 485,15 €	97 205 489,13 €	161 695 974,28 €
D3 Juros e outros encargos	0,00 €	44,00 €	- €	- €	19,44 €	63,44 €	63,44 €	63,44 €	63,44 €	- €	- €	0,00 €	63,44 €	63,44 €
D5 Outras Despesas Correntes	620,00 €	306 982,00 €	- €	- €	15 180,71 €	291 801,29 €	291 801,29 €	291 801,29 €	291 369,39 €	68,10 €	68,10 €	620,00 €	290 681,29 €	291 301,29 €
Despesa de Capital	4 425 658,61 €	17 108 821,00 €	- €	- €	1 155 804,45 €	18 264 625,45 €	18 264 625,45 €	17 402 712,97 €	14 917 604,49 €	281 162,81 €	281 162,81 €	4 401 266,57 €	10 235 175,11 €	14 636 441,68 €
D6 Aquisição de bens de capital	4 425 658,61 €	17 108 821,00 €	- €	- €	1 155 804,45 €	18 264 625,45 €	18 264 625,45 €	17 402 712,97 €	14 917 604,49 €	281 162,81 €	281 162,81 €	4 401 266,57 €	10 235 175,11 €	14 636 441,68 €
D9 Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	81 415 172,05 €	393 505 174,00 €	- €	- €	28 959 434,00 €	422 464 608,00 €	422 464 608,00 €	415 033 137,58 €	327 323 686,62 €	1 766 357,01 €	1 766 357,01 €	73 446 591,73 €	252 110 737,88 €	325 557 329,61 €

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa														
Classificações orçamentais detalhadas	Compromissos a transitar	Obrigações a pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros					Obrigações para períodos futuros						
			[15]=[7]-[8]	[16]=[8]-[14]	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
Despesa Corrente	6 569 557,94 €	86 709 536,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.1 Remunerações certas e permanentes	- €	2 525 417,81 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	- €	926 947,71 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.3 Segurança social	- €	2 494 274,76 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D2 Aquisição de bens e serviços	6 569 557,94 €	80 762 396,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D3 Juros e outros encargos	- €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5 Outras	- €	500,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Despesa de Capital	861 912,48 €	2 766 271,29 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D6 Aquisição de bens de capital	861 912,48 €	2 766 271,29 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	7 431 470,42 €	89 475 807,97 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

12.3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Tabela 13-4: Demonstração de execução orçamental da receita

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita									
Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros				Períodos seguintes
	Períodos anteriores	Período corrente	Total		(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	
Receita Corrente	2 357 303,27 €	248 005 094,59 €	250 362 397,86 €	44 066 864,50 €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2 Exterior - UE	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	- €	129 111,60 €	129 111,60 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.3 Outras	- €	100 000,00 €	100 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3 Taxas, multas e outras penalidades	6 578,35 €	1 234 800,34 €	1 241 378,69 €	5 890,45 €	- €	- €	- €	- €	- €
R4 Rendimentos de propriedade	- €	6 566,03 €	6 566,03 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6 Venda de bens e serviços	2 128 901,27 €	246 351 732,27 €	248 480 633,54 €	33 073 738,45 €	- €	- €	- €	- €	- €
R7 Outras Receitas Correntes	221 823,65 €	182 884,35 €	404 708,00 €	10 987 235,60 €	- €	- €	- €	- €	- €
Receita de Capital	- €	75 085 297,70 €	75 085 297,70 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10 Outras Receitas Capital	- €	168 921,46 €	168 921,46 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	7 847,63 €	7 847,63 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R12 Receita com ativos financeiros	- €	47 603,89 €	47 603,89 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13 Receita com Passivos financeiros	- €	74 860 924,72 €	74 860 924,72 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Receitas	- €	1 589 401,04 €	1 589 401,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	- €	1 589 401,04 €	1 589 401,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	2 357 303,27 €	324 679 793,33 €	327 037 096,60 €	44 066 864,50 €	- €	- €	- €	- €	- €

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita									
Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas		Reembolsos e restituições	
						Receitas	Receitas	Emitidos	Pagos
Receita Corrente	321 871 169,00 €	27 462 094,61 €	47 745 812,48 €	257 372 247,57 €	10 708 985,66 €	250 396 393,32 €	54 183,43 €	33 995,46 €	
R5.1.2 Exterior - UE	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	140 400,00 €	11 288,40 €	- €	129 111,60 €	- €	129 111,60 €	- €	- €	- €
R5.1.1.3 Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.3 Outras	100 000,00 €	- €	- €	100 000,00 €	- €	100 000,00 €	- €	- €	- €
R3 Taxas, multas e outras penalidades	1 900 847,00 €	653 608,86 €	9 828,45 €	1 278 910,81 €	41 501,12 €	1 243 911,29 €	2 563,60 €	2 532,60 €	
R4 Rendimentos de propriedade	- €	6 566,03 €	- €	6 566,03 €	- €	6 566,03 €	- €	- €	- €
R6 Venda de bens e serviços	318 156 712,00 €	36 622 496,98 €	40 766 735,39 €	251 412 952,18 €	10 645 472,55 €	248 512 096,40 €	51 619,83 €	31 462,86 €	
R7 Outras Receitas Correntes	73 210,00 €	11 318 733,60 €	6 969 248,64 €	4 444 706,95 €	22 011,99 €	404 708,00 €	- €	- €	- €
Receita de Capital	71 681 608,89 €	3 403 688,81 €	- €	75 085 297,70 €	- €	75 085 297,70 €	- €	- €	- €
R10 Outras Receitas Capital	- €	168 921,46 €	- €	168 921,46 €	- €	168 921,46 €	- €	- €	- €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	- €	7 847,63 €	- €	7 847,63 €	- €	7 847,63 €	- €	- €	- €
R12 Receita com ativos financeiros	47 603,89 €	- €	- €	47 603,89 €	- €	47 603,89 €	- €	- €	- €
R13 Receita com Passivos financeiros	71 634 005,00 €	3 226 919,72 €	- €	74 860 924,72 €	- €	74 860 924,72 €	- €	- €	- €
Outras Receitas	1 589 401,04 €	- €	- €	1 589 401,04 €	- €	1 589 401,04 €	- €	- €	- €
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	1 589 401,04 €	- €	- €	1 589 401,04 €	- €	1 589 401,04 €	- €	- €	- €
Total	395 142 178,93 €	24 058 405,80 €	47 745 812,48 €	334 046 946,31 €	10 708 985,66 €	327 071 092,06 €	54 183,43 €	33 995,46 €	

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

12.4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Tendo em conta as limitações técnicas existentes ao nível dos sistemas de relato, não é possível ao CHLO efetuar o cruzamento de dados informático necessário para apresentar a Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos.

14 > anexo às demonstrações orçamentais

1. Alterações orçamentais da receita

O quadro seguinte destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na despesa no exercício de 2022.

Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- Permutativas (P) – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global
- Modificativas (M) – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

Tabela 14-1: Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Alterações Orçamentais da Receita					Previsões corrigidas	Observações
		Previsões Iniciais	Receita			Previsões corrigidas		
			Inscrições / Reforços	Alterações Orçamentais	Créditos Especiais			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]	
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P	1 900 847,00 €	- €	- €	- €	1 900 847,00 €		
R4 - Rendimentos de Propriedade	P	- €	- €	- €	- €	- €		
R5 - Transferências Correntes	P	1 640 400,00 €	- €	- €	100 000,00 €	1 740 400,00 €		
R5.1 - Administrações Públicas	P	1 640 400,00 €	- €	- €	100 000,00 €	1 740 400,00 €		
R5.1.1 - Administração Central - Estado	P	1 640 400,00 €	- €	- €	- €	1 640 400,00 €		
R5.1.2 - Administração Central - Outras Entidades	M	- €	- €	- €	- €	- €		
R5.1.3 - Outras	M	- €	- €	- €	100 000,00 €	100 000,00 €		
R6 - Vendas de Bens e Serviços	P	318 156 712,00 €	- €	- €	- €	318 156 712,00 €		
R7 - Outras Receitas Correntes	P	73 210,00 €	- €	- €	- €	73 210,00 €		
R9 - Transferências de Capital	M	- €	- €	- €	- €	- €		
R9.1 - Administrações Públicas	M	- €	- €	- €	- €	- €		
R9.1.1 - Administração Central - Estado	M	- €	- €	- €	- €	- €		
R9.1.2 - Administração Central - Outras Entidades	M	- €	- €	- €	- €	- €		
R10 - Outras Receitas de Capital	M	- €	- €	- €	- €	- €		
R12 - Receita com ativos financeiros	M	- €	47 603,89 €	47 603,89 €	47 603,89 €	47 603,89 €		
R13 - Receita com Passivos Financeiros	P	1 683 324,00 €	- €	- €	69 950 681,00 €	71 634 005,00 €		
R14 - Saldo da Gerência Anterior - operações orçamentais	M	- €	- €	- €	1 589 401,04 €	1 589 401,04 €		
Total		323 454 493,00 €	47 603,89 €	47 603,89 €	71 640 082,04 €	395 142 178,93 €		

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. Alterações orçamentais da despesa

Em linha com o quadro das alterações orçamentais da despesa, a demonstração das alterações orçamentais da receita destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita no exercício de 2022.

Tabela 14-2: Alterações orçamentais da despesa

Alterações Orçamentais da Despesa							
Rubricas	Tipo	Dotações Iniciais	Receita			Dotações corrigidas	Observações
			Alterações Orçamentais				
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D1 - Despesas com o Pessoal	P	143 994 486,00 €	42 000,00 €	42 000,00 €	- €	143 994 486,00 €	
<u>D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes</u>	P	97 042 040,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	- €	97 042 040,00 €	
<u>D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais</u>	P	18 384 586,00 €	- €	- €	- €	18 384 586,00 €	
<u>D1.3 - Segurança Social</u>	P	28 567 860,00 €	36 000,00 €	36 000,00 €	- €	28 567 860,00 €	
D2 - Aquisição de Bens e Serviços	P	163 144 160,00 €	6 005 000,00 €	7 105 000,00 €	70 050 681,00 €	232 094 841,00 €	
D3 - Juros e Outros Encargos	P	44,00 €	- €	- €	- €	44,00 €	
D4 - Transferências Correntes	P	- €	- €	- €	- €	- €	
<u>D4.1 - Administrações Públicas</u>	P	- €	- €	- €	- €	- €	
D4.1.1 - Administração Central - Estado	M	- €	- €	- €	- €	- €	
D4.1.3 - Segurança Social	P	- €	- €	- €	- €	- €	
D4.1.4 - Administração Regional	M	- €	- €	- €	- €	- €	
D5 - Subsídios	P	306 982,00 €	- €	- €	- €	306 982,00 €	
D6 - Outras Despesas Correntes	P	16 008 821,00 €	3 092 000,00 €	1 992 000,00 €	- €	17 108 821,00 €	
D9 - Outras Despesas Capital	M	- €	- €	- €	- €	- €	
Total		323 454 493,00 €	9 139 000,00 €	9 139 000,00 €	70 050 681,00 €	393 505 174,00 €	

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

No exercício de 2022, existiram movimentos a registar para apresentação da demonstração de Operações de Tesouraria.

Tabela 14-3: Alterações ao plano plurianual de investimentos

Código de contas	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.1 / 07.2.2.1.1 - Autarquias Locais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma Açores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4 - Região Autónoma Madeira	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.1.9 / 07.2.2.1.9 - Outras entidades beneficiárias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	60 167,89 €	149 258,37 €	0,00 €	209 426,26 €
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
07.2.8- Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	60 167,89 €	149 258,37 €	0,00 €	209 426,26 €

4. Operações de tesouraria

Tendo em conta as limitações técnicas existentes ao nível dos sistemas de relato, não é possível ao CHLO efetuar o cruzamento de dados informático necessário para apresentar as Demonstrações de Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos e de Contratação Administrativa.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

15 > certificação legal de contas

Nos termos do Despacho n.º 12171/2021, de 6 de dezembro, emanado dos gabinetes do SET e SES, foi designado Revisor Oficial de Contas do CHLO, para acompanhar o mandato do Conselho Fiscal, 2021-2023, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Grant Thornton & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes inscrito na OROC com o n.º 1202 e na CMVM com o n.º 20160813.

O Despacho acima referido ainda contempla esta Sociedade ROC para a prestação do serviço de revisão e certificação legal de contas do exercício de 2017, 2018, 2019 e 2020 e 2021 estando, ainda, esta Sociedade de Revisão de Contas, responsável pela Certificação Legal de Contas do exercício económico de 2022.

16 > relatório e parecer do Conselho Fiscal

O n.º 2 do art.º 54.º do DL n.º 133/2013 estabelece que "compete aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência prevista no número anterior". Contudo, atendendo a que ainda se encontra em curso a auditoria às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022, não tendo, por esta razão, sido ainda disponibilizados ao Conselho Fiscal a respetiva Certificação Legal das Contas, nem o Relatório Adicional dirigido ao Órgão de Fiscalização, não se encontram ainda reunidas as condições para que o Conselho Fiscal possa emitir o seu Relatório e Parecer anual, dado que o mesmo pressupõe que, previamente, os documentos de prestação de contas sejam auditados e emitida a respetiva certificação legal das contas, sobre a qual o Conselho Fiscal tem obrigatoriamente de se pronunciar. Deste modo, e enquanto tal não suceder, crê-se que não estão reunidas as condições para que o Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização, se possa pronunciar sobre o Relatório de Governo Societário, no âmbito do seu Relatório e Parecer anual sobre as contas